

### Critérios de Pesquisa:

**Período:** 01/03/2022 a 31/03/2022

**Indexação:** "Coronavírus" or "COVID"

Documento 1/79

---

005.4.56.N	Sessão Extraordinária - CN	08/03/2022-10:18
Publ.: DCN - -	LUIZA HELENA TRAJANO--	
CONGRESSO NACIONAL	HOMENAGEM	HOMENAGEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

**A SRA. LUIZA HELENA TRAJANO** (*Por videoconferência.*) - Senadora, bom dia. Bom dia a todos.

Eu estou vendo mulheres amigas aí: a Luciana, a Dra. Margareth também, e muitas Senadoras com quem eu convivo com muito prazer. Eu fico impressionada, apesar de vocês estarem com um número tão pequeno, em ver como vocês lutam, como vocês estão trabalhando ultimamente muito forte e guerreiramente com um número tão pequeno.

Bom, primeiro, eu quero cumprimentar todas as mulheres por este dia - hoje o Grupo Mulheres do Brasil está em festa, cento e tantas mil mulheres - e dizer que a gente também tem que entender que nós evoluímos bastante.

Há nove anos, Senadoras e amigas que estão aqui, quando a gente começou o Grupo Mulheres do Brasil, não se falava em empreendedorismo feminino, não se falava em violência contra a mulher assim abertamente, não se falava em igualdade racial. Foi uma luta de união de todos os movimentos e de todas as pessoas, e realmente juntos a gente fez um crescimento muito grande. E agora a gente tem um desafio grande ainda. Um deles, que é um dos desafios do Mulheres do Brasil, é lutar para haver 50% de mulheres em cadeiras efetivas políticas. O nosso *slogan* é: "Pula para 50". Aí eu vou entrar, a gestora que gosta de criar *slogan*: "Pula para 50". Eu até sei que a gente não vai conseguir os 50%, mas eu digo agora para os meus amigos, para os meus colegas homens, com quem eu convivo tanto - eu tenho vários comitês em que sou só eu de mulher, já há muitos anos; eu sou a única Presidente de conselho de varejo mulher -: o pós-covid acelerou muito a forma de gestão. Tanto na gestão pública como na gestão privada, há uma mudança muito grande do que já vinha acontecendo, e o covid agilizou. O que é hoje? Hoje há uma gestão muito mais orgânica, muito mais no sentido de fazer, de ter atitude e depois criar procedimentos. O que eu tenho a dizer para os meus amigos e para os

meus colegas homens é que nós mulheres fomos preparadas para isso. A gente se preparou. A gente foi criada de forma muito mais orgânica, até pelo processo dos filhos, para não sofrer o que vocês sofreram. Não podia falar que estava doente na empresa, não podia falar que não sabia. Nós fomos muito mais preparadas.

Eu acredito profundamente na união masculina e feminina. Mas eu digo para os meus colegas, como a Senadora falou: a diferença é muito grande ainda. São cento e tantos anos para a gente conseguir igualar. E o que é feminismo? É muito importante a gente entender isso. Feminismo é a igualdade entre homem e mulher. Eu duvido de que qualquer Senador homem, de que qualquer pessoa que vai ter uma filha ou neta não concorda que tenha que haver igualdade entre homem e mulher, igualdade de salário, igualdade de ideias. É essa soma do feminino e do masculino que faz a diferença.

Agora, por outro lado, eu quero agradecer muito aos homens. Ontem eu estive com bastantes homens. Eu até estive aí em Brasília. Eu digo assim: são inteligentes vocês, porque estão sabendo que essa força é que está fazendo a diferença no mundo.

Mudou muito a força masculina, ou melhor, a força feminina, e o homem tem que entender isso. Hoje a mulher... Você viu o que aconteceu agora com o Deputado? No Brasil inteiro, as mulheres todas lutaram e se colocaram imediatamente contra qualquer coisa que se fala com discriminação, ao se tratar a mulher como ela era tratada pouco tempo atrás. Então mudou muito, eu quero dizer para vocês.

Eu quero cumprimentar o Senado, homens e mulheres Senadores. Eu tenho muita amizade com várias Senadoras e falo que vocês trabalham muito, como os Senadores também.

Nós temos de fazer, neste momento de tanta tristeza, gente... Acho que a gente não sabe o que o covid deixou. Eu tive covid fraco um mês atrás. Eu nunca fiquei doente. Agora estou tendo gripe, estou tendo dor no corpo e nunca tive isso. O covid deixa uma marca em nós. Acho que a Dra. Margareth, que está aí e que nos ajudou tanto... A gente sabe que é muito séria essa pandemia. Só daqui a 80 anos, nós vamos entendê-la. E, de repente, a gente tem uma guerra junto! Olhe para você ver! Então, onde nós estamos parando?

Então, eu quero convocar os homens do Congresso para nos ajudar. Não pode haver um comitê sem mulheres, não pode haver um conselho sem mulheres de empresa, isso não pode haver! Não há como! Essa força é que azeita! Todo comitê de vocês tem que ter a força feminina! Não há como, minha gente! Isso é inteligência, isso é entender a gestão atual!

E só há uma forma de melhorar: a cota. Cota é um processo transitório para acertar uma desigualdade. Eu já apanhei muito até das próprias mulheres quando eu defendia cota há 12 ou 13 anos, mas é um processo transitório para

acertar uma desigualdade. E a desigualdade é muito grande. Onde se viu nós termos só 12% de mulheres na política? A gente tem que igualar! As mulheres hoje somam 51% no Brasil. Então, a gente tem que igualar, como a gente tem que igualar isso no que diz respeito ao racismo, como a gente tem que lutar pela igualdade de modo geral.

Eu agradeço muitíssimo por esta sessão. Cumprimento cada uma das Senadoras, com as quais eu tenho o prazer de conviver - a cada hora que com elas convivo, eu gosto mais. Eu falo que é para este Brasil dar certo! Cumprimento os Senadores que hoje estão fazendo essa homenagem, deixando a gente ter voz aí. Inteligentes são vocês! Juntos nós somos mais fortes. Podem acreditar nisso!

Muito obrigada, Senadora.

Muito obrigada a todos vocês.

Vivam as mulheres!

Não se esqueçam de que o Brasil tem mulheres operárias que saem às 5h da manhã de casa, que voltam às 22h, que fazem todo o trabalho de casa ainda e que andam por quatro horas nas grandes capitais.

Neste dia, eu nunca me esqueço da mulher operária, porque tem que haver uma escola em cada quarteirão para elas poderem deixar seus filhos durante o dia. No Brasil, 60% das mulheres de classe simples são arrimos de família, que, além de trabalharem fora, andam quatro horas de ônibus para poderem chegar a casa e ainda terem que tomar conta... Então, não vamos nos esquecer da mulher operária, da mulher que trabalha do nosso lado na faxina e tudo mais.

Muito obrigada!

Bom Dia das Mulheres para todas as mulheres queridas que estou vendo aqui no vídeo. Acho que a Marina Silva também está aí. Bom dia a todas vocês, queridas; à Tereza; a todo mundo; a todas as Senadoras aqui - quanto mais convivo, mais gosto delas -; e aos homens também. Bom dia para vocês.

---

Documento 2/79

---

005.4.56.N	Sessão Extraordinária - CN	08/03/2022-10:18
Publ.: DCN - 3/9/2022 -	SUELI DO SOCORRO FEIO--	
CONGRESSO NACIONAL	HOMENAGEM	HOMENAGEM DISCURSO

---

*Sumário*

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

**A SRA. SUÉLI DO SOCORRO FEIO** - Bom dia a todos e a todas! Estou um pouquinho nervosa, peço desculpas.

Queria agradecer imensamente à Senadora Simone Tebet por dar esta oportunidade de eu vir aqui falar para vocês um pouquinho da nossa história, falar um pouquinho de um grupo de que faço parte, o G10 Favelas, que é um grupo de empreendedores que nasceu para fortalecer o empreendedorismo nas comunidades das favelas.

Hoje estamos nas dez maiores favelas do Brasil e tivemos um papel muito importante na pandemia. No início dela, percebemos que, se não tomássemos a rédea e não criássemos alternativas para enfrentar a pandemia, teríamos muitas perdas. Então, criamos 12 alternativas, 12 ações. Vou falar um pouco de algumas delas, principalmente das lideradas por mulheres.

Criamos o Presidente de Rua, que eram pessoas que cuidavam, cada uma, de 50 famílias. Então, desses presidentes de rua, 90% eram formados por mulheres. Era o responsável por acompanhar cada família na comunidade de Paraisópolis e trazer para o nosso o comitê a situação de cada rua da comunidade de Paraisópolis.

Criamos o Mãos de Maria, que era responsável por fazer as marmitas e doar na comunidade. Mão de Maria criou, produziu mais de 2 milhões de marmitas nesses longos dois anos de pandemia.

O Costurando Sonhos, de que eu e a Nilde somos idealizadoras, foi responsável por fazer as máscaras. Fizemos 1,7 milhão máscaras e doamos em Paraisópolis e em mais dez comunidades no Brasil.

Passando um pouco a pandemia, a gente pensou que não poderíamos continuar vivendo de doação. Então, voltamos... O G10 nasceu - estou um pouco nervosa, desculpem-me - para fomentar o empreendedorismo nas comunidades. Então, voltamos com esse princípio e criamos o Pavilhão Social - existe um em Paraisópolis e em Minas Gerais. A Senadora Simone conheceu o de Paraisópolis. O pavilhão tem vários negócios sociais e todos os negócios são autossustentáveis. Então, o Costurando Sonhos capacita as mulheres em corte e costura e, a partir da capacitação, assim que elas terminam a capacitação, a gente ajuda a inseri-las no mercado de trabalho ou, a partir das suas casas, elas já começam a produzir e ter renda. O Mãos de Maria hoje capacita mulheres também na área da culinária, e essas mulheres fazem marmita dentro das suas casas para vender na comunidade. E assim há vários negócios. Temos um negócio social que se chama Emprega Comunidade e que a gente chama carinhosamente do "LinkedIn das favelas". A gente conecta o empresário com as pessoas da comunidade.

(*Soa a campainha.*)

**A SRA. SUÉLI DO SOCORRO FEIO** - Então, a gente, através do empreendedorismo, está mudando a nossa vida e a vida das pessoas da comunidade. A gente acredita muito que as favelas não têm só o seu lado ruim; as favelas são potências. Cada comunidade pode transformar a vida de seus moradores. Então, a gente busca muito, através do empreendedorismo, fazer essa mudança, fazer essa transformação, ser protagonista de nossa própria história.

Eu aproveito esta oportunidade também e não poderia passar aqui sem falar da preocupação com milhares de mulheres que morrem todos os dias. E aproveito para pedir aos homens que parem de matar nossas mulheres, que sejam um bom exemplo para seus filhos.

(*Soa a campainha.*)

**A SRA. SUÉLI DO SOCORRO FEIO** - Não é possível tantas mulheres mortas todos os dias.

E deixo - para finalizar a minha fala - um pedido: que nós, mulheres, possamos, cada uma de nós, ser um bom exemplo para meninas e mulheres, que cada Senadora possa inspirar outras meninas a desejarem também chegar a essa posição. Que os homens que aqui estão e que estão assistindo a nossa sessão possam ser um bom exemplo para seus filhos e para seus netos, que amem suas mulheres, suas esposas, que as respeitem.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

---

Documento 3/79

---

005.4.56.N	Sessão Extraordinária - CN	08/03/2022-10:18
Publ.: DCN - 3/9/2022 -	MARGARETH DALCOLMO--	
CONGRESSO NACIONAL	HOMENAGEM	HOMENAGEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---



A **SRA. MARGARETH DALCOLMO** (*Por videoconferência.*) - Muito obrigada, Sra. Senadora Eliziane.

Realmente fiquei muito tocada pelo convite, por estar aqui representando as mulheres num momento muito difícil para mim pessoalmente. Como todos vocês sabem, eu estou muito tocada por uma perda pessoal muito profunda e sobretudo pelos depoimentos que eu acabo de ouvir das Senadoras que se manifestaram de maneira muito pungente, Luciana Temer e todas as outras.

E eu queria dizer que não posso, digamos, que aqui não estou autorizada a falar em nome de todas as mulheres médicas e profissionais de saúde, Senadora Eliziane, mas eu tenho que agradecer às Sras. Senadoras, aos Srs. Senadores e ao Congresso brasileiro pela confiança que nos depositaram, a mim pessoalmente, pelo número de vezes em que eu pude, a convite dos senhores e das senhoras, participar de audiências públicas ao longo desses dois anos, já entrando no terceiro ano da pandemia da covid-19.

Eu poderia dizer... E aqui vejo a nossa eterna Senadora Marina Silva, fonte de inspiração para todos nós pela coragem, pela suavidade, pela doçura e pela firmeza, essa mescla de sentimentos que seguramente conformam esses nossos corpos. Como diz a minha amiga querida Rosiska Darcy de Oliveira, nós que insistimos que temos essa marca - não é, Senadora? - e fazemos dessa marca um estímulo para ir em frente, não importa o quê.

Eu posso falar aqui, Senadora Eliziane, em nome das mulheres médicas e profissionais de saúde que, ao longo dos dois anos da pandemia da covid-19, enfrentaram situações absolutamente inéditas. Eu poderia aqui gastar os meus cinco minutos dando exemplos factuais de mulheres, como nós que enfrentamos desde a primeira onda. E muitas de nós passamos dois, três meses sem voltarmos para as nossas casas, para não contaminarmos as nossas famílias, ficando em hotéis que foram cedidos, porque não saíamos das áreas chamadas covidários nos hospitais onde havia uma taxa de ocupação acima de 90%, como todos os senhores sabem.

Eu poderia falar aqui em nome dos 52% que representam as mulheres na formação médica hoje no Brasil. Eu poderia falar em nome das mulheres brasileiras que fizeram o sequenciamento do genoma do SARS-CoV-2, lembrando às senhoras e aos senhores que tudo no Brasil foi feito por grupos de mulheres, grupos encabeçados pela Professora Ester Sabino, pela Professora Vasconcelos, da Universidade Federal de Minas Gerais, pela Professora Marilda Siqueira, da minha Fundação Oswaldo Cruz. Então, lembro que muitos desses grupos de virologia que fizeram um trabalho extraordinário, em tempo recorde, no Brasil, foram de mulheres também.

Eu poderia falar, sobretudo, Senadora Eliziane, em nome das mulheres que eu pude acompanhar de perto em áreas muito carentes do Rio de Janeiro, onde a Fundação Oswaldo Cruz tem projetos de grande envergadura, como na favela, no grupo, no conglomerado de comunidades da Maré e de Manguinhos, onde

as mulheres ficaram, durante dois anos, com suas crianças fora da escola, tendo que tomar conta das crianças, das suas casas, dos seus homens, perdendo seus homens e companheiros por doença, pela covid-19, em situações de extrema precariedade, em que seguramente as iniciativas, com o auxílio da empresa privada... E aí eu queria prestar uma homenagem à minha querida amiga Luiza Trajano. Nós tivemos momentos muito importantes de conversa ao longo desse período.

Então, nós temos exemplos, Senadora Eliziane, ao longo da história, de mulheres que inspiram a nós pesquisadoras enormemente. Eu poderia aqui citar Marie Curie, que é uma mulher de grande coragem, que trabalhou com seu marido e foi o primeiro Prêmio Nobel feminino, eu poderia citar Rita Levi-Montalcini, que também foi Prêmio Nobel de Medicina, uma mulher extraordinária que viveu até 103 anos, que são exemplos que nos inspiraram muito como médicas e como pesquisadoras. Poderia me inspirar também em autoras que marcam a minha formação, como Simone de Beauvoir - eu pertencço à geração que lia Simone de Beauvoir quase como um dever de casa -, Marguerite Yourcenar, Hannah Arendt, todas essas mulheres extraordinárias que marcam a minha geração, mas eu prefiro, Senadora Eliziane, homenagear as Parlamentares brasileiras, que têm feito um trabalho extraordinário, que acreditaram na ciência, não deram ouvidos às falácias, às informações que contaminaram a nossa população já tão sofrida, que acreditaram em nós, que contaram conosco e continuam contando, porque as senhoras e os senhores sabem que podem contar conosco para todas as iniciativas que o Parlamento brasileiro tiver ao nosso lado no sentido de orientar a população brasileira.

Então, é em nome desse conglomerado, desse conjunto que representa um pouco mais da metade da nossa população já claramente decantada aqui por todos que eu agradeço e, de maneira muito modesta, homenageio todas as senhoras e todas as protagonistas anônimas do Brasil e do mundo. Poderia falar aqui muito tempo, Senadora Eliziane, de tudo que eu conheço, das mulheres africanas - a senhora sabe que eu trabalho na África Subsaariana, onde nós vemos o que é a vida das mulheres naquela situação -, mulheres que perdem os seus companheiros muito precocemente e ficam realmente numa situação de extrema vulnerabilidade. Então, em nome desse conjunto feminino e desse conjunto masculino que está ao nosso lado, como o dos Senadores e Parlamentares que em tantos momentos pessoalmente nos procuraram - com quantos dos senhores eu tive a honra de falar, de divergir, de explicar e de conversar! -, com isso, eu concluo, me colocando à disposição, Senadora Eliziane, para manter esse relacionamento, que foi o mais saudável, o mais salutar possível e, seguramente, o mais inspirador para mim e para muitas de minhas colegas e companheiras médicas e pesquisadoras.

Muito obrigada por esta honra e por esta homenagem que eu aqui recebo, em nome de todas, de maneira muito sincera.

---

12.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-08/03/2022- 17:40
Publ.: DCD - 3/9/2022 - CÂMARA DEPUTADOS	GUILHERME DERRITE-PP -SP DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Agradecimento aos Deputados pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 150, de 2020, sobre a alteração da Lei Complementar nº 173, de 2020, relativa ao Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus. Regozijo com a sanção da propositura pelo Presidente da República.

---

**O SR. GUILHERME DERRITE (PP - SP.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, é uma satisfação fazer uso da palavra neste plenário no Dia Internacional da Mulher, numa sessão presidida por V.Exa.

Eu queria agradecer o apoio de todos os Deputados aqui presentes que, em dezembro do ano passado, votaram favoravelmente ao Projeto de Lei Complementar nº 150, de 2020, de minha autoria, relatado pelo Deputado Federal Subtenente Gonzaga, que aqui se encontra. O projeto foi aprovado no dia 16 de fevereiro no Senado Federal e hoje foi sancionado pelo Presidente da República.

Nós corrigimos uma grande injustiça com os profissionais da saúde e da segurança pública. Retomamos a contagem de tempo de serviço desses profissionais, para todos os efeitos, durante o período de pandemia.

Eu não poderia deixar fazer uso da palavra no plenário, Deputada Soraya, para agradecer aos meus colegas desta Casa, porque a votação foi unânime.

Então, fica registrado aqui o meu justo reconhecimento a todos os Deputados de todos os partidos que votaram favoravelmente a esse tema.

Hoje é um dia de vitória para os profissionais da saúde e da segurança pública, que comemoram a correção dessa grande injustiça.

Muito obrigado.

---



---

12.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária -08/03/2022- CD	20:12
Publ.: DCD - 3/9/2022 -	MARCEL VAN HATTEM-NOVO -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Posse da Vereadora Viviane Lottici, do partido Novo, na Câmara Municipal de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul. Luta da Vereadora Mariana Pimentel, de Porto Alegre, contra o uso de máscara facial por menores de 12 anos de idade no ambiente escolar. Protesto contra a decisão judicial de anulação do decreto do Governador Eduardo Leite, pelo fim da obrigatoriedade do uso de máscaras nas escolas. Pedido aos Deputados de apoio ao requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 4.374, de 2021, contrário ao uso de máscaras faciais por menores de 12 anos de idade.

---

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (Bloco/NOVO - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sra. Presidente.

Quero, antes de entrar no tema central deste meu pronunciamento, deixar um grande abraço para a nossa Vereadora Viviane Lottici, da cidade de Canoas, empreendedora, uma líder na sua comunidade. Ela assume, pelos próximos dias, uma cadeira na Câmara Municipal, na vaga do nosso Vereador Jonas, o titular, da cidade de Canoas.

Tenho convicção de que, em breve, a Vivi será Vereadora titular. Neste Dia da Mulher, ela está exercendo o mandato parlamentar pelo Partido Novo, que é o partido no Brasil que mais elegeu mulheres, proporcionalmente ao número de candidatos eleitos nas últimas eleições, de 2020.

Portanto, à Vivi eu quero desejar um bom mandato, uma excelente representação. Nós sabemos que ela o fará. Quero também desejar a ela muita luz nos próximos dias, na reflexão que vem fazendo sobre a participação, eventualmente, nas eleições do ano de 2022. Desejo a ela um ótimo trabalho.

Ficam aqui a minha admiração e o registro em nome da bancada federal do Partido Novo na Câmara dos Deputados, desejando a todas as mulheres Vereadoras do Partido Novo, à nossa Vice-Prefeita da cidade de Joinville, Rejane, e também à representação feminina do Partido Novo nas Assembleias Legislativas do Brasil um excelente dia, um excelente ano e um excelente trabalho.

Quero também falar sobre outra mulher, que está sendo protagonista

na Câmara de Vereadores de Porto Alegre: a Vereadora Mariana Pimentel, que tem trabalhado muito o tema da educação e está corretamente indignada com o que está acontecendo nas escolas de Porto Alegre, bem como em outras escolas do Rio Grande do Sul, que é a continuidade da obrigação do uso de máscaras para crianças menores de 12 anos nas escolas.

Nem a Organização Mundial da Saúde recomenda isso, nem a ciência recomenda isso. Pelo contrário, os estudos mais recentes indicam que máscaras prejudicam o desenvolvimento social e educacional de crianças pequenas .

É um absurdo o que está acontecendo no Estado do Rio Grande do Sul. O Governador Eduardo Leite corretamente decretou o fim da obrigatoriedade do uso de máscaras por essas crianças na escola, mas uma associação de pais e mães de esquerda, da turma comunista, que tenta sempre politizar a Justiça e judicializar a política, foi para o Judiciário e pediu a derrubada do decreto do Governador. Deputado Otoni, aproveitaram o plantão no Poder Judiciário, que, com um canetaço, mais uma vez, acabou anulando a determinação do Governador. Não são parte de uma Associação de Mães e Pais pela Democracia, não. São mães e pais contra as crianças, contra a educação, contra a ciência, contra a saúde, contra o correto desenvolvimento daquelas crianças.

Por isso, nós estamos pedindo apoio aos colegas. O Deputado Gilson Marques protocolou um requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 4.374, de 2021, do Deputado Jerônimo Goergen, para revogar o §7º do art. 3º, a fim de que não paire dúvida sobre a Lei nº 13.979, de 2020, e para que esse absurdo não continue.

Sra. Presidente, antes de concluir, quero saudar todas as capitais de Estados que já estão decretando o fim do uso obrigatório de máscaras, de acordo com o que estabelece a ciência como a proteção necessária aos indivíduos, dentro do contexto do fim desta pandemia, que em breve será declarada uma endemia.

Espero que o Governador do Estado do Rio Grande do Sul siga, em breve, logo - já deveria ter seguido -, esse mesmo exemplo, para que possamos voltar à vida normal de forma segura, mas correta.

Mais uma vez, muitíssimo obrigado, Sra. Presidente, pela sua tão conhecida tolerância.

---

### *Sumário*

Defesa de aprovação do Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, sobre a instituição do piso salarial nacional dos profissionais da enfermagem e da parteira. Apresentação dos Projetos de Lei de nºs 1.768, de 2021, e 1.969, de 2020, em prol da categoria.

---

### **DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO EDUARDO DA FONTE.**

Início meu discurso hoje assumindo o compromisso de votar favoravelmente ao Projeto de Lei nº 2564, de 2020, do Senado Federal, que visa a instituir o piso salarial nacional do enfermeiro, do técnico de enfermagem, do auxiliar de enfermagem e da parteira.

Recebi em meu gabinete o Ofício nº 04/2022, enviado pela Comissão de Enfermeiros do Agreste Meridional de Pernambuco e pelo Vereador Sidcley do Hospital, de São Bento do Una, em Pernambuco, ao que respondi, por meio dos Ofícios nºs 37 e 38/2022/CD/GAB-EF, afirmando que faria esta honrosa menção à mobilização dos profissionais de enfermagem, pela urgência de apreciação do mencionado projeto. Faço este pronunciamento também a pedido de Rodrigo Patriota, enfermeiro de Pernambuco, empenhado na luta pelos direitos da categoria.

Ressalto ainda, como forma de demonstrar a importância do tema para o meu mandato, que tenho um projeto de lei de minha autoria com conteúdo muito similar, o Projeto de Lei nº 1.768, de 2021, que institui o piso salarial dos enfermeiros em R\$ 7.700,00, para jornada de trabalho de 30 horas semanais, sendo fixado também o piso de 70% desse valor para técnicos de enfermagem e de 50% desse valor para auxiliares de enfermagem e parteiras.

Lembro também que apresentei o Projeto de Lei nº 1969, de 2020, e enviei ofícios ao Presidente da República e ao Ministro da Saúde requerendo a concessão de adicional de insalubridade em grau máximo para os profissionais de enfermagem, profissionais de saúde em geral e profissionais de assistência social que trabalhem no enfrentamento de epidemias e

pandemias.

Desta forma, peço apoio dos profissionais de enfermagem também ao PL 1.768/21 e ao PL 1.969/20, para que tenham finalmente o respeito remuneratório que tanto merecem, pelo trabalho árduo que desempenham diariamente, especialmente durante a pandemia de COVID-19 (novo coronavírus).

Gostaria de pedir, Sr. Presidente, que este discurso seja lido no programa *A Voz do Brasil*.

---

Documento 7/79

---

13.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 09/03/2022-14:56
Publ.: DCD 3/10/2022 -	- CELSO MALDANER-MDB -SC	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Prejuízos exorbitantes provocados pela seca nos Estados da Região Sul. Relevância do papel desenvolvido pelo agronegócio na composição do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro. Apreensão do orador ante a suspensão das importações de fertilizantes da República Russa. Elevado contingente de brasileiros em situação de fome e insegurança alimentar. Importância do Projeto de Lei nº 191, de 2020, sobre a exploração de recursos minerais, hídricos e orgânicos em reservas indígenas. Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

**O SR. CELSO MALDANER (MDB - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, demais colegas Parlamentares, eu gostaria de manifestar, mais uma vez, uma preocupação muito grande com o Sul do Brasil.**

Se somarmos os prejuízos que o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul tiveram por causa da estiagem, da seca, chegaremos a algo em torno de 70 bilhões que deixamos de arrecadar. Esta é uma grande preocupação que nós estamos trazendo, da tribuna desta Casa, para os Deputados.

Aproveito este momento para dizer que o agronegócio brasileiro representa 29% do PIB, 26% dos empregos, 43% das exportações. Se nós pegarmos todas as exportações do Brasil, praticamente 70% são

do agronegócio. Nós alimentamos mais de 800 milhões de pessoas no mundo com a produção. Agora vem nossa grande preocupação com a guerra entre a Ucrânia e a Rússia. Infelizmente, de 85% dos fertilizantes que o Brasil importa, 23% vêm da Rússia. A preocupação é, como eu disse, muito grande.

Durante a pandemia, praticamente 55% dos lares brasileiros sofreram com a insegurança alimentar. Em 2018, nós tínhamos 10,3 milhões de brasileiros que passavam fome. Hoje, em 2022, já temos 19,1 milhões de brasileiros.

Então, a segurança alimentar é fundamental. Se o Brasil baixar em 50% a produção de alimentos, o que será do nosso País?

São muito importantes os projetos que estão na pauta da Casa. Temos que explorar esses minérios. O Brasil é rico em potássio, fosfato, nitrogênio, e não os estamos explorando. Então, acho que é fundamental darmos a nossa contribuição.

Por último, Sr. Presidente, eu falo sobre um tema que não tive oportunidade de abordar ontem. Quero dizer do orgulho com que comemoramos o Dia Internacional da Mulher. Falo com orgulho aqui da minha esposa, Rosimar Maldaner, e não só por ter sido Prefeita, por 8 anos, de Maravilha. Ela, mulher empresária, mulher guerreira, muito nos orgulha. Agora, no dia 6, comemoramos 40 anos de matrimônio. É bonito chegar a esta tribuna e poder dizer isso, Deputado Pompeo. São 40 anos de matrimônio, que me deu uma filha, a Caroline, e o Eduardo. Já temos três netos. Sentimos muito orgulho dessa família.

Parabéns a todas as mulheres do Brasil!

Um abraço a todos!

Muito obrigado.

---

Documento 8/79

---

13.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária	-09/03/2022-
	CD	15:24
Publ.: DCD - 3/10/2022 -	MARCON-PT -RS	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	DISCURSO

---

### ***Sumário***

Decretação de estado de emergência em Municípios atingidos pela seca no Estado do Rio Grande do Sul. Necessidade de regulamentação, pelo Governo Federal, da Lei nº 14.275, de 2021, sobre as medidas emergenciais de amparo à



agricultura familiar, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19. Imediata votação pela Casa do Projeto de Lei nº 19, de 2022, sobre a adoção de medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes de secas e enchentes. Defesa de aprovação do Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, relativo à instituição do piso salarial nacional dos profissionais da enfermagem e da parteira.

---

**O SR. MARCON** (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Alexandre Frota, Sras. e Srs. Deputados, eu venho mais uma vez à Câmara - não vou me cansar, virei aqui todas as vezes em que for preciso - defender o meu Estado e os agricultores familiares. No Rio Grande do Sul, 421 Municípios decretaram situação de emergência por causa da seca, que atingiu os três Estados do Sul e Mato Grosso.

Nós queremos que o Governo regulamente a Lei Assis Carvalho 2, que esta Casa aprovou e, depois, derrubou o veto do Presidente. Essa lei estabelece política de emergência para os agricultores.

Outra questão se refere ao Projeto de Lei nº 19, de 2022, da nossa bancada, a do PT. Esse projeto está aqui, na Câmara. Queremos que seja votado com urgência. Ele cria um crédito emergencial para os agricultores: 40 mil reais por família, com juro zero, prazo de pagamento de 10 anos, carência e rebata na hora do pagamento.

Existe endividamento agrícola. Hoje, os nossos agricultores estão endividados, em razão da seca. Considere-se a área de custeio, a dos investimentos e também aquilo que se refere a dívidas de terceiros.

Dinheiro o Brasil tem! Este é um país rico. Permitiu que a Câmara criasse um orçamento secreto, que, segundo a *Globo News*, é de 35 bilhões de reais. Esse dinheiro não pode ser para compadre nem para amigo. Esse dinheiro é para atender os agricultores atingidos pela seca, pelas enchentes e também os nossos hospitais que estão pedindo clemência por falta de recursos do Governo Federal.

Sr. Presidente, eu também quero dizer que precisamos votar o Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, do Senador Fabiano Contarato, que institui o piso salarial da enfermagem. Esse projeto estabelece piso salarial para o enfermeiro, para o técnico de enfermagem e para o auxiliar de enfermagem.

Não adianta só mencionarmos o trabalho que prestamos ao nosso povo gaúcho e ao povo brasileiro. Precisamos mostrar algo concreto. A luta é constante. Inclusive, nesta semana, muitas enfermeiras e enfermeiros estavam em Brasília, pela sua organização, reivindicando

isso.

O nosso voto é favorável. Nós queremos criar o piso salarial nacional da enfermagem. Esta Câmara precisa mostrar lealdade a essa categoria.

Sr. Presidente, peço que este discurso seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

---

Documento 9/79

---

13.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 09/03/2022-15:56
Publ.: DCD 3/10/2022 -	DIEGO GARCIA-REPUBLICANOS -PR	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Filiação do orador aos quadros do Republicanos. Contrariedade à vacinação infantil. Elevação dos índices de evasão escolar e de geração de analfabetos funcionais no País.

---

**O SR. DIEGO GARCIA** (REPUBLICANOS - PR. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente. No último dia 3, eu me filiei ao partido Republicanos na cidade de Londrina, no Paraná. Estou muito feliz pela recepção do Presidente do Diretório de Londrina, Nelson Tsukahara; do Presidente Estadual Valdemar Bernardo Jorge; e do nosso Presidente do Republicanos, Deputado Marcos Pereira.

O partido está totalmente alinhado aos valores e aos princípios que sempre defendi nesta Casa. Estou muito feliz e grato pela acolhida de toda a Liderança, do nosso Líder Vinicius Carvalho, dos Parlamentares. Espero poder contribuir muito para que o partido cresça não só no meu Estado do Paraná, mas em todo o Brasil.

Num segundo momento, Sr. Presidente, eu quero registrar que nós não podemos aceitar mais os episódios e os ataques que estão sendo feitos à família brasileira, principalmente neste momento.

Estou falando aqui da imposição do uso dessa droga experimental nas nossas crianças. Essa imposição vem sendo feita não pelo Governo Federal, mas pelo Ministério Público em todo o Brasil. No Estado do Paraná, não é diferente.

Ora, as nossas crianças ficaram 2 anos fora das salas de aula! Eu tenho dois filhos em fase de alfabetização. Eles também ficaram fora das salas de aula. Só que nós os alfabetizamos dentro de casa. Mas a minha realidade é diferente da realidade da maior parte dos pais e dos brasileiros em todo o Brasil.

O que nós estamos promovendo aqui é o crescimento da evasão escolar nos próximos anos, o que já está ocorrendo. Deputado Otoni de Paula, o seu Estado é um dos Estados em que aumentou a evasão escolar. A tendência, nos próximos anos, é aumentar ainda mais.

E não é só isso! Haverá o aumento de uma geração de analfabetos funcionais em todo o território nacional. As empresas vão procurar pessoas para contratar e não vão encontrar gente qualificada, gente capaz de ler um manual e interpretá-lo. Nós precisamos fazer algo contra esses ataques que estão sendo feitos às famílias, aos pais. Existe uma ameaça aos pais que cuidam dos seus filhos com muito amor e carinho. Eles se sentem ameaçados, neste momento, porque a liberdade de escolha deles em relação aos seus filhos está sendo retirada. Além disso, nós corremos o risco de ver essas crianças fora das salas de aula.

---

Documento 10/79

---

13.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária -09/03/2022- CD	21:40
Publ.: DCD - 3/10/2022 -	ALENCAR SANTANA BRAGA-PT -SP	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

---

### ***Sumário***

Contrariedade à aprovação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 191, de 2020, sobre a exploração de recursos minerais, hídricos e orgânicos em terras indígenas.

---

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA** (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o que se está fazendo hoje aqui é um verdadeiro ataque ao povo brasileiro, ao meio ambiente, às comunidades indígenas, e mais uma vez, reafirmo, à democracia e à política, ao votar uma urgência virando as costas para os artistas que estiveram aqui ao lado e que, neste momento, estão atrás dessa parede.

Nós estamos tapando os nossos ouvidos, fingindo que não estamos vendo o que eles gritam lá fora, o que eles pedem lá fora, em uma praça repleta de jovens, homens e mulheres, povos indígenas, negros



e negras dizendo: "*Não destruam o nosso País! Não destruam o meio ambiente!*". Mas esta Casa está literalmente dizendo: "*Pouco me importa o que vocês dizem. Nós vamos continuar com o nosso intento destrutivo, obedecendo a um Governo que, desde o primeiro momento, demonstrou o menosprezo, a sua violência com todos aqueles povos mais humildes*".

Falaram há pouco aqui sobre quem se preocupou com as comunidades indígenas nesse período. Com certeza, não foi o Governo Bolsonaro, que até vacina negou, até atendimento na área da saúde durante a pandemia negou. Ele queria o genocídio e o praticou no nosso País.

---

Documento 11/79

---

13.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária	09/03/2022-22:12
	- CD	
Publ.: DCD - 3/10/2022	TIAGO MITRAUD-NOVO -MG	
-		
CÂMARA	DOS	QUESTÃO
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORDEM
		DE
		DE
		ORDEM

---

### **Sumário**

Questão de ordem sobre a anulação do Ato da Mesa nº 227, de 2022, relativo à instituição de sistema híbrido de deliberação remota.

---

**O SR. TIAGO MITRAUD** (Bloco/NOVO - MG. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Foi informada há pouco a possibilidade de haver uma sessão amanhã às 19 horas aqui no plenário.

A resolução do penúltimo sábado, com o novo sistema de votação, no qual teremos a participação nas discussões somente dos Deputados presentes em plenário, com aqueles que estarão no sistema remoto podendo apenas votar, ficou estranha, porque nós estaríamos criando dois tipos de Deputados: os que só votam e os que participam das discussões.

E essa sessão convocada de hoje para amanhã, num horário em que usualmente já não há mais Deputados em Brasília, as 19 horas de uma quinta-feira, com restrição de fala para aqueles que estarão na sessão de forma remota, o que será a imensa maioria deste Plenário, nos causa bastante estranheza e nos preocupa em termos do rito legislativo que está sendo adotado aqui, especialmente para a votação de um projeto bastante importante. Por isso, eu gostaria de formular a

nossa questão de ordem.

Com fundamento no art. 95 do Regimento Interno, combinado com o inciso V do art. 3º do Código de Ética e Decoro Parlamentar, com a Resolução nº 14, de 2020, o Ato da Mesa nº 123, de 2020, o Ato da Mesa nº 208, de 2021, e o Ato da Mesa nº 227, de 2022, venho suscitar a seguinte questão de ordem.

Em meados de 2020, no auge da pandemia, esta Casa desenvolveu, com o nosso devido apoio, um sistema deliberativo remoto que permitiu que este Parlamento continuasse a deliberar matérias importantes para o enfrentamento da pandemia, mesmo com as restrições de distanciamento, que dificultam a atividade parlamentar. Tais procedimentos foram regulados na Resolução nº 14, de 2020. Àquela altura, com as elevadas taxas de contágio que o País apresentava, houve a possibilidade de os Deputados permanecerem em seus Estados, discutirem e votarem as matérias, utilizando as soluções que esta Casa desenvolveu.

No entanto, à medida que, felizmente, essas taxas de contágio se reduziram e o percentual de vacinados aumentou, esperava-se que houvesse um retorno gradual das atividades presenciais, tanto no Plenário quanto nas Comissões. Esse, inclusive, foi o espírito do Ato da Mesa nº 208, de 2021, que estabeleceu diversas medidas de retorno gradual às atividades, como a necessidade de presença na Casa para a votação de proposições e a utilização do Zoom apenas nas sessões deliberativas. Tal ato deveria ter entrado em vigor em outubro de 2021, e teve a sua aplicação adiada até fevereiro deste ano, mas se esperava que entrasse em vigor a partir do mês de março.

Ocorre que fomos surpreendidos no último dia 5 de março pelo Ato da Mesa nº 227, que suspendeu o Ato da Mesa nº 208 e criou um modelo híbrido de deliberação remota ao diferenciar Deputados em duas categorias: os que estão em Brasília e podem votar e discursar, e os que ficam em suas casas, votam, mas não discursam e não participam ativamente dos debates.

Presidente, tal formato não faz nenhum sentido. Ou há Deputados com plenos direitos de votar e discursar, ou há Deputados ausentes. Esse modelo híbrido contraria o art. 3º do Código de Ética e Decoro Parlamentar, que prevê como dever do Parlamentar:

*Art. 3º .....*

*(...)*

*V - apresentar-se à Câmara durante as sessões legislativas ordinárias e extraordinárias e participar das sessões do Plenário e das reuniões*

*de comissão de que seja membro, além das sessões conjuntas do Congresso Nacional.*

Alternativamente, caso se entenda que ainda persistem as razões sanitárias que fundamentam o sistema remoto, que ao menos se permita aos Deputados discutir as matérias pelo Zoom, para que nós não tenhamos aqui um debate esvaziado ou um não debate a respeito de um projeto tão importante, que corre o risco de ser votado sem os Deputados nem saberem o que estão votando.

Tendo em vista isso, eu solicito a anulação do Ato da Mesa nº 227, de 2022, e a devida aplicação das medidas previstas para o retorno gradual das atividades do Ato da Mesa nº 208, de 2021.

Muito obrigado.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Presidente...

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PSD - AM)** - Aguarde só um pouquinho, Deputada. Eu vou responder a questão de ordem do Deputado Tiago Mitraud.

Nós temos uma situação objetiva: uma demanda do País quanto à necessidade de enfrentarmos a questão relativa ao preço dos combustíveis, sob a ótica, obviamente, de preservação dos interesses da PETROBRAS, que é uma empresa global, mas também sob a ótica de preservação dos interesses dos consumidores. Se nós tivermos um estouro do preço dos combustíveis... E essa é uma matéria que nós já votamos aqui. Ela só vai voltar para nós discutirmos as alterações promovidas no Senado.

Eu entendo que V.Exa., na formulação da questão de ordem, na verdade adentra num questionamento do próprio último ato da Mesa. Então, sob a ótica da validade ou não do último ato da Mesa, eu vou recolher a questão de ordem de V.Exa. para posteriormente dar a resposta.

Em relação à sessão de amanhã, em o Senado votando pela manhã, porque o Senado tem uma sessão, a priori, marcada para as 10 horas para votar a matéria, nós teremos a sessão da Câmara às 19 horas, para votar as alterações promovidas no Senado.

**O SR. TIAGO MITRAUD (Bloco/NOVO - MG)** - E nessa sessão só poderão falar os Parlamentares presentes no Plenário em Brasília.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PSD - AM)** - Exatamente.

**O SR. TIAGO MITRAUD (Bloco/NOVO - MG)** - Convenhamos,

pouquíssimos Parlamentares estarão aqui para poder discutir, debater essa matéria. Então este é o ponto: ou nós voltamos ao sistema que estava vigendo no último trimestre do ano passado, em que os Deputados tinham que estar presencialmente aqui, ou se permite a participação na sessão por via remota. Essa questão de que só quem está aqui pode participar das discussões, mas todos podem votar, estejam onde quer que estejam, no Brasil, é que cria essa divisão que, a nosso ver, não é benéfica às discussões aqui no plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PSD - AM)** - É, a situação é extraordinária e exige medidas extraordinárias. Nós estamos convivendo com isso desde o início da pandemia.

Obviamente, há Deputados que estão no plenário e que nunca discursam, também. Então, o discurso é liberalidade do Deputado. Além disso, assim como eu, tenho certeza de que V.Exa. ou alguém do NOVO, pela diligência que V.Exas. sempre têm com o tema, tem sempre a alternativa de adiar a viagem e ficar aqui para participar de um debate tão importante.

Essa é uma situação excepcionalíssima, Deputado Tiago. Eu entendo a ponderação de V.Exa. Como disse, levarei a questão de ordem no que diz respeito à convalidação ou não desse ato da mesa que cria essas duas possibilidades, a de estar no Estado só votando, sem falar, e a de estar aqui. Mas, em relação à sessão de amanhã, em havendo a confirmação da sessão do Senado, ela será mantida, até porque amanhã nós também temos uma sessão à tarde do Congresso Nacional, que continua em sistema híbrido, como estava desde o início da pandemia, com a diferença de que na sessão do Congresso Nacional é possível falar, mesmo remotamente.

**O SR. TIAGO MITRAUD (Bloco/NOVO - MG)** - Então, pela excepcionalidade, Presidente, na sessão de amanhã às 19 horas, aqueles Parlamentares que não conseguem de hoje até amanhã cedo rever suas viagens talvez pudessem, excepcionalmente, participar da sessão também remotamente, como foi feito até semana passada.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PSD - AM)** - Eu vou avaliar essa possibilidade, Deputado. Eu não tenho como firmar esse compromisso sem conversar com o Presidente Arthur Lira e sem ver as condições objetivas operacionais dessa questão. Mas eu me comprometo com V.Exa. que vou tentar construir essa possibilidade.

**O SR. TIAGO MITRAUD (Bloco/NOVO - MG)** - Muito obrigado.

Extraordinária - CD

Publ.: DCD  
3/10/2022 - LEO DE BRITO-PT -AC

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS ENCERRAMENTO

DISCURSO  
ENCAMINHADO  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Conquista do Prêmio Claudio Weber Abramo de Jornalismo de Dados de 2021, pelo projeto Engolindo Fumaça sobre os efeitos da poluição provocada pelas queimadas na saúde da população amazônica.

---

### **DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO LEO DE BRITO.**

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, idealizado pela Agência InfoAmazonia, o projeto Engolindo Fumaça foi um dos vencedores do Prêmio Claudio Weber Abramo de Jornalismo de Dados 2021. O projeto se baseia em uma série de reportagens especiais e conta com a participação de três jornalistas acreanos: o repórter Leandro Chaves, que assina duas das cinco matérias; e os fotógrafos Ramon Aquim e Dell Pinheiro.

Foram analisados, nas matérias, os efeitos da poluição do ar causada pelas queimadas sobre a saúde da população que vive na Amazônia Legal brasileira durante a pandemia da COVID-19. A cobertura utilizou dados de diversas fontes para verificar o agravamento das queimadas no ano de 2020 e contou com consultoria científica da Universidade Federal do Acre e do Observatório Clima e Saúde, do ICICT/FIOCRUZ.

O júri do prêmio, que selecionou um total de cinco iniciativas brasileiras de jornalismo de dados, destacou algumas características do projeto, como o levantamento e a análise das correlações entre o meio ambiente e a saúde no âmbito da pandemia, a interdisciplinaridade da equipe envolvida, os métodos e os formatos de visualização utilizados na reportagem.

Este projeto mostrou a importância, a força e, conseqüentemente, o êxito de ações que tenham a parceria de instituições de pesquisa e dos segmentos da sociedade comprometidos com o bem-estar da sociedade.

Por isso, quero parabenizar todos os envolvidos neste projeto, pelo

belíssimo e importante trabalho desenvolvido, que nos possibilitou uma visão dos impactos sofridos pela população amazônica em consequência das queimadas, num momento tão complexo como o da pandemia da COVID-19. Parabenizo, em especial, meus conterrâneos pesquisadores e jornalistas acreanos.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que o presente discurso seja aceito como lido e divulgado pelos meios de comunicação da Casa e pelo programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

---

Documento 13/79

---

14.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/03/2022- CD	23:56
Publ.: DCD - 3/11/2022 -	REGINALDO LOPES-PT -MG	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

---

### ***Sumário***

Não construção de usinas hidrelétricas e de refinarias de petróleo pela iniciativa privada. Prejuízos causados aos cofres públicos pela privatização de empresas estatais. Defesa de afastamento do Presidente Jair Bolsonaro.

---

**O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje existe quase uma unidade, uma união da Esquerda com o NOVO. Então, alguma coisa está acontecendo nesta Casa.

**O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ)** - Eu não concordo com a afirmação.

**O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG)** - Mas, mesmo na unidade, o NOVO faz ainda polêmicas.

É verdade, Sr. Presidente, que nos setores mais estratégicos - pesquisa, setor de ponta - é difícil encontrar algum país, até mesmo país liberal, em que a iniciativa privada tenha bancado os investimentos. Não é, Deputado Glauber Braga? V.Exa. está correto. Não há uma refinaria, como também não há hidrelétricas! Eles querem é roubar o patrimônio do povo brasileiro - é a vez do setor privado -, essa é a palavra!

Olhem o que está acontecendo com o setor de energia. Trinta e quatro usinas já foram amortizadas pelo povo brasileiro. O povo brasileiro pagou o investimento do Estado brasileiro. Pagou na conta de luz, e muito caro, diga-se de passagem. E agora esse Governo quer entregar isso a preço de banana para o setor privado. E aí o setor privado compra.

E, nesse cálculo, o próprio Ministro Revisor, o Ministro Vital do Rêgo, apontou um prejuízo de 69 bilhões de reais. Sobre o valor do projeto para se fazer a modelagem de privatização, o Governo Federal falava em 62 bilhões de reais. O próprio Ministro do Tribunal de Contas apontou ali, num cálculo, um erro de mais de 67 bilhões ou 68 bilhões de reais, dizendo que o valor adicionado, o valor econômico, é 130 bilhões de reais.

Mas, na verdade, eles não calcularam a capacidade de produção de energia por mais 20 anos, a capacidade, a potência de produção. Se isso fosse calculado, na verdade, pode-se dizer que esse patrimônio, durante 20 anos, não vale menos de 600 bilhões de reais. Esse é o valor que o povo brasileiro vai pagar novamente pelas usinas já amortizadas. Se fosse nos Estados Unidos, que é um país liberal, essas usinas automaticamente pertenceriam às forças de segurança do país. Passariam a ser patrimônio das forças de segurança daquele país, ou das forças armadas, na verdade.

Nós estamos perdendo a soberania nacional. Daqui a alguns dias, vamos falar que foi um erro privatizar as hidrelétricas no País. Nós talvez tenhamos a matriz mais limpa de produção de energia do planeta! E ocorre o que Governo fez agora: defendeu mineração em terras indígenas, falando da autonomia da produção de alimentos, mentindo mais uma vez para o povo brasileiro, com o pretexto da guerra na Ucrânia. De fato, arrependeu-se da venda, há 1 mês, de uma fábrica de fertilizantes da PETROBRAS para um grupo da Rússia.

Portanto, Sr. Presidente, esse Governo mente muito. Esse Governo produz muitas *fake news*. Esse Governo é do improviso, é da desorganização. Esse improviso, no auge da pandemia, fez com que a vacina que deveria ir para Manaus, a Capital do seu Estado, Presidente Marcelo Ramos, fosse para Macapá.

Portanto, nós precisamos derrubar esse Governo. É um caos a situação do povo brasileiro. Quem está pagando a conta é o povo mais simples, é o povo com menor poder econômico, é a classe trabalhadora.

16.2022

Sessão  
Extraordinária - CD

Deliberativa 15/03/2022-14:36

Publ.: DCD  
3/16/2022 -

DRA. SORAYA MANATO-UNIÃO -ES

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS  
BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Não estruturação das escolas no Estado do Espírito Santo para o retorno de alunos deficientes às aulas presenciais pós pandemia.

---

**A SRA. DRA. SORAYA MANATO (UNIÃO - ES. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, nobre Presidente.**

Cumprimento todos os ouvintes e todas as pessoas que participam remota e presencialmente desta sessão.

Sr. Presidente, eu sou do Estado do Espírito Santo e hoje venho aqui fazer uma denúncia grave sobre a situação escolar das crianças com deficiência no meu Estado.

Depois de 2 anos de pandemia, infelizmente, o Governador do Estado do Espírito Santo, Renato Casagrande, e o seu Secretário de Educação, Vitor de Angelo, não conseguiram se estruturar para receber nas escolas as crianças com deficiência - qualquer tipo de deficiência. Essas crianças estão sem os estagiários que lhes dão suporte, que fazem o acompanhamento no período em que estão nas escolas. Esses estagiários são cuidadores.

Isso é uma violação de um direito adquirido por essas crianças, é uma violação do Estatuto da Criança e do Adolescente, é uma violação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Eu queria perguntar ao Governador Renato Casagrande se, nesses 2 anos de pandemia, faltou tempo para fazer essa reestruturação.

As mães e os pais dessas crianças estão sendo tachados de bandidos. Eles estão sendo maltratados pelos seguranças e funcionários do Palácio Anchieta. Eles estão sendo tratados como bandidos porque estão requerendo um direito dessas crianças, desses jovens, que necessitam voltar à escola.

Além disso, essas crianças estão sendo mandadas para casa. Parte-se do princípio de que esses pais se programaram para as crianças estarem na escola nesse período, porque essas pessoas trabalham e



não têm com quem deixar esses jovens e essas crianças.

Eu pergunto: cadê o direito adquirido? Cadê a Constituição? Por que o Governador do Estado do Espírito Santo, Renato Casagrande, não cumpre a Lei Brasileira de Inclusão? Eu deixo essas perguntas para todos os capixabas.

Neste ano, haverá eleição. Prestem bem atenção em quem vocês vão votar. Vocês querem isso para as nossas crianças com deficiência?

Sr. Presidente, eu gostaria que o meu discurso fosse incluído no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigada.

---

Documento 15/79

---

16.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 15/03/2022-14:48
Publ.: DCD 3/16/2022 -	CARMEN ZANOTTO-CIDADANIA -SC	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Relato de ações de combate à epidemia de coronavírus promovidas pelo Parlamento brasileiro, especialmente pela Comissão Externa de Enfrentamento à Covid-19. Designação da oradora para o cargo de Relatora do Projeto de Lei nº 23, de 2020, originário da Lei nº 13.979, de 2020, sobre as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus. Recomendação à sociedade para continuidade do uso de máscaras faciais, especialmente por transplantados e pacientes oncológicos.

---

**A SRA. CARMEN ZANOTTO** (Bloco/CIDADANIA - SC. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nobre Deputado José Rocha, Sras. e Srs. Deputados, na última sexta-feira foi dia 11 de março. Há exatamente 2 anos, no dia 11 de março de 2020, nós conseguimos fazer com que o País e as Lideranças políticas compreendessem um pouquinho mais o que estávamos vivendo já no mês de fevereiro e na primeira semana de março, foi quando tivemos uma reunião de Comissão Geral para tratarmos da COVID-19.

Naquele dia, nós tínhamos aqui no plenário principal sessão do Congresso Nacional e tivemos que utilizar o espaço da CCJ - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Lá estiveram



conosco o então Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, o Deputado Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr., com quem depois presidimos a nossa Comissão Externa de Enfrentamento à COVID-19, vários pesquisadores, cientistas, gestores da área da saúde. Trabalhamos durante a tarde toda. À noite nós tivemos mais uma reunião da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com vários Ministros, em função do retorno do Presidente da República de uma missão aos Estados Unidos e da confirmação de um dos participantes daquela missão testar positivo para a COVID-19.

De lá para cá, Sr. Presidente, vivemos momentos de muita angústia, de muita preocupação e de muito trabalho. Ainda no dia 4 de fevereiro, nós - e eu tive a oportunidade de ser a Relatora do que hoje é a Lei nº 13.979, de 2020, uma lei sobre medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional - perdemos milhares de brasileiros, profissionais da área da saúde, vivemos inúmeras angústias pela falta de uma simples máscara para os trabalhadores da área da saúde, a angústia das famílias, Deputado Celso, porque não tínhamos os medicamentos para manter os pacientes entubados.

Mas este Parlamento, a Comissão Externa de Enfrentamento à COVID-19 não se furtou de fazer mais de 145 reuniões, de ter ido ao Instituto Butantan, à FIOCRUZ, de ter negociado com o Governo Federal e o apoiado em todas as ações para que pudéssemos ter vacinas, respiradores, todos os insumos necessários.

Agora estamos vivendo um novo momento, o momento em que Estados já estão liberando o uso da máscara. A liberação não significa que aqueles que queiram ou desejam continuar usando estão proibidos de usá-la.

Muito pelo contrário, está dizendo que estamos iniciando uma nova fase.

Mas quero aqui alertar, Presidente, para encerrar, pedir, recomendar aos transplantados, às pessoas que fazem quimioterapia, que são os pacientes oncológicos, a todas as pessoas que têm uma situação clínica diferenciada, que não deixem de se proteger, quer seja nos ambientes fechados, quer seja nos ambientes abertos, porque vão estar cuidando de suas vidas.

Muito obrigada a todos os trabalhadores que foram para a linha de frente enfrentar a COVID.

A pandemia ainda não terminou. Vamos continuar lutando!

Obrigada, Sr. Presidente.

---

Documento 16/79

---

16.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 15/03/2022-15:20
Publ.: DCD 3/16/2022 -	- MARCEL VAN HATTEM-NOVO -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Protesto contra a adoção pela Mesa Diretora do sistema híbrido de deliberação remota.

---

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (Bloco/NOVO - RS. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, eu quero aqui, desta tribuna - principal instrumento que nós, Parlamentares, temos para fazer valer o voto recebido nas urnas, ou seja, esta tribuna é justamente o meio de que nós dispomos para levar adiante as ideias propostas que defendemos nas eleições e que precisam ser, de fato, por todos os Parlamentares, expostas no ambiente parlamentar - dizer que esta tribuna, na semana passada, lamentavelmente, foi violada.

Nós tínhamos, Deputado Otoni de Paula, na semana passada, mais de 500 Deputados dando quórum na sessão de quinta-feira à noite, mas apenas, até onde foi contado, pouco mais de dez Deputados estavam no plenário. E nenhum Deputado que, naquela quinta à noite, estava ausente do plenário pôde utilizar a palavra. Isso é gravíssimo para a democracia, Sra. Presidente. Isso é gravíssimo, e não houve nenhum tipo de justificativa.

Acabou a pandemia. Se não acabou, está em vias de acabar. Inclusive, as máscaras não estão mais sendo obrigatórias. Aliás, no final de semana, eu estive no seu Estado de Santa Catarina, Deputada, que foi um dos primeiros a acabar com a obrigatoriedade do uso de máscaras. Ainda assim, esta Casa mantém um sistema remoto de votação que já foi alvo de duras críticas de Parlamentares de todos os partidos por diminuir as condições de utilizarmos não apenas a tribuna, mas também o nosso direito a voto, uma vez que não está aqui no plenário a maior parte dos Parlamentares, mas a justificativa era que esse sistema seria utilizado durante a pandemia. E, agora, no fim da pandemia, piora-se o sistema. Dá-se aos Parlamentares apenas o direito de votar, e não de falar. Então, por que nós temos sistema remoto de votação? É para os Parlamentares poderem cuidar das suas

campanhas na base ou fazerem outras atividades ao invés de estarem aqui em Brasília votando?

Aliás, justiça seja feita, o Deputado Arthur Lira, desde o início do seu mandato como Presidente, tem advogado pela volta das sessões presenciais. Por isso, para mim, torna-se ainda mais surpreendente a decisão da Mesa, que ele preside, de fazer com que a voz dos Deputados não presentes no plenário, mas presentes na sessão, seja calada.

Portanto, eu espero que aquela tenha sido a única e última dessas sessões, porque me senti honestamente calado, censurado. Nós já tínhamos outros compromissos na quinta-feira à noite, quando não há convocação, e a convocação foi da noite para o dia literalmente, depois das 11 horas da noite de quarta-feira. E eu estive calado, mudo durante uma sessão, pude apenas votar.

E isto aqui é um parlamento, onde se parla, onde se fala, não é um "votamento", Deputado Otoni. V.Exa. sabe, V.Exa. fala, V.Exa. discursa, como tantos outros Parlamentares aqui nesta tribuna mesmo pelo aplicativo Zoom. Não podemos aceitar mais isso. Que aquela tenha sido a única e última sessão. Que os Parlamentares possam voltar a falar, além de votar, senão deixa de ser um parlamento esta Câmara.

Eu pediria, Presidente, se fosse possível, a veiculação do meu discurso, pela sua gravidade, nos meios de comunicação da Casa.

---

Documento 17/79

---

16.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 15/03/2022-15:52
Publ.: DCD 3/16/2022 -	REINHOLD STEPHANES JUNIOR-PSD -PR	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Pedido à Presidência de inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 4.728, de 2020, acerca da reabertura do prazo de adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT. Repúdio às cenas de apologia à pedofilia, apresentadas no filme Como se tornar o pior aluno da escola, protagonizado por Fábio Porchat.

---

**O SR. REINHOLD STEPHANES JUNIOR (PSD - PR. Sem revisão do**

orador.) - Presidente desta sessão, Deputada Carmen Zanotto, eu venho à tribuna para falar sobre o REFIS para as empresas médias e grandes do Brasil. Nós terminamos, na semana passada, com as votações dos vetos, com o refinanciamento das microempresas e pessoas físicas. Os 50 bilhões que estavam inadimplentes podem aderir a esse REFIS, no caso das microempresas, e o Governo pode ajudar a salvar empresas que geram emprego e renda para os brasileiros. Isso foi importante, mas ainda falta a segunda etapa, que é a votação do REFIS para empresas médias e grandes e também para empresas que, durante a pandemia, tiveram muita dificuldade, com o seu faturamento às vezes caindo pela metade, caindo 80%.

Mas todas tiveram um prejuízo muito grande durante a pandemia, e muitas não puderam honrar o pagamento dos impostos, das dívidas com o Governo Federal.

Se nós fizermos essa votação agora, quem sabe neste mês de março ainda, vamos ajudar o País e essas empresas. Também é uma situação muito difícil, porque, mesmo com a pandemia amenizando, agora há outra questão mundial: a guerra, que está prejudicando a economia de todo o mundo e do Brasil também.

É importante aprovarmos o REFIS. Quero pedir ao Relator André Fufuca e também ao Presidente Lira que tragam para a pauta esse tema. O Ministro Paulo Guedes já acenou que esse assunto está maduro e é importante, porque empresas que estão hoje inadimplentes com o Fisco podem se recuperar a partir desse financiamento.

Outro tema que trago à pauta é o filme *Como se tornar o pior aluno da escola*. No filme, vi o Fábio Porchat com duas crianças, querendo que elas batessem uma punheta para ele - esse é o termo usado no filme. Se fosse um filme com adultos, acho que não haveria problema nenhum com o tema, já que retrata uma situação cômica, mas se fosse entre adultos, como uma brincadeira entre pessoas maduras. Como se trata de crianças, eu acho que, no mínimo, foram infelizes. A cena em que o Porchat fala com duas crianças para fazer aquilo é deplorável. As pessoas, principalmente o pessoal da Esquerda, têm que ter cuidado com esse tipo de assunto. Pedofilia ainda é crime no Brasil, e isso não vai mudar.

Eu espero que isso seja revisto, que pelo menos essa parte do filme seja cortada, porque não faz sentido essa apologia.

Obrigado, Presidente.

CD 17:00  
Publ.: DCD - 3/16/2022 - CARMEN ZANOTTO-CIDADANIA -SC  
CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS ORDEM DO DIA DISCUSSÃO DISCURSO

---

### *Sumário*

Discussão do Projeto de Lei nº 2.753, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 13.992, de 2020, acerca da suspensão, até 31 de dezembro de 2021, da obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviços, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, com vista à garantia de repasses dos valores financeiros contratualizados em sua integralidade.

---

**A SRA. CARMEN ZANOTTO** (Bloco/CIDADANIA - SC. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Sr. Presidente.

Eu quero mais uma vez agradecer a oportunidade que me foi dada pelo nobre Deputado André Fufuca para ser Relatora em plenário, ou seja, para ler o seu belíssimo relatório aqui no plenário.

Quero dizer que esta Casa muito trabalhou e que na semana do dia 11 de março, a última semana, completou exatamente 2 anos o trabalho intenso do Congresso Nacional, em especial da nossa Casa, para enfrentamento da pandemia de COVID-19. No dia 11 de março de 2020 - falei isso no início dos trabalhos da tarde de hoje -, nós fizemos a Comissão Geral, não neste plenário porque neste plenário iria acontecer uma sessão do Congresso, mas no plenário da CCJ, e lá debatemos por horas e horas, junto com o então Ministro Mandetta, com pesquisadores, Deputados e Deputadas e o Presidente da Casa, o momento que vivíamos, de início da pandemia. Exatamente nesse mesmo dia, 11 de março, surgiu o primeiro caso confirmado, de um membro da comitiva do Presidente da República que esteve nos Estados Unidos, e à noite desse mesmo dia 11 de março, fizemos outra reunião, com mais Ministros, aí com a participação também de Senadores da República.

De lá para cá, vivemos momentos de muita tristeza, vivemos momentos de muitas perdas, perdas de homens e mulheres, que foram a óbito frente a esta pandemia, que foram a óbito frente às dificuldades. Naqueles primeiros momentos, a equipe de saúde não tinha uma simples máscara, máscara essa cujo uso já começa a ser flexibilizado. Não estamos impedidos de usá-la, mas não temos mais a obrigatoriedade de usá-la em muitos Estados, tanto nos ambientes abertos quanto nos fechados.

A vacina foi fundamental para que nós pudéssemos enfrentar esta pandemia. O nosso Programa Nacional de Imunizações foi

fundamental. O trabalho da nossa Comissão Externa da Câmara dos Deputados, presidida pelo nobre Deputado Luizinho, da qual tenho a oportunidade de ser Relatora, cujos trabalhos estão se encerrando, foi fundamental. Agora, a rede hospitalar prestadora de serviços do SUS, os nossos hospitais filantrópicos e as Santas Casas foram essenciais e se reinventaram, garantindo cada vez mais leitos de UTI, suspendendo cirurgias, transformando salas de recuperação em verdadeiras UTIs e não mais em salas de recuperação de procedimentos eletivos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nada mais justo do que darmos aos prestadores de serviço do SUS segurança jurídica, a partir da aprovação deste texto, que precisa ir para a sanção presidencial o mais rapidamente possível. Portanto, o meu apelo aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas para que nós aproveemos na tarde de hoje este relatório e este substitutivo ao projeto de lei do nobre Senador José Serra, além dos projetos de lei do Deputado Antonio Brito e do Deputado Eduardo Barbosa, na forma do seu substitutivo, para darmos a segurança jurídica e o devido reconhecimento aos prestadores de serviços do Sistema Único de Saúde do nosso País.

Obrigada, Sr. Presidente.

---

Documento 19/79

---

16.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/03/2022- CD	19:56
Publ.: DCD - 3/16/2022 -	FELIPE CARRERAS-PSB -PE	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Apelo aos Parlamentares de rejeição do Veto Parcial nº 19, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, sobre as ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos, para compensação dos efeitos decorrentes das medidas de combate à Covid-19; a instituição do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - PERSE e do Programa de Garantia aos Setores Críticos - PGSC; e a alteração das Leis de nºs 13.756, de 2018, e 8.212, de 1991.

---

**O SR. FELIPE CARRERAS** (PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Gostaria de fazer um registro. Na próxima quinta-feira, na sessão do Congresso Nacional, o Congresso poderá fazer história e justiça com o setor mais penalizado nesta pandemia, que é o setor de eventos.

Estamos, hoje, recebendo Doreni Caramori, Presidente da ABRAPE -

Associação Brasileira dos Promotores de Eventos. Depois de tanta espera, eu acho que, nesta quinta-feira, até que enfim, o Congresso Nacional vai cumprir o seu papel.

Eu quero fazer este registro e agradecer ao Presidente Arthur Lira, que foi um grande protagonista na aprovação do projeto que atende ao setor; ao Presidente Rodrigo Pacheco; a todos os Líderes de bancadas - do Governo, da Oposição, do centro - e ao Deputado Reginaldo, Líder do PT, que foi fundamental.

Nesta quinta-feira, vamos votar "sim" à derrubada do veto; "sim" à derrubada do...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 20/79

16.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 15/03/2022-21:16
Publ.: DCD 3/16/2022 -	RUBENS PEREIRA JÚNIOR-PCDOB -MA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

---

### ***Sumário***

Sanção presidencial da Lei Complementar nº 191, de 2022, relativa à instituição do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus, (originária do Projeto de Lei Complementar nº 150, de 2020).

---

### **DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO RUBENS PEREIRA JÚNIOR.**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nos termos do Regimento Interno, dada a impossibilidade de leitura em plenário, solicito a V.Exa. que seja dado como lido, para efeito de registro nos Anais desta Casa, este discurso de minha autoria.

Na última semana, o Presidente Bolsonaro sancionou a Lei



Complementar nº 191, de 2022 , que institui o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2. A lei beneficia exclusivamente os servidores da saúde e da segurança pública de todos os entes federativos, na contagem do período de maio de 2020 a dezembro de 2021, para aquisição de direitos relacionados ao tempo de serviço. É justo que esses profissionais sejam valorizados, afinal trabalharam na linha de frente da pandemia de COVID-19, dedicando-se incansavelmente a salvar vidas.

Eu votei pela aprovação do Projeto de Lei nº 150, de 2020 , que deu origem à Lei Complementar nº 191, de 2022. No dia da apreciação do projeto, tentamos incluir também os profissionais da educação e da assistência social na contagem do tempo de serviço, porém o voto foi vencido.

Agora, muitos professores do Maranhão estão indignados. Eles alegam que a lei valida a exclusão do tempo de serviço dos profissionais da rede pública de todo o País nesse período que foi a fase mais crítica da pandemia de COVID-19.

O período não contará para efeito de obtenção de direitos que constem em planos de carreira, como adicionais, licença-prêmio, anuênios, quinquênios e outros. Também significa dizer que os professores do Brasil não trabalharam durante a pandemia de COVID-19. Logo, fica o questionamento: se professores não trabalharam na pandemia, os alunos e as alunas vão repetir o ano? As aulas remotas e o ensino a distância não existiram? É claro que não.

Apesar de o PLP 150/20 ter sido aprovado com 359 votos a favor e 17 contrários, juristas do Brasil entendem que confiscar o tempo de serviço dos professores é ilegal e poderá trazer muitos prejuízos.

Entendemos que os profissionais da saúde e da segurança pública atuaram na linha de frente no combate ao coronavírus. Entretanto, as atividades remotas e o ensino a distância realizados pelos profissionais da educação não pararam. Pais e mães de alunos e alunas sabem disso. Foi - e ainda é - um grande desafio manter o ensino durante a pandemia.

Inegavelmente, os professores do Brasil fizeram um brilhante trabalho durante a pandemia de COVID-19. Assim como os Parlamentares do Congresso Nacional, os professores se reinventaram, com o apoio da tecnologia e da comunicação digital, para manterem as atividades. Eles merecem respeito, reconhecimento e valorização.

Era o que tinha a dizer.

---

Documento 21/79

---

18.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 16/03/2022-14:08
Publ.: DCD 3/17/2022 -	- GENERAL GIRÃO-UNIÃO -RN	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Apoio à revogação do uso obrigatório de máscaras faciais como medida preventiva da Covid-19. Responsabilidade da Governadora do Estado do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra, pelo atraso nas obras de duplicação do trecho da BR-304 denominado Reta Tabajara.

---

**O SR. GENERAL GIRÃO (UNIÃO - RN. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, muito obrigado. Peço, de antemão, que minhas palavras tenham eco no programa *A Voz do Brasil*.

São 3 minutos. Deram-me apenas 30 segundos. *(Riso.)* Estão cortando meu tempo, mas somos amigos!

Faço minhas as palavras que V.Exa., Presidente, pronunciou hoje aqui, quando disse que nós estamos buscando a unidade, a governabilidade, procurando criar condições para que o País possa realmente crescer, para que possa sair desta situação de pandemia. Nós precisamos resolver esta situação de uma vez por todas. Temos uma Casa ao lado, que até já aboliu o uso de máscaras. Enfim, são condutas que precisamos adotar. Vários Municípios no País também já aboliram as máscaras. Eu fico preocupado se realmente esses Municípios estão em boas condições para atender à saúde, se nós tivermos uma nova retomada do vírus.

O vírus começa a perder força, com certeza absoluta por conta das vacinas, e começa a perder força porque grande parte da população já está devidamente vacinada, já está com a imunidade mais fortalecida.

Sr. Presidente, eu gostaria de destacar, nesta fala, o lamentável episódio do atraso nas obras da Reta Tabajara, uma importantíssima via de circulação no Estado do Rio Grande do Norte, pelo fato de a Governadora ter insinuado à bancada federal que a emenda de bancada para a obra da Reta Tabajara deveria ser utilizada para comprar a vacina Sputnik. Esta emenda, de 16 milhões, para a Reta

Tabajara foi perdida, e agora o DNIT vai precisar fazer uma nova licitação para conseguir recursos para concluir as obras.

Às vezes, governar é executar, ajudar, e não atrapalhar. Portanto, é lamentável que a Governadora tenha atrapalhado uma obra tão importante, que visa exatamente ao prosseguimento da duplicação, que já foi feita de Recife até Natal. A duplicação sai de Natal, passa por Parnamirim e vai até Macaíba, no fim da Reta Tabajara, onde fica a bifurcação com a BR-226.

Nós temos, sim, uma demanda para melhorar a infraestrutura do País, que ficou muitos anos esquecida, muitos anos no atraso. Eu espero que, com a força da bancada para recolocar emendas, o DNIT consiga que esta obra seja retomada. A obra não está parada. Na verdade, ela foi prejudicada com este atraso. Nós esperamos ter mais segurança ao nos deslocarmos nas estradas.

Em tempo, Presidente: eu cumpri meu tempo!

Muito obrigado.

---

Documento 22/79

---

18.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 16/03/2022-14:28
Publ.: DCD 3/17/2022 -	FREI ANASTACIO RIBEIRO-PT -PB	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Quadro de desemprego, fome, miséria e morte por coronavírus reinante no Brasil. Ocorrência de reajustes abusivos nos preços de combustíveis e do gás de cozinha. Expectativa de pagamento pelo Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, de reajuste salarial aos Agentes Comunitários de Saúde e aos Agentes de Combate às Endemias.

---

**O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Sem revisão do orador.)**  
- Agradeço a V.Exa., Deputado Luiz Lima.

Quero cumprimentar V.Exa., que preside esta Mesa, cumprimentar meus colegas Parlamentares e cumprimentar os telespectadores da TV Câmara.

Sr. Presidente, depois desses aumentos absurdos no preço dos

combustíveis - foi muito importante a fala do colega Parlamentar que me antecedeu -, piora cada vez mais a situação dos brasileiros.

Em todo o País, o clamor é geral. O País enfrenta a fome, a miséria, o desemprego, as mortes pela COVID e, agora, afunda ainda mais em razão do preço dos combustíveis. Nas ruas, praças, feiras livres, residências, em todos os lugares, o assunto é esse massacre ao bolso do povo brasileiro. Há lugares no País em que a gasolina já está sendo vendida a 11 reais. No Acre, o botijão de gás custa 150 reais. Os alimentos estão com o preço nas alturas.

Esse é o retrato do Governo Bolsonaro, que está levando o País ao abismo e ainda tenta enganar o povo dizendo que a culpa é da guerra na Ucrânia.

Sr. Presidente, eu volto a apelar, desta tribuna, para que o Governo Federal olhe para os agentes comunitários de saúde e para os agentes de combate a endemias. Esses profissionais estão mobilizados em todo o Brasil, esperando que o Ministro da Saúde implemente o reajuste ao piso salarial deles.

Ministro Marcelo Queiroga, meu conterrâneo da Paraíba, olhe para essas categorias!

Esse reajuste do piso foi aprovado pelo Congresso Nacional e está sendo desprezado pelo Governo Bolsonaro. Isso é um desrespeito não só aos agentes de saúde e aos agentes de combate a endemias, mas também ao Congresso Nacional e ao povo brasileiro.

Sr. Presidente, solicito que estes dois comunicados sejam divulgados no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado, Deputado Luiz Lima.

---

Documento 23/79

---

18.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	16/03/2022-14:32
Publ.: 3/17/2022 -	DCD	JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Incompetência do Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, demonstrada no anunciado pedido, ao Presidente da República, de declaração da Covid-19

como doença endêmica. Ocorrência de 52 mil novos casos de contaminação por coronavírus e de 366 mortes diárias, em média, pela doença no Brasil. Necessidade de integração da Covid-19 com a Influenza pela vigilância sanitária, e de inclusão, de forma perene, da vacina do coronavírus no Calendário Nacional de Imunização.

---

**A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Sem revisão da oradora.) -**  
Obrigada, Deputado Luiz Lima.

Eu gostaria de abordar aqui a questão da pandemia. Parece que este Plenário não tem mais tratado desse tema.

Eu até me mantenho com máscara, Deputado Luiz Lima, mas vou retirá-la só enquanto estou na tribuna, porque aqui estou sozinha. Mantenho-me com máscara no plenário.

Em primeiro lugar, eu ouvi hoje uma fala do Ministro da Saúde dizendo que pediria ao Governo que soltasse um decreto ou uma resolução que declarasse que o Brasil está em endemia, não em pandemia.

Mais uma vez, o Ministro da Saúde declara a sua incompetência. Eu vou dizer assim, porque é assim que eu vejo o Ministro da Saúde.

Nós estamos ainda com 52 mil casos novos e com 336 mortes, em média. Isso quer dizer que nós reduzimos o número de casos e reduzimos o número de mortes. Isso é fruto da vacinação que o Brasil conseguiu alcançar, porque a população brasileira acredita na vacina, apesar da negação do Presidente da República e da tentativa de que os pais não levassem seus filhos à vacinação e de que as pessoas não acreditassem na vacina como ciência.

Nós temos, sim, a possibilidade de vencer a COVID. No entanto, nós ainda temos um decreto de emergência em saúde pública em vigor. Nós fizemos esse decreto em cima de vários critérios. Parte desses critérios está sendo vencida, mas nós ainda não retiramos a vigência desse decreto. Esse decreto está em vigência no Brasil desde fevereiro de 2020. Nós temos uma epidemia de COVID no Brasil. Ainda é uma epidemia nacional, com expressões diferenciadas em cada região.

Presidente Luiz Lima, peço mais 30 segundos, assim que esses 30 segundos acabarem, para fazer aqui uma proposta.

Segundo avaliação de epidemiologistas competentes, nós precisamos entrar agora numa análise de transição, na medida em que temos em vigor um decreto de emergência em saúde pública. É preciso que a vigilância consiga integrar COVID e Influenza. É preciso analisar medidas de transição entre Ministério, Estados e Municípios. É preciso

colocar a vacina contra a COVID no Calendário Nacional de Vacinação de forma perene, de forma permanente, a fim de que ela seja integrada ao nosso Calendário Nacional de Vacinação. Nesse acompanhamento integrado de vigilância entre COVID e Influenza, é necessário que analisemos como vamos encarar esse processo epidêmico no Brasil, para que, mais à frente, possamos sustar o decreto de emergência em saúde pública.

Essa deve ser a conduta do Ministério da Saúde neste momento, para que tenhamos, de fato, um procedimento correto. Nós não estamos em endemia. Nós estamos ainda em uma epidemia no Brasil - ela é nacional, com expressões e controles diferenciados em todo o País.

Portanto, não cabe um decreto de endemia, não cabe essa nomenclatura ainda para o Brasil. Precisamos da vacina contra a COVID integrada ao Calendário Nacional de Vacinação.

Muito obrigada, Presidente Luiz Lima.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Lima. PL - RJ) - Obrigado, Deputada e Médica Jandira Feghali.

Deputada Jandira, parabéns pela sua coerência de sempre ao defender os seus eleitores! A senhora é uma das Deputadas mais atuantes nesta Casa. Independentemente dos nossos pontos de vista políticos, quero dizer que V.Exa. é sempre muito coerente. Parabéns!

Deputado Leo de Brito, a 11ª inscrita seria a Deputada Alê Silva, que fez uma troca com o Deputado Eli Borges, que seria o 15º inscrito. Eu posso chamar o Deputado Eli Borges e, depois, chamar V.Exa.? (*Pausa.*)

Obrigado.

Tem a palavra o Deputado Eli Borges, do Solidariedade do Tocantins, o mais novo Estado do nosso País.

Deputado Eli Borges, V.Exa. tem 3 minutos.

---

Documento 24/79

---

18.2022

Sessão  
Extraordinária - CD

Deliberativa 16/03/2022-14:52

Publ.: DCD  
3/17/2022 -

- ALÊ SILVA-REPUBLICANOS -MG

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS  
BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

### *Sumário*

Ações do Governo Jair Bolsonaro a favor dos povos originários para enfrentamento à epidemia de coronavírus. Apoio das comunidades indígenas à prática de mineração em suas terras. Defesa de aprovação do Projeto de Lei nº 191, de 2020, sobre a exploração de recursos minerais, hídricos e orgânicos em solo indígena.

---

**A SRA. ALÊ SILVA** (REPUBLICANOS - MG. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Presidente! Quanto honra ver V.Exa. à frente dessa Mesa! E vou aqui profetizar: ainda quero vê-lo aí como titular. Deus há de querer também.

Boa tarde, Presidente! Boa tarde, colegas! Boa tarde, Brasil!

Sim, viva os povos indígenas! Viva a democracia do nosso País! E o que é a democracia? A democracia é a vontade da maioria.

Como bem disse aqui o nosso Presidente, eu sou de Minas Gerais, e em Minas Gerais eu já tive a oportunidade de visitar várias tribos indígenas. Em toda tribo a que eu chegava, os caciques e os moradores vinham me agradecer pela intervenção do Governo Bolsonaro, principalmente durante o período da pandemia, que nada deixou faltar-lhes, nada! Foram os primeiros a serem vacinados, foram agraciados com cestas básicas e com saúde. Segundo eles, nada ficou devendo o nosso Governo para as nossas tribos indígenas.

E a questão da mineração, Presidente? Os povos indígenas querem sim, na sua maioria, a mineração, porque eles querem ter a própria subsistência. Eles não querem mais depender do Estado. Eles querem uma mineração digna, cidadã, consciente, algo legalizado. Eles querem poder fazer uso das suas próprias terras, gente! Por que os índios não podem fazer uso das suas próprias terras da forma como lhes aprouver?

Mas nós entendemos, Excelência, porque os partidos de esquerda e a Oposição temem, e muito, perder essa base política, que hoje para eles já é minoria. A maioria dos índios já são pessoas conscientes. Querem trabalhar, querem lutar, querem estudar. Eles querem ter os mesmos direitos aos mesmos confortos, à mesma evolução de vida que os brancos têm.

Então, vamos respeitar a vontade da maioria dos índios! Eles querem sobreviver, eles querem prover a própria subsistência, e nós estamos de acordo com isso. Vamos levar adiante esse projeto de lei, que permite a mineração, uma mineração consciente e com segurança, que

atende às demandas dos povos indígenas.

Era o que tinha a dizer, Presidente. Deixo aqui esta minha, e eu gostaria muito que constasse do programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigada.

---

Documento 25/79

---

18.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	16/03/2022-14:56
Publ.: DCD 3/17/2022 -	- CÉLIO MOURA-PT -TO		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Inconsistência do discurso proferido por Deputada sobre a concordância dos indígenas com a mineração em suas terras, e sobre o combate ao coronavírus nas aldeias pelo Presidente Jair Bolsonaro. Resultado da reunião convocada pelo Vice-Presidente da Casa, Deputado Marcelo Ramos, para debate da questão da fome no País, com a participação da Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional, da Frente Parlamentar de Combate à Fome, de entidades e empresários. Liderança do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em pesquisas de intenção de voto à sucessão presidencial.

---

**O SR. CÉLIO MOURA (PT - TO. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu acho que a Deputada que me antecedeu mora nos Estados Unidos. Devem ser os índios americanos que querem a mineração nas suas terras e devem ter sido estes que, quando houve o problema da pandemia, foram todos vacinados. Digo isso porque eu moro no Tocantins, que tem oito etnias. Acabaram com a saúde indígena, e centenas de índios morreram por causa da COVID-19. Foram totalmente abandonados os índios do Tocantins.

E a mineração nas terras indígenas é para tirar o diamante lá da Reserva Roosevelt, o ouro dos ianomâmis e outras jazidas que existem por aí. Mineração? Nunca nas terras indígenas!

Sr. Presidente, eu gostaria de falar sobre uma reunião que nós fizemos hoje com o Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Marcelo Ramos, que convocou duas frentes parlamentares, a Frente Parlamentar de Combate à Fome, presidida por mim, e a frente parlamentar que discute a questão da segurança alimentar e nutricional do Brasil. Reunimos várias entidades brasileiras que cuidam da



questão da fome no Brasil. Foram convocados também empresários. Debateremos a questão da fome no País.

Mais de 20 milhões de brasileiros passam fome. Todo mundo já sabe que 100 milhões de brasileiros sofrem com a insuficiência alimentar. Portanto, Sr. Presidente, foi muito positiva essa reunião com a presença do Deputado Marcelo Ramos, que chamou essas frentes e muitos empresários e entidades nacionais para discutir a questão da fome e da miséria no Brasil.

Para concluir a minha fala, eu gostaria de parabenizar o Presidente Lula. Segundo a Pesquisa Quaest que saiu hoje, Lula tem 50% das intenções de voto. Vai ganhar no primeiro turno as eleições! E eu fico muito feliz, porque o povo brasileiro não tem a memória curta. Nós saímos do Mapa da Fome e voltamos novamente. E agora, como diz Ziraldo, há uma esperança, e essa esperança é Lula, nosso próximo Presidente.

Portanto, é com muita satisfação que o Partido dos Trabalhadores lançará a candidatura de Lula, nos próximos dias, a Presidente da República. E, sem sombra de dúvida, iremos ganhar as eleições no primeiro turno!

Sr. Presidente, eu gostaria que a minha fala fosse repercutida no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

---

Documento 26/79

---

18.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	16/03/2022-15:04
Publ.: DCD 3/17/2022 -	LÍDICE DA MATA-PSB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Transcurso do 60º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Crisópolis, no Estado da Bahia. Saudação ao Prefeito Municipal Leandro Dantas. Comemoração dos aniversários de emancipação político-administrativa dos Municípios de Cachoeira e Catu, no Estado. Regozijo com a aprovação, pelo Senado Federal, do Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2021, (Projeto Paulo Gustavo), sobre a concessão, pela União, de apoio financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantia de ações emergenciais destinadas ao setor cultural. Prejuízos causados ao País

pelo fechamento de fábricas de fertilizantes. Repúdio ao discurso governamental a favor da mineração em terras indígenas.

---

**A SRA. LÍDICE DA MATA** (PSB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e órgãos de comunicação da Casa, que nos levam aos brasileiros e brasileiras que nos assistem, eu gostaria rapidamente de registrar e enviar o meu abraço ao Prefeito Leandro Dantas e à cidade de Crisópolis, que, no dia 12 de março, completou 60 anos de emancipação política - e eu estive presente. Envio o meu abraço também às minhas queridas cidades de Cachoeira, minha terra natal, cidade heroica, monumento nacional, e de Catu, terra dos meus pais, dos meus avós, queridas cidades do Estado da Bahia, Deputado Jorge Solla, que, no dia 13, também comemoraram os seus aniversários de emancipação política.

Mas, Sr. Presidente, eu quero saudar a luta do setor de cultura do Brasil, que ontem conseguiu a aprovação da Lei Paulo Gustavo, no Senado Federal, consolidando o recurso de 3,8 bilhões e 286 milhões de reais para a Bahia, para que possamos garantir a circulação dos recursos nessa área cultural para milhares de trabalhadores em todo o Brasil, de fazedores da cultura, num Estado que tem na economia desse setor um importante impacto no seu desenvolvimento, como é o caso da cidade de Salvador, que há 2 anos não tem carnaval, e do nosso São João em todo o Estado da Bahia, com impacto em todo o nosso território.

Para nós que participamos dessa luta, com tantos outros Deputados e Senadores, essa é uma razão de alegria e comemoração.

Por fim, Sr. Presidente, quero dizer que desde o início desse Governo Bolsonaro, quando se redefiniu a política da PETROBRAS, vinha-se denunciando o primeiro fechamento das fábricas de fertilizantes em todo o Brasil, que tinham uma participação importante, num País que vive do agronegócio. Agora veio a guerra, e tentam criar o discurso de que precisam fazer mineração em terra de indígena para poder salvar o Brasil da falta de fertilizantes. Chegaria a ser piada, se não fosse trágico! Realmente é uma cena de certo cinismo.

E temos que ouvir aqui, num Congresso de mais de 500 participantes, uma indígena só, uma só mulher representante dos indígenas brasileiros, que não tem o direito a voz! Outros vêm aqui dizer que é essa a decisão dos indígenas, sem tê-los consultado. É escandaloso, é inaceitável que continuemos esta votação de mineração em terra indígena.

18.2022 Sessão Extraordinária - CD Deliberativa 16/03/2022-15:12  
 Publ.: DCD - MARCELO MORAES-PTB -RS  
 3/17/2022 -  
 CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

### *Sumário*

Aplausos à Mesa Diretora pela revogação do uso obrigatório de máscaras preventivas do coronavírus nas dependências da Câmara dos Deputados. Protesto contra a exigência do uso de máscaras por crianças em creches e escolinhas, no Município de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. Apresentação de requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 4.647, de 2020, de autoria do Deputado Jerônimo Goergen, sobre a alteração da Lei nº 13.979, de 2020, com vista à revogação do uso obrigatório de máscaras faciais por crianças com menos de doze anos de idade.

**O SR. MARCELO MORAES** (Bloco/PTB - RS. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Presidente! Eu quero parabenizar a Mesa pelo ato da Mesa que desobriga o uso da máscara aqui na Casa, assim como quero parabenizar vários Estados que também já deliberaram pela não utilização da máscara. Nós, lá no Rio Grande do Sul, em especial na minha Santa Cruz do Sul, estamos vivendo o absurdo da exigência de máscaras para as crianças nas creches e nas escolinhas.

Eu hoje ingressei com um requerimento de pedido para que se vote de forma urgente o projeto do Deputado Jerônimo Goergen, que assegura que não exista mais esta exigência absurda.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado.

Documento 28/79

18.2022 Sessão Extraordinária - CD Deliberativa 16/03/2022-15:12  
 Publ.: DCD - JORGE SOLLA-PT -BA  
 3/17/2022 -  
 CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

### *Sumário*



Protesto contra a revogação do uso obrigatório de máscaras preventivas do coronavírus nas dependências da Câmara dos Deputados. Apresentação de proposta de emenda à Constituição sobre a reestatização de refinarias, distribuidoras e gasodutos da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS. Convicção do orador na recondução do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao poder. Protesto contra os elevados preços de combustíveis e do gás de cozinha no País.

---

**O SR. JORGE SOLLA** (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente. Eu quero falar acerca do escândalo dos preços de combustível, mas não posso deixar de fazer um parêntese sobre o absurdo em relação a se retirar a obrigatoriedade do uso de máscaras nesta Casa. É mais um descalabro. É até interessante ver os Deputados que apoiam o Governo genocida, que já estão todos aqui sem máscaras, mas foram obrigados a tomar a vacina, mesmo aqueles que fizeram e fazem campanha contra a vacina.

Eu quero registrar que nós protocolamos ontem uma proposta de emenda constitucional que propõe reestatizar refinarias, distribuidoras e gasodutos da PETROBRAS. Temos certeza, Presidente Gleisi Hoffmann, de que o Presidente Lula será eleito.

Precisamos preparar as condições para que ele retome a PETROBRAS para os brasileiros. Por isso, essa proposta que nós apresentamos.

Para a proposta, quero pedir o apoio e a assinatura, Deputada Lídice da Mata, de todos os nossos colegas, para a tramitação dessa PEC. Visa restabelecer as atividades, por parte da PETROBRAS, no monopólio público de refino, exploração, distribuição, gasodutos e importação de derivados, retomando o patrimônio que foi entregue - não foi vendido, não, foi entregue - da BR Distribuidora, dos gasodutos e da Refinaria Landulpho Alves.

E aí nós temos um absurdo. É bom lembrar, para aqueles que estão com a memória um pouquinho prejudicada, Deputado Vicentinho, quanto era o preço da gasolina, quando deram o golpe e tiraram a Presidenta Dilma: 3 reais e 75 centavos. Hoje, custa 8 reais e 35 centavos. O preço do botijão do gás de cozinha era 47 reais, e hoje custa 103 reais, graças a uma política que pega um produto, um barril de petróleo, retirado do pré-sal, a um preço médio de 4 dólares, e o precifica a 130 dólares, tirando o dinheiro do povo trabalhador, tirando o dinheiro da população mais pobre, para garantir os lucros bilionários de uma elite que tem ações da PETROBRAS na Bolsa de Nova York e na Bolsa de São Paulo.

Em 2021, o lucro da PETROBRAS subiu assombrosos 1.400%.

Chegou a 106,6 bilhões de reais! Enquanto isso, os investimentos públicos do Governo Federal são de 44 bilhões de reais. Eu quero que me mostrem qual é o produto que tem o preço de consumo inicial de 4 dólares e é vendido por 130 dólares. Isso é escorchante, Sr. Presidente, isso é um roubo! Vamos colocar o nome certo: isso é roubo. O Governo Bolsonaro está permitindo o maior roubo de que o povo brasileiro já foi vítima: pagar valores que chegam a 130 dólares, num barril de petróleo que custa para a PETROBRAS apenas 4 dólares, extraído aqui do pré-sal.

Então, para acabar com esse descalabro, vamos reestatizar a PETROBRAS.

Peço que divulgue nossa fala nos órgãos de comunicação desta Casa.

---

Documento 29/79

---

18.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 16/03/2022-15:24
Publ.: DCD 3/17/2022 -	MARCEL VAN HATTEM-NOVO -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Defesa de privatização da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS e da quebra do monopólio estatal de petróleo. Repúdio à manifestação do Presidente Jair Bolsonaro sobre a intervenção na política de preços de combustíveis. Repúdio ao pronunciamento da Deputada Gleisi Hoffmann a respeito da PETROBRAS. Protesto contra a exigência de atestado de vacinação ao alunato pela Prefeitura Municipal de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul. Contrariedade à exigência de apresentação de passaporte sanitário por universidades federais.

---

**O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Sem revisão do orador.)**  
- Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, é certo que nós defendemos que a PETROBRAS seja privatizada e que se acabe com o seu monopólio. Portanto, as frequentes falas deste Governo, em particular do Presidente Bolsonaro, que tendem à intervenção na política de preços, são falas desarrazoadas e que não estão de acordo com aquilo que se deve defender: que a PETROBRAS siga uma economia de mercado, seja privatizada e tenha o monopólio quebrado.

Agora, Deputado Reinhold Stephanes Junior, ouvir aqui a Deputada Gleisi Hoffmann, do PT, falar que entende de PETROBRAS? Só se



entende de quebrar e de roubar, porque foi um absurdo o que aconteceu com esta estatal durante os Governos do PT. Não digo mais nada além disso neste momento, até porque o assunto que me traz a esta tribuna é outro. Mas não poderia ouvir calado as manifestações feitas pela Deputada petista que me antecedeu aqui na tribuna.

Sr. Presidente, o que me traz aqui a esta tribuna é o fato de que, lamentavelmente, continua a perseguição no Município de São Leopoldo, também, aliás, governado pelo PT, pelo Prefeito Ary Vanazzi. Eu recebi de pais uma notificação - notificação -, Deputado Stephanes, da direção da escola, em que o diretor da escola de ensino fundamental notifica o pai dizendo: *"(...) requer a V.Sa., no prazo de 48 horas, a contar do recebimento deste - ou seja, da notificação -, a apresentação de comprovante de vacinação contra a COVID-19 ou atestado médico atualizado que evidencie contraindicação à vacinação de crianças e/ou do estudante sob sua responsabilidade"*.

São 48 horas de prazo ou o pai não pode mais mandar o seu filho para a escola. Isso é um absurdo, Sr. Presidente, é um absurdo! Deve ser garantida a liberdade! Nós estamos no fim da pandemia!

Aqui na Câmara, já não se utiliza mais máscara obrigatoriamente. Utiliza-a quem quer. É um absurdo!

É um absurdo também estar sendo cobrado em determinadas universidades federais e outros meios o passaporte sanitário, que já teve a sua rejeição, inclusive com o meu voto, aqui no plenário da Câmara dos Deputados. Nós fomos contra isso.

Isso está se tornando perseguição política. E fala alguém aqui que é vacinado, que respeita a ciência, como ninguém. Eu digo: a ciência é justamente onde há dúvida, para que as hipóteses possam ser testadas e eventuais certezas depois venham.

Mas é necessário, por isso mesmo, Sr. Presidente, que haja liberdade para aqueles que consciente e voluntariamente decidiram se vacinar - e foi a grande maioria da população -, tanto é que o vírus já está debelado praticamente no mundo todo. É preciso garantir essa liberdade, porque é por meio da consciência que as pessoas podem tomar a sua decisão da melhor forma.

Por isso, Sr. Presidente, agradecendo a V.Exa. a tolerância, concluo dizendo mais uma vez que estou me sentindo revoltado com essa decisão do Prefeito de São Leopoldo. Hoje à noite haverá uma audiência pública no Município na Câmara de Vereadores para tratar desse tema.

Não podemos admitir perseguição política àqueles que querem apenas

exercer o seu direito de liberdade. Sou a favor da vacina, sou vacinado, entendo que ela ajudou fundamentalmente a combater o vírus e debelar esta pandemia, mas não é desse jeito, ainda mais com crianças, que se pode agir no nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 30/79

---

18.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 16/03/2022-15:32
Publ.: DCD 3/17/2022 -	HEITOR SCHUCH-PSB -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Solidariedade aos agropecuaristas da Região Sul atingidos pela estiagem, especialmente no Estado do Rio Grande do Sul. Elevados prejuízos socioeconômicos provocados pelo fenômeno climático. Expectativa da edição de medida provisória sobre o aporte de recursos aos agricultores. Convite aos Deputados para participação em reunião da Frente Parlamentar da Agricultura Familiar. Expectativa quanto ao volume de recursos e as normas regentes do Plano Safra.

---

**O SR. HEITOR SCHUCH (PSB - RS. Sem revisão do orador.)** - Muito obrigado, Sr. Presidente Luiz Lima, a quem eu cumprimento e saúdo, por extensão, os colegas Parlamentares, estimado povo brasileiro.

Em primeiro lugar, deixo aqui a minha solidariedade com os homens e mulheres do campo, da agricultura, da pecuária do Sul do Brasil, em especial do meu Estado do Rio Grande do Sul, pela seca enorme, que faz os estudiosos dizerem que é a pior dos últimos 70 anos, com mais de 400 Municípios em estado de emergência.

Em segundo lugar, falo dos impactos econômicos da ausência da produção, que já podem ser sentidos de forma clara e direta no Rio Grande do Sul e, certamente, por extensão, no País afora.

Segundo a FECOAGRO, já estamos batendo a marca de 20 bilhões de prejuízo. É menos produção, é menos transporte, é menos trabalho, é menos imposto e assim por diante.

Aproveito também a oportunidade para dizer que conseguimos, com muito trabalho e com grande mobilização dos agricultores, mostrar o

problema para o Brasil. E o Governo Federal conseguiu aportar 925 milhões de reais no PRONAF, programa importantíssimo que estava sem recursos e que voltou a funcionar. Mas estamos esperando há, pelo menos, 30 dias essa medida provisória que vai garantir os rebates e os descontos no crédito rural, o que é fundamental, porque o agricultor não quer ficar inadimplente, ele quer pagar, ele quer estar com as contas em dia, dormir tranquilo. No entanto, estamos reiterando aqui que o Governo precisa publicar essa medida provisória ou a portaria ou o instrumento que achar para resolver esta questão.

Hoje, às 17 horas, a Frente Parlamentar da Agricultura Familiar abrirá as portas, inclusive via remota, para quem quiser conversar sobre esse assunto. Convido todos os Parlamentares a participarem. Haverá uma palestra do Prof. Sergio Schneider, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, especialista na área de desenvolvimento rural.

Precisamos entender o que está acontecendo no pós-pandemia e à guerra. Portanto, precisamos ver como vamos nos articular e nos organizar até porque, daqui a uns dias, tem Plano Safra. Qual será o tamanho desse Plano Safra? Qual é o juro que ficará estabelecido? Qual é o recurso para o custeio, para o investimento? A que preços virão aqui os insumos agrícolas? Diante desse quadro, portanto, a agricultura familiar precisa de políticas públicas que funcionem. Não é dinheiro a fundo perdido, não! É dinheiro para investir, é dinheiro para emprestar, para plantar, para produzir e devolver.

Presidente, reitero o convite a todos que tenham ligação com o campo, com a agricultura familiar, porque vamos conversar sobre o abastecimento de alimentos, o crédito rural, a seca, as enchentes em outras regiões do País, o abastecimento de insumos, o custo da produção e assim por diante. Afinal, agricultura é muito dinâmica e muito grande.

Agradeço a V.Exa. a oportunidade.

---

Documento 31/79

---

18.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 16/03/2022-15:56
Publ.: DCD 3/17/2022 -	CARMEN ZANOTTO-CIDADANIA -SC	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

*Sumário*





Expectativa quanto à ação da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados contra a exibição de filme de estímulo à pedofilia. Sofrimento e morte impostos ao povo ucraniano pela invasão do seu território. Imediato pagamento, pelo Governo Federal, de reajuste salarial aos Agentes Comunitários de Saúde e aos Agentes de Combate às Endemias. Defesa de votação pela Casa do Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, sobre a instituição do piso salarial nacional dos profissionais da enfermagem e da parteira.

---

**A SRA. CARMEN ZANOTTO** (CIDADANIA - SC. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada.

Sr. Presidente Professor Alcides, Sras. e Srs. Deputados, eu quero hoje ocupar esse pequeno espaço para falar mais uma vez da preocupação e do cuidado que temos que ter com nossas crianças e adolescentes. Faço, em especial, um alerta aos pais, aos amigos, aos familiares, para que possamos juntos evitar qualquer tipo de violência e estímulo à violência, porque a pedofilia é, sim, violência sexual.

Com muita tristeza todos nós acompanhamos, de segunda-feira, em especial, para cá, esse triste filme que fala em como se tornar o pior aluno da escola, em vez de tratarmos de fazer com que as nossas crianças e adolescentes sejam os melhores alunos da escola. Mas, além de ter um tema que faz com que não valorizemos a educação, não valorizemos os nossos professores, não valorizemos cada um e cada uma que trabalha nas escolas, lamentavelmente este filme traz cenas que, de certa forma, buscam dar a dois adolescentes, dois jovens uma punição em forma de castigo sexual.

Isso é muito triste. Espero realmente que a Secretaria da Mulher da Câmara, através da nossa Coordenadora, a Deputada Celina Leão, tome todas as medidas, com o apoio da bancada como um todo, para que se manifeste e peça providências, o que já foi feito no início da semana.

Portanto, quero registrar nos veículos de comunicação da Casa, Sr. Presidente, o meu pronunciamento a respeito da pedofilia e o dever de tratarmos desse problema diariamente, ou seja, de punirmos aqueles que estimulam a pedofilia.

Sr. Presidente, estamos saindo de uma pandemia - não saímos dela totalmente ainda, por isso ainda os cuidados precisam ser tomados com relação à COVID-19, que chamávamos de guerra. E realmente foi uma guerra que vivemos, em face do número de trabalhadores que foram para a linha de frente e tombaram, em face do número de pessoas que faleceram no País e no mundo de COVID-19. Mas ver a guerra na Ucrânia, uma situação evitável, uma situação que está levando a óbito muitas pessoas, matando crianças, jovens, mulheres,

idosos, por uma luta territorial, em especial por causa de um único homem, é muito dolorido!

Estamos acompanhando os acontecimentos e vendo cenas chocantes de hospitais, de maternidades, de gestantes morrendo, vítimas desta guerra! Não dava para imaginar que nos dias de hoje ainda viríamos a viver isso! Não podemos nos calar, como homens e mulheres de bem! Cabe a nós rezar e pedir que essa população pare de sofrer, mas será que isso basta? Eu me pergunto todos os dias: o que estamos fazendo basta para aliviar o sofrimento dessa população, dessas mulheres, dessas crianças que estão ficando órfãs, desses idosos que estão morrendo dentro das suas casas, dos seus apartamentos?

Vemos cenas, depois de prédios terem sido atingidos, de tentativa de retirada de alguns idosos. Não basta, Sr. Presidente! Precisamos descobrir o que fazer e rapidamente, para que nenhum homem mais seja vítima desta guerra sangrenta, inexplicável! Só uma cabeça doentia para fazer isso com essa população!

Portanto, Sr. Presidente, peço que este pronunciamento seja divulgado nos veículos de comunicação desta Casa, registrando que temos duas pautas: a pauta do cumprimento do que foi aprovado no orçamento, referente ao piso salarial dos agentes comunitários de saúde, o que ainda não foi resolvido, para 1.750 reais, e a pauta do piso salarial da enfermagem, que virá, sim, para o plenário, para que possamos deliberar os recursos necessários para fazer frente aos impactos financeiros, reconhecendo todo o trabalho histórico da categoria no nosso País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

---

Documento 32/79

---

18.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/03/2022- CD	17:56
Publ.: DCD - 3/17/2022 -	CELINA LEÃO-PP -DF	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PARECER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Emissão de parecer ao Projeto de Lei nº 4.059, de 2021, sobre a alteração das Leis de nºs 12.232, de 2010, relativa às contratações de serviços de comunicação institucional; e 9.504, de 1997, acerca de gastos com publicidade de órgãos públicos no primeiro semestre do ano de eleição.

---

**A SRA. CELINA LEÃO (PP - DF. Para proferir parecer. Sem revisão**

da oradora.) - Sr. Presidente, peço a V.Exa. autorização para ir direto ao voto.

"O Projeto de Lei nº 4.059, de 2021, de autoria do nobre Deputado Cacá Leão, altera a Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010, que regulamenta as licitações públicas da área de publicidade, para estender a sua aplicação às contratações pela administração pública de serviços de comunicação digital e de comunicação institucional, que compreende as relações públicas e com a imprensa.

Como justificativa para a proposição, o autor explica que *'a Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010, foi promulgada com o objetivo de conferir maior imparcialidade, isenção e transparência ao processo de contratação dos serviços de publicidade, criando mecanismos e soluções capazes de mitigar a ocorrência de interferências no julgamento e no resultado da licitação'*. No entanto, argumenta que restou um vácuo legislativo com relação à modalidade de contratação dos serviços de comunicação digital e institucional, o que acaba gerando insegurança jurídica e frustrações. É nesse contexto que surge o projeto, objetivando corrigir a ausência de legislação (...).

Vale lembrar que a contratação de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda já se encontra disciplinada pela Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010, o que garante maior segurança jurídica aos processos de licitação de serviços de publicidade. Por outro lado, as demais ferramentas de comunicação social, cujos conceitos encontram-se dispostos na Instrução Normativa SECOM nº 1, de 27 de julho de 2017, nos termos do art. 3º do Decreto nº 6.555, de 2008, carecem de instrumento normativo específico que unifique o entendimento da natureza dos serviços de comunicação e das especificidades vinculadas à sua contratação.

Na prática, têm-se constatado recorrentes equívocos por conta da utilização da modalidade pregão, regida pela Lei nº 10.520/02 (...).

Dessa forma, estender as disposições da Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010, às contratações pela administração pública dos serviços de comunicação (...) é fazer uma correção devida e justa, que trará segurança jurídica a esses processos". Além do mais, direciona-se a contratação desses serviços por meio de modalidades e tipos de licitações mais adequados.

"Desta forma, inserimos o art. 20-A, dispondo que as licitações de serviços de comunicação institucional, que compreendem os serviços de relação com a imprensa e relações públicas", deverão adotar como obrigatórios os tipos melhor preço e melhor técnica.

"Deixamos expresso que a mesma regra se aplica à contratação dos

serviços voltados ao planejamento, criação, programação (...).

No mesmo artigo, incluímos dispositivo que assegura a possibilidade de esses serviços serem prestados pelos servidores dos respectivos órgãos e entidades da administração pública" - ou seja, como o próprio número de servidores -, "a fim de se extirpar qualquer preocupação com substituição de postos de trabalho (...).

Incluímos também o art. 20-B, definindo os serviços de comunicação institucional como sendo aqueles que envolvem as relações com a imprensa (...).

Aproveitando a urgência do relevante tema da publicidade institucional, especialmente neste momento de crise sanitária, incorporamos ao texto pontuais alterações ao art. 73 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que dispõe sobre o limite de despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais no primeiro semestre do ano de eleição, para dispor que o valor empenhado para esses fins não poderá exceder a seis vezes a média mensal dos valores empenhados e não cancelados (...).

Propusemos ainda que, para efeitos de cálculo das médias previstas, os gastos serão reajustados pelo INPC.

"A Lei nº 13.165, de 2015, alterou a forma de cálculo das despesas com publicidade dos órgãos públicos em ano eleitoral, trocando a média dos 3 últimos anos pela média dos primeiros semestres dos últimos 3 anos, portanto, atualmente, o valor permitido para esse tipo de despesa não pode exceder a média dos gastos com publicidade no primeiro semestre dos 3 últimos anos (...).

Motivada pela mudança na regra, percebemos que houve uma concentração dos gastos pelos Estados e Municípios no primeiro semestre de cada ano, distorcendo a média de gastos. Além disso, a grave crise sanitária enfrentada nos últimos anos fez com que as verbas de publicidade institucional fossem direcionadas ao combate da pandemia (...).

Assim, a publicidade institucional de atos e campanhas dos órgãos públicos e da administração indireta foi prejudicada (...).

No mesmo sentido, é importante ainda que esta Casa garanta que as campanhas públicas de vacinação e combate à crise sanitária não arrefeçam neste ano, em respeito ao que determinam as regras eleitorais (...).

Reiteramos, portanto, a adoção de medida importante e exitosa aprovada por esta Casa nas eleições de 2020, quando da análise da

PEC nº 18/20, e transformada na Emenda Constitucional nº 107. Referido instrumento legislativo permitiu a divulgação das campanhas de combate à pandemia no segundo semestre de 2020, durante as eleições municipais.

Ante todo o exposto, para evitar distorções na média de gastos ou paralisação das campanhas públicas de enfrentamento da pandemia de COVID-19, entendemos necessárias as alterações propostas, na forma do substitutivo anexo.

Assim sendo, pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.059, de 2021, na forma do substitutivo apresentado.

Pela Comissão de Finanças e Tributação, somos pela não implicação em aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública. Portanto, não cabe pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária da proposição e do substitutivo apresentado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. Ainda pela CFT, no mérito, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.059, de 2021, na forma do substitutivo apresentado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

Pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 4.059, de 2021, e do substitutivo apresentado (...)."

Eu queria trazer algumas informações, Sr. Presidente.

Há um equívoco na leitura sobre o aumento da média em seis vezes. Trata-se do cálculo da média. O cálculo da média era feito nos primeiros 3 semestres. Hoje o que prejudica é que todos os Estados concentram esses recursos nos primeiros 6 meses e ficam sem recursos para fazer suas campanhas institucionais durante todo o ano. Isso aconteceu no plenário desta Casa nas eleições municipais. Nós aprovamos esse mesmo texto para as eleições municipais para não termos essa média também mal calculada.

E essa média não está sendo ampliada em seis vezes. Ela é dividida mensalmente, fazendo-se o cálculo durante os 12 meses, e não em 6 meses, como era na legislação anterior.

No meu substitutivo, eu retirei a parte do texto que trata sobre mudanças na Lei de Licitações.

Temos também a disposição de acatar uma emenda do Partido dos Trabalhadores que ajusta o termo nessas campanhas de publicidade ligadas à COVID. Isso vai se referir exclusivamente à COVID. Então,

nós acatamos também uma emenda do Partido dos Trabalhadores para não deixar o projeto tão amplo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**PARECER ESCRITO ENCAMINHADO À MESA PELA SRA. DEPUTADA CELINA LEÃO.**

---

Documento 33/79

---

18.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/03/2022- CD	18:04
Publ.: DCD - 3/17/2022 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

---

***Sumário***

Discussão do Projeto de Lei nº 4.059, de 2021, sobre a alteração das Leis de nºs 12.232, de 2010, relativa às contratações de serviços de comunicação institucional; e 9.504, de 1997, acerca de gastos com publicidade de órgãos públicos no primeiro semestre do ano de eleição.

---

**A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.)** - Presidente, eu penso que o desespero do Governo na busca da reeleição tem rompido todos os parâmetros e tem possibilitado que haja um projeto como esse.

Esse projeto, primeiro, aumenta o valor a ser utilizado em propagandas digitais ou propagandas corporativas. Ele aumenta o valor. Hoje, a média é dos últimos 3 trimestres, e ele amplia, altera para os últimos 3 anos. Isso vai aumentar o valor disponível. Há um desespero no Governo. Ele quer ter instrumentos e recursos para tentar enganar a população e continuar no cargo, mas a população não se enganará nestas eleições.

E o projeto não faz só isso. Ele possibilita que se dispense o menor preço. Não vai se avaliar o menor preço. O menor preço vai ser desconsiderado.

Se nós tivermos uma proposta que custe 100 mil e outra, 1 milhão, o

Governo está autorizado a contratar a proposta de 1 milhão! O fato é que o critério "melhor preço" está varrido! Dizem, na melhor técnica, que isso é absolutamente subjetivo, mas não é só isso. O Governo quer utilizar-se de propaganda durante o período eleitoral! Uma coisa é restringir a propaganda do combate à pandemia, que o Governo não tem combatido. Aliás, toda a propaganda que o Governo faz é para levar ao aumento de mortes, ao aumento da letalidade neste País. O que diz o texto? Diz que o recurso será utilizado no combate à pandemia e em assuntos correlatos, ou seja, é tudo!

Portanto, este projeto está ampliando o prazo para a utilização da propaganda, e o Governo pode dispensar qualquer servidor público do exercício das mídias, porque ele vai terceirizar. Ele pode até contratar uma empresa! Como se trata de um Governo cheio de obscuridades - vejam o escândalo das vacinas, quando o Governo tentou comprar uma vacina mais cara -, o Governo pode contratar uma empresa que de alguma forma pode favorecê-lo.

Este projeto é um atentado à lisura das eleições, é um atentado à igualdade de direitos para o conjunto dos candidatos. Ele significa jogar dinheiro, sem controle, nas mãos do Governo.

---

Documento 34/79

---

18.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/03/2022- CD	18:20
Publ.: DCD - 3/17/2022 -	BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Atuação desastrosa do Governo Jair Bolsonaro. Defesa de rejeição do Projeto de Lei nº 191, de 2020, sobre a exploração de recursos minerais, hídricos e orgânicos em solo indígena. Protesto contra a concessão da Medalha do Mérito Indigenista ao Presidente Jair Bolsonaro. Responsabilidade do Presidente da República pela elevação dos preços de combustíveis.

---

**O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o Governo Bolsonaro tem destruído o Brasil. Este é o Governo da destruição: destruição do meio ambiente, destruição dos direitos trabalhistas, destruição da Previdência, destruição de vidas humanas, como fez na pandemia, destruição da economia.

Eu queria destacar alguns pontos fundamentais desta trajetória desastrosa de um Governo que não deveria ter existido na página da

história do Brasil. Começo pelo PL 191, que traz consigo a mesma lógica de "passar a boiada", que, antes, era em razão da pandemia, agora querem "passar a boiada" em razão da guerra.

Querem aproveitar a guerra da Rússia contra a Ucrânia para "passar a boiada" e aprovar o PL 191, que autoriza a exploração mineral em terras indígenas. Não podemos aceitar isso em hipótese alguma!

Já foi instituído um grupo de trabalho, cujos representantes foram designados pelo PSB. Nós temos o Deputado Alessandro Molon como titular e cedemos uma vaga à única Deputada indígena desta Casa, a Deputada Joenia Wapichana, que não poderia ficar de fora desta discussão tão importante do PL 191.

É um absurdo o que se propõe com este projeto! Trata-se de um projeto inconstitucional e absolutamente desnecessário. Aliás, as grandes mineradoras estão dizendo que são contra a proposta. Quem é que se beneficia disso? Uma meia dúzia de garimpeiros ilegais, a serviço do bolsonarismo, que quer explorar as terras de maneira absolutamente ao arrepio da lei. Nós não podemos conceber esse tipo de prática, uma prática destrutiva, algo que depõe contra o Brasil, contra a imagem do nosso País em todo o cenário internacional. Isso é uma vergonha!

Aliás, é outra vergonha a piada de mau gosto do Ministro da Justiça, o Sr. Anderson Torres, que achou por bem conceder a Medalha de Mérito Indigenista ao Presidente Jair Bolsonaro. Digam-me se isso é ou não é uma piada de mau gosto? O que significa uma homenagem como esta, senão uma provocação ao bom-senso, uma provocação àqueles que estão vendo todas as práticas de perseguição e a tentativa permanente de extermínio da população indígena neste País? Ele não quer apenas o extermínio da população indígena: ele quer o extermínio de todos os povos tradicionais, dos povos quilombolas, dos ribeirinhos, etc.

Bolsonaro tem uma verdadeira aversão ao povo mais pobre e humilde e àqueles que vivem de maneira secular em condições tradicionais, que precisam ser respeitadas. Bolsonaro é contra a proteção dos direitos; é contra a proteção dada aos povos tradicionais; é contra a demarcação de terras indígenas.

Por isso, nós denunciaremos veementemente esta tentativa de aprovação deste projeto tão nocivo para o meio ambiente e para a população indígena em nosso País.

Bolsonaro tem nojo àqueles que representam a dignidade do povo brasileiro e a história do Brasil.



Ele não para por aí. O que dizer dos preços dos combustíveis? Ele destrói a economia também. agora, o trabalhador brasileiro tem que trabalhar ainda mais para comprar gasolina. Está naquela situação de ter que vender o carro para comprar gasolina, porque o preço da gasolina está muito alto. Ele não quer modificar a política de preços da PETROBRAS - ele é o responsável por ela! Ele nomeou o Presidente da PETROBRAS. Ele é o responsável pelo aumento do preço da gasolina, do preço do gás de cozinha, do preço do *diesel*, o que está contaminando toda a economia brasileira.

Bolsonaro não para de mentir. A última mentira dele foi dizer que o Brasil tem a gasolina mais barata do mundo. Ele é o rei das *fake news*, o rei da mentira!

Ele tem uma aliança é com Satanás, o pai da mentira. Bolsonaro, permanentemente, vende mentiras para tentar ludibriar o povo brasileiro, que não se engana mais com ele, mas que ainda sofre a precarização do mundo do trabalho.

O que dizer ao motorista de aplicativo que agora tem que trabalhar 17 horas por dia para conseguir o mínimo para sobreviver? É impossível! Este Governo tem que ser encerrado o mais rápido possível. Se não for pela força do *impeachment*, será pela força do voto, porque o povo brasileiro não o aceita, não o tolera. Aliás, hoje, na Bahia, ele foi a Salvador ser vaiado pelo povo, que não aceita mais as políticas de destruição do Governo Bolsonaro.

O PSB está de pé, ao lado de toda a Oposição, para lutar e resistir.

Até a vitória!

Muito obrigado.

---

Documento 35/79

---

18.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/03/2022- CD	18:28
Publ.: DCD - 3/17/2022 -	ANDRÉ FIGUEIREDO-PDT -CE	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Atuação desastrosa do Presidente Jair Bolsonaro no enfrentamento à Covid-19. Alcance da marca de 655 mil óbitos no País em decorrência da doença. Relevância da aprovação, pelo Congresso Nacional, de medidas destinadas ao combate à epidemia de coronavírus e seus efeitos. Consequências da política de dolarização dos preços de combustíveis sobre a população brasileira,

especialmente nas camadas menos favorecidas. Defesa de advocação, pelo Congresso Nacional, da responsabilidade pela busca de solução para a crise dos combustíveis.

---

**O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO** (PDT - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia 20 de março próximo, fará 2 anos que esta Casa aprovou o decreto que reconheceu o estado de calamidade pública em virtude da pandemia da COVID-19.

Nesses 2 anos, numa escalada absolutamente irresponsável de declarações de um Presidente da República que deveria ter como papel fundamental o de proteger e cuidar de sua população, o que nós vimos foi um festival de despautérios. Começou, em horário nobre, dizendo que a COVID-19 era uma "gripezinha" e que, pelo seu histórico de atleta, ele não a pegaria. Posteriormente, um dos seus Ministros, médico, chegou a dizer que talvez nós tivéssemos, no máximo, 800 mortos e que outras gripes já tinham matado muito mais que a COVID-19, em afronta à ciência que, já naquele momento, mostrava a gravidade de uma pandemia que se alastrava pelo mundo.

Não foi diferente aqui no Brasil. Pelo contrário, nós tivemos aqui índices de letalidade bem acima dos de vários outros países que tiveram medidas preventivas mais eficazes. Bolsonaro chegou a dizer: "*Eu não sou coveiro, chega de mi-mi-mi, chega de frescuras!*", num desdém, inclusive retirando a máscara de uma criança que estava nos seus braços e depois imitando alguém com falta de ar.

Hoje nós temos que chorar as mortes de mais de 655 mil brasileiros e brasileiras, mortes que poderiam ter sido, em grande número, evitadas. Nosso Sistema Único de Saúde vem dando exemplos de que, com a vacina, consegue-se atingir um alto índice de vacinados. Bolsonaro, no entanto, chegou até a dizer que não iria gastar o dinheiro dele, como se o Orçamento federal fosse formado de recursos próprios do Presidente da República, para comprar vacina para quem quer fosse.

Graças a Deus, nós temos Governadores e Prefeitos! Temos este Congresso Nacional, que trouxe para si a responsabilidade de colocar em prática medidas que evitassem o desespero absoluto do povo brasileiro, sem condições financeiras, em vista da interrupção das atividades econômicas. Nós aprovamos o auxílio emergencial de 600 reais, quando o Governo queria aprovar um auxílio de apenas 200 reais.

Nós aprovamos a Lei Aldir Blanc para o setor de cultura, nós aprovamos um sem-número de ações que efetivamente mitigaram a dor do povo brasileiro, que poderia ter sido bem menos grave, muito

menos grave do que é hoje.

E, agora, nós deparamos com uma crise sem precedentes na área de combustíveis. Sob o pretexto de ser consequência da guerra da Ucrânia, nós vemos a política de preços da PETROBRAS, com esse PPI - preço de paridade de importação -, levando milhares, milhões, na verdade, a maioria, principalmente na Região Nordeste, das famílias brasileiras a voltar a cozinhar à lenha porque não tem dinheiro para pagar 130 reais por um botijão de gás. Nós vemos aí o óleo *diesel*. A matriz do nosso transporte é essencialmente rodoviário, portanto, impactam todo o esquema de logística do nosso País o *diesel*, quando atinge patamares próximos de 7 reais, e a gasolina, quando ultrapassa os 8 reais, chegando próximo a 9 reais em alguns Estados e em alguns Municípios.

Portanto, o Congresso Nacional tem de trazer para si a responsabilidade, que, infelizmente, o Poder Executivo não tem, e continua fazendo desdém, como o fez com as vítimas da pandemia, agora querendo culpar a PETROBRAS, por ser uma estatal, de inflacionar os preços. Ora, o Estado brasileiro é o principal acionista da empresa, mas a grande maioria das ações da PETROBRAS está nas mãos de investidores privados. São mais de 103 bilhões de dividendos distribuídos no momento em que a PETROBRAS deveria ser avocada à sua responsabilidade social.

Nós precisamos trazer para cá esta discussão. A crise é muito grave, e este Governo que está aí não vai levar o Brasil a lugar nenhum, porque quando nós pensamos que chegamos ao fundo do poço, o Presidente da República continua cavando mais.

Portanto, cabe ao Poder Legislativo, independentemente de viés ideológico, lutar por um Brasil bem diferente neste ano em que comemoramos os 200 anos da nossa Independência.

---

Documento 36/79

---

18.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/03/2022- CD	19:12
Publ.: DCD - 3/17/2022 -	GLAUBER BRAGA-PSOL -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 4, apresentada ao Projeto de Lei nº 4.059, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 12.232, de 2010, com vista à contratação de serviços de comunicação institucional; e da Lei nº 9.504, de

1997, para regulação de gastos com publicidade dos órgãos públicos no primeiro semestre do ano de eleição.

---

**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, está evidente que esse projeto de lei é para irrigar a base bolsonarista. Já citei aqui e vou repetir: são aquelas porcarias tipo o *Jornal da Cidade*, que nós já sabemos que só servem para veicular *fake news* contra os adversários políticos.

Bolsonaro trabalhou durante todo o seu Governo estimulando as pessoas a não usarem máscara e a não se vacinarem. Não estimulou qualquer tipo de mecanismo de comunicação que fosse eficiente e profundo para que o Brasil se preparasse e minimizasse os efeitos da pandemia. Aí vem ele agora, na véspera da eleição, com um projeto como esse para ser votado pelo Plenário da Câmara!

O destaque em apreciação tenta minimizar o problema, dizendo que vai haver um acompanhamento por profissionais e servidores de carreira. A bancada do PSOL vai acompanhar o destaque apresentado pelo Partido dos Trabalhadores. O PSOL vota "sim".

---

Documento 37/79

---

18.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/03/2022- CD	20:40
Publ.: DCD - 3/17/2022 - FELIPE CARRERAS-PSB -PE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Apelo aos Parlamentares de rejeição do Veto Parcial nº 19, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, sobre as ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos, para compensação dos efeitos decorrentes das medidas de combate à Covid-19; a instituição do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - PERSE, e do Programa de Garantia aos Setores Críticos - PGSC; bem como a alteração das Leis de nºs 13.756, de 2018, e 8.212, de 1991.

---

**O SR. FELIPE CARRERAS** (PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu quero apenas fazer um comunicado. O nosso partido já fez a orientação.

Amanhã nós vamos ter uma sessão do Congresso Nacional para derrubada de veto. Eu estou Presidente da Parlamentar Mista em Defesa da Produção Cultural e Entretenimento. Sem sombra de

dúvidas, o setor mais penalizado e injustiçado nesta pandemia foi o setor de eventos, a classe artística. Eu quero fazer um apelo a esta Casa, um apelo a todos os Congressistas para amanhã dizerem "não" ao Veto nº 19. E dizer "não" ao Veto nº 19 é uma oportunidade de corrigirmos uma profunda injustiça.

Nós aprovamos, no dia 7 de abril do ano passado, o PERSE - Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos, que o Presidente sancionou com vetos. Amanhã, repito, votaremos "não" ao Veto nº 19, "sim" à nossa cultura, "sim" ao setor de eventos.

Muito obrigado.

---

Documento 38/79

---

18.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	16/03/2022-21:28
Publ.: 3/17/2022 -	DCD	- CARMEN ZANOTTO-CIDADANIA -SC	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO	

---

### *Sumário*

Avanço da vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Queda do número de óbitos e de casos da doença no País. Revogação, pela maioria dos Estados brasileiros, do uso obrigatório de máscaras preventivas do coronavírus. Relevância dos trabalhos realizados pela Comissão Externa de Enfrentamento à Covid-19.

---

### **DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELA SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO.**

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, já se passaram 2 anos desde que a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que a COVID-19 era oficialmente uma pandemia.

Desde aquele 11 de março de 2020, mudamos nossa forma de trabalhar e de nos relacionar na sociedade, com os amigos e a família. Foram muitos aprendizados.

Mas agora, como primeiro sinal de que vivemos uma nova realidade,

com um cenário de queda de casos e de mortes em decorrência da COVID-19, e após o pico causado pela variante Ômicron em dezembro e janeiro, a maior parte dos Estados decidiu liberar a população da [obrigatoriedade do uso de máscara nas ruas](#) e em ambientes abertos e fechados.

Vivemos um novo momento. O uso é uma opção individual. Qualquer cidadão pode decidir se usa a máscara ou não.

Todas essas iniciativas só são possíveis neste momento porque a vacinação está avançada em quase todas as faixas etárias, além de haver a indicação de tendência de queda no número de óbitos.

Os dados do consórcio de veículos de imprensa desta segunda-feira (14) mostram que 157.970.698 pessoas estão totalmente imunizadas. Este número representa 73,53% da população total do País. A dose de reforço foi aplicada em 69.986.125 pessoas, o que corresponde a 32,58% da população. Mais de 400 milhões de doses foram aplicadas desde o começo da vacinação, em janeiro de 2021.

Em relação ao número de mortes, o Brasil registrou nesta segunda-feira (14) 187 mortes pela COVID-19 nas últimas 24 horas, totalizando 655.326 óbitos desde o início da pandemia. Com isso, a média móvel de mortes nos últimos 7 dias é de 415 - a menor registrada em 46 dias. Em comparação à média de 14 dias atrás, a variação foi de -30%, indicando tendência de queda nos óbitos decorrentes da doença.

O País também registrou 16.958 novos casos conhecidos de COVID-19 em 24 horas, chegando ao total de 29.382.196 diagnósticos confirmados desde o início da pandemia. Com isso, a média móvel de casos nos últimos 7 dias foi a 45.087. Em comparação à média de 14 dias atrás, a variação foi de -31%, indicando tendência de queda nos casos da doença.

Em seu pior momento, a média móvel superou a marca de 188 mil casos conhecidos diários, no dia 31 de janeiro deste ano.

É preciso destacar aqui que a vacinação avançada hoje no Brasil e a liberação do uso de máscaras é resultado, em boa parte, de ações efetivas do Parlamento.

Entre as principais iniciativas da Comissão Externa de Enfrentamento à COVID-19 da Câmara Federal, da qual sou Relatora, está a garantia de recursos para a compra de vacinas.

A Comissão Externa também trabalhou para a aquisição e distribuição em todo o Brasil de máscaras de proteção para a população.

Já no início de fevereiro de 2020 aprovamos, em um esforço conjunto de Deputados e Senadores, o projeto do Governo para regular a situação de emergência para combater o coronavírus.

Além de Relatora do texto de emergência sanitária, Lei nº 13.979, de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional, também fui autora de um dos requerimentos para formação da Comissão Externa de Enfrentamento à COVID-19.

Além da garantia de recursos para a compra de vacinas e aquisição de máscaras de proteção, a Comissão Externa também trabalhou para a aquisição de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) para os profissionais da saúde; de *kits* de intubação e de medicamentos para os pacientes internados em UTIs; de respiradores e bombas de infusão; além da ter trabalhado pela ampliação dos leitos de UTI COVID com financiamento por parte do Ministério da Saúde.

A manutenção dessas vagas reduziu a falta de leitos UTI COVID nas unidades hospitalares e auxiliou no atendimento dos pacientes graves com necessidade de internação, e contribuiu para que os Municípios tivessem condições de dar assistência à população.

A autorização para comercialização do álcool líquido 70% como medida de emergência também foi importante naquele momento. Fui uma das autoras do projeto, aprovado em março de 2020, que sustava por 90 dias norma da ANVISA permitindo a venda de álcool líquido 70% para o consumidor individual.

Desde então, aprendemos que vírus transportados pelo ar em espaços fechados mal ventilados - emitidos durante a fala, o canto ou a respiração de pessoas infectadas sem máscara - é a causa provável da maioria das transmissões.

Mas lavar as mãos e limpar superfícies ainda são bons hábitos para se manter na rotina.

Embora as vacinas continuem eficazes na proteção contra as formas graves da doença, elas não parecem impedir a infecção ou a transmissão do coronavírus (ainda que as pessoas não apresentem nenhum sintoma).

Mas os imunossuprimidos, pessoas com a imunidade muito baixa, são um grupo de atenção especial não apenas na questão do uso da máscara, mas também na questão do índice de vacinação geral da população; não vacinados podem comprometer esse grupo de risco.

O grupo dos imunossuprimidos considera, por exemplo, pessoas com

câncer, pessoas vivendo com HIV, transplantados e outros com o sistema imune fragilizado, o que deixa o paciente mais suscetível a infecções. São eles:

- Pessoas transplantadas de órgão sólido ou de medula óssea;
- Pessoas com HIV e CD4 <350 células/mm<sup>3</sup>;
- Pessoas com doenças reumáticas imunomediadas sistêmicas em atividade e em uso de dose de prednisona ou equivalente > 10 mg/dia ou recebendo pulsoterapia com corticoide e/ou ciclofosfamida;
- Pessoas em uso de imunossupressores ou com imunodeficiências primárias;
- Pessoas com neoplasias hematológicas, como leucemias, linfomas e síndromes mielodisplásicas;
- Pacientes oncológicos que realizaram tratamento quimioterápico ou radioterápico nos últimos 6 meses.

Vamos continuar nos protegendo e manter a vacinação em dia, com primeira e segunda dose e dose de reforço.

Peço que o presente pronunciamento seja registrado nos Anais desta Casa e divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

---

Documento 39/79

---

007.4.56.N	Sessão Extraordinária - CN	17/03/2022-14:50
Publ.: DCN - 3/18/2022 -	ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Apelo ao Líder do Governo de votação do Veto Parcial nº 48, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 12, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 9.279, de 1996, (Lei de Propriedade Industrial), para a concessão de licença compulsória de patentes ou de pedidos de patentes, nos casos de declaração de emergência nacional/internacional, de interesse público ou de reconhecimento de estado de calamidade pública de âmbito nacional; e do Veto Parcial nº 10, de 2022, aposto ao Projeto de Lei nº 4.199, de 2020, acerca da instituição do Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem (BR do Mar).

---



**A SRA. ALICE PORTUGAL** (Bloco/PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - É o Veto 48, sobre patentes. Há um clamor, há toda uma mobilização, uma expectativa, e me parece que não era uma questão de grande divergência entre nós.

Eu queria solicitar ao Líder do Governo, se pudesse analisar...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) - Se vocês... Nós ainda estamos preparando...

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (Bloco/PCdoB - BA) - Preparando as cédulas.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) - ... as cédulas. Se tiver acordo nesse tempo, não tem problema nenhum.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (Bloco/PCdoB - BA) - Sr. Líder do Governo, nós estamos fazendo a solicitação, Senador, do 48 e do 10. O 48 e o 10, que é uma questão muito séria da Marinha Mercante do Brasil.

Agora, no 48, da Lei das Patentes, nós gostaríamos de fazer esse apelo. Foi tratado aqui de forma consensual. Reanalise por gentileza.

---

Documento 40/79

---

007.4.56.N	Sessão Extraordinária - CN	17/03/2022-14:50
Publ.: DCN - 3/18/2022 -	JOÃO DANIEL-PT -SE	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

---

### ***Sumário***

Não regulamentação, pelo Presidente Jair Bolsonaro, da Lei nº 14.275, de 2021, relativa às medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19. Transcurso do 167º aniversário de fundação de Aracaju, Estado de Sergipe. Apelo às Comissões de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e à Secretaria de Segurança Pública do Estado de Sergipe, por adoção de providências sobre arbitrariedades e atos de violência praticados por policiais contra famílias integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto - MTST, acampadas no Bairro Santa Maria, na Capital sergipana. Apresentação, no Seminário Nacional de Direitos Humanos, de denúncia a respeito do caso.

---

**O SR. JOÃO DANIEL** (Bloco/PT - SE. Para discutir. Sem revisão do orador. *Por videoconferência.*) - Muito obrigado, Presidente, e a todos os

colegas desta sessão do Congresso Nacional. Quero saudar todos e também saudar o povo brasileiro, que nos acompanha, através desta sessão, pelos meios desta Casa e do Senado Federal.

Sr. Presidente, nós votaremos de acordo com a nossa bancada nos vetos e lutaremos para que a gente possa aprovar, vetar e garantir o cumprimento daquilo que foi aprovado pelo Congresso Nacional.

Faço referência, Sr. Presidente, a um dos vetos feitos pelo Congresso Nacional. Parabenizo o Senado e a Câmara que aprovaram, como, por exemplo, a Lei Assis Carvalho, vetada duas vezes. Derrubados os vetos pelo Congresso Nacional em dezembro de 2021, e a lei continua sem regulamentação, sem normatização, em que os bancos continuam fazendo ações judiciais orientadas pelo Governo Federal e pelas instituições financeiras de cobrança, em especial aos pequenos e médios proprietários rurais, de dívidas que não foram renegociadas, porque a lei que deveria estar em vigor não é regulamentada e não é colocada para que os bancos executem aquilo que o Congresso Nacional aprovou e sancionou.

Sr. Presidente, eu aproveito, neste dia de hoje, também para fazer uma denúncia no Congresso Nacional, porque nós não podemos assistir e ficar calados diante de tantas arbitrariedades ocorridas no Estado brasileiro.

Eu refiro-me a 350 famílias que ocupam uma área de terra para moradia urbana, há muito tempo, no bairro Santa Maria, em Aracaju.

Aracaju, por sinal, hoje, completa aniversário. Participamos das comemorações na parte da manhã e saudamos essa cidade histórica maravilhosa, com 167 anos de história.

Após as comemorações, fui visitar o acampamento da luta por moradia do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que foi surpreendido pelas polícias do Estado de Sergipe, na última terça-feira à noite. Entraram atirando, mataram um trabalhador, torturaram e prenderam vários trabalhadores. Visitei a viúva, nesse acampamento, com os seus filhos, as pessoas, aterrorizadas, diante de uma covardia cometida por maus policiais, por maus comandantes, na última terça-feira, na nossa capital.

Nós, através da bancada e da Comissão de Direitos Humanos do Senado e da Câmara, encaminhamos hoje solicitação para apuração e acompanhamento desse crime ocorrido.

Também estive, com a presença do Senado e da Câmara, hoje, no Seminário Nacional de Direitos Humanos para denunciar essa arbitrariedade cometida pela polícia, que não se identificou, que não tinha ordem, que entrou à noite, matou, torturou e prendeu trabalhadores e trabalhadoras no acampamento do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, no bairro de Santa Maria.

(Soa a campainha.)

**O SR. JOÃO DANIEL** (Bloco/PT - SE. *Por videoconferência.*) - Eu espero que a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Sergipe e o Governo do estado compreendam a natureza desse crime e exijam apuração e punição, para que a segurança pública desse estado e do Brasil continue sendo acreditada pela sociedade como de grande importância para a nossa população.

Por isso, Sr. Presidente...

(*Interrupção do som.*)

(Soa a campainha.)

**O SR. JOÃO DANIEL** (Bloco/PT - SE. *Por videoconferência.*) - ... espero que as medidas sejam tomadas.

Muito obrigado, Presidente.

Era isso.

É uma denúncia grave. E eu espero as providências.

Muito obrigado.

---

Documento 41/79

---

007.4.56.N	Sessão Extraordinária - CN	17/03/2022-14:50
Publ.: DCN - 3/18/2022 -	FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

---

### ***Sumário***

Retirada de pauta do Veto Parcial nº 5, de 2022, aposto ao Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, acerca das medidas de proteção asseguradas aos trabalhadores de empresas de aplicativos, lotados no setor de entrega de mercadorias e alimentos, durante a emergência em saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus; e do Veto Parcial nº 36, de 2021, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2021, da Medida Provisória nº 1.031, de 2021, sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Transcurso do Dia Nacional de Luta por Moradia. Realização, em Capitais

brasileiras, de mobilizações a favor da implantação de política habitacional no País. Pedido, pelo PSOL, de aditamento à Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF, para suspensão de processos e medidas de remoção, desocupação, reintegrações de posse ou despejos durante a epidemia de coronavírus.

---

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA** (PSOL - RS. Para discutir. Sem revisão da oradora. *Por videoconferência.*) - Obrigada, Presidente.

Eu me inscrevi...

Primeiro, quero cumprimentá-lo, Deputado Marcelo Ramos.

Eu me inscrevi para debater dois vetos que foram retirados da pauta de hoje em função do acordo político feito com a Liderança da Oposição e a Liderança do Governo, mas vou aproveitar esse tempo, que é o veto dos aplicativos, projeto da nossa Bancada do PSOL, e o projeto da privatização da Eletrobras.

Mas aproveito esse um minuto para dizer que hoje é o dia nacional de luta dos movimentos que lutam pela moradia, um conjunto de movimentos sociais brasileiros que estão muito preocupados num país em que temos mais casas abandonadas do que famílias sem casa e, graças a uma ação do PSOL, no Supremo Tribunal Federal, os despejos foram proibidos durante a vigência da pandemia. Nós conseguimos uma audiência com o Ministro Barroso para que se protelasse esse prazo até 31 de março, em função de que a pandemia ainda não acabou e as consequências da pandemia, tanto em relação à contaminação, óbitos, infelizmente, quanto à questão da política econômica do Governo, que atinge em cheio as famílias trabalhadoras e faz com que nós tenhamos 20 milhões de pessoas no Brasil na extrema pobreza, o aumento do custo de vida com esta política (*Falha no áudio.*)

... escandalosa do Governo Bolsonaro para remunerar os acionistas da (*Falha no áudio.*)

... um assalto ao povo brasileiro que tem impacto nos alimentos, que tem impacto no custo de vida, que tem impacto de uma forma geral. Obviamente, o tema da moradia se agrava nesta conjuntura, e a ação do PSOL, a ADPF, tem vigência até 31 de março.

Hoje foi um dia em que houve luta em mais de 15 capitais brasileiras. Mobilizações, como no Rio Grande do Sul, em que quase mil pessoas estiveram na Assembleia Legislativa e foram recebidos pelo Presidente da Assembleia e também pelos Deputados que apoiam a pauta da moradia, como a Deputada Luciana Genro. Tivemos ato em São Paulo, ato em Santa Catarina, ato no Rio de Janeiro, ato em vários estados e estamos tendo, em frente ao Congresso Nacional, uma mobilização com o MTST, o MST, a FNE, movimentos que lutam pelo direito à moradia e que estão ali, na Avenida das

Bandeiras, protestando diante da falta de política habitacional deste Governo, mas também pedindo, em frente ao Supremo Tribunal Federal, que seja protelado esse prazo para que nós não vejamos agora, em menos de 15 dias, um verdadeiro estado policial para acelerar despejos forçados, remoções forçadas, pessoas sem ter onde morar, a vida inteira das pessoas...

O senhor já deve ter visto, no Amazonas, como são tristes essas ações de reintegração. Uma das coisas mais tristes que eu já passei, tentando mediar e tentando reverter a situação, mas, quando não há interesse dos governos, como na maior parte dos governos não há, eles usam a polícia como braço policial e passam por cima da casa das pessoas literalmente.

Então, nós tivemos aí os despejos suspensos por dois anos e temos mais de 120 mil ações Brasil afora. Só no Rio Grande do Sul são 23 mil ações de pedidos de reintegração de posse.

Imagina, Presidente, se passa a vigorar, enfim, a naturalidade dos despejos forçados a partir de 1º de abril, o que pode acontecer com milhares de famílias brasileiras. Quando a gente fala em 23 mil pedidos, cada um dos pedidos são centenas de pessoas, mulheres, crianças, idosos e famílias que, às vezes, há 20, 30 anos vivem em áreas ocupadas e que não são contempladas nas políticas habitacionais - terrenos vazios usados para especulação imobiliária, terrenos urbanos de propriedade dos governos que estão também à mercê e viram verdadeiros focos de perigo também para os transeuntes e para os arredores, a que essas comunidades, esses movimentos sociais dão vida.

Bom, dito isso, nós do PSOL estamos protocolando um pedido de aditamento à nossa ADPF, pedindo que seja deferido mais prazo, porque a pandemia não acabou. Nós temos aí altos índices de contaminação, altos índices de óbito. São quase dois aviões por dia que caem de vítimas de covid-19, a maior parte de pessoas não vacinadas, mas a Ômicron segue e muitas pessoas estão sendo contaminadas. Assim como a pandemia segue, a crise econômica não só segue como se aprofunda, graças à política econômica cruel antipovo do Governo Bolsonaro.

Então, eu quero, nesse tempo de fala no Congresso Nacional...

*(Soa a campainha.)*

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Por videoconferência.)** - ... fazer esse registro dessa importante desmobilização que tem o nosso apoio, das nossas lideranças, dos movimentos sociais, dos nossos Parlamentares, do nosso partido, dos nossos ativistas.

E eu estou aqui em frente ao Supremo Tribunal Federal esperando a comissão para, oficialmente, protocolar esse documento no Supremo. Espero que o

Ministro Barroso tenha bom senso, como teve em duas oportunidades, garantindo o cumprimento da dignidade humana e de outros preceitos da Constituição Federal.

---

Documento 42/79

---

007.4.56.N	Sessão Extraordinária - CN	17/03/2022-14:50
Publ.: DCN 3/18/2022 -	FELIPE CARRERAS (PRESIDENTE)-PSB -PE	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	FALA DO PRESIDENTE OU NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA FALA DO PRESIDENTE

---

### *Sumário*

Defesa de rejeição do Veto Parcial nº 19, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, acerca das ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos, para compensação dos efeitos decorrentes das medidas de combate à Covid-19; da instituição do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - PERSE, e do Programa de Garantia aos Setores Críticos - PGSC; bem como da alteração das Leis de nºs 13.756, de 2018, e 8.212, de 1991.

---

**O SR. PRESIDENTE** (Felipe Carreras. Bloco/PSB - PE. Para discursar - Presidente.) - Eu quero fazer um registro aqui da minha satisfação, agradecendo ao Presidente Marcelo Ramos por, num dia simbólico, num dia histórico, eu, que presido a Frente Parlamentar do Entretenimento e da Cultura, ter a honra de estar presidindo uma sessão do Congresso Nacional que poderá ficar marcada porque, pela primeira vez na história, este Congresso aprovou um projeto em benefício do setor mais penalizado na história dessa pandemia, que é o setor de eventos, o setor cultural, o setor turístico. Então, eu não poderia deixar de fazer esse registro de agradecimento à deferência do Deputado Marcelo Ramos, Presidente desta sessão do Congresso Nacional.

Eu tenho certeza de que daqui a pouco, quando for corrigido no Infoleg - a Secretaria-Geral do Congresso está apurando, resolvendo -, a gente vai ter a boa notícia que vai ser, como eu tenho dito, um sopro de esperança para todos que produzem eventos, que é sem sombra de dúvida a maior engrenagem do maior patrimônio do nosso país, da nossa nação, que é a cultura. Repito: a principal engrenagem desse setor, da nossa cultura, é o setor de eventos.

Passo a palavra ao Presidente Marcelo Ramos, passo para ele assumir a Presidência.

---

Documento 43/79

---

007.4.56.N	Sessão Extraordinária - CN	17/03/2022-14:50
Publ.: DCN - 3/18/2022 -	CELINA LEÃO-PP -DF	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	OUTROS DISCURSO

---

### *Sumário*

Importância da rejeição do Veto Parcial nº 19, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, acerca das ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos, para compensação dos efeitos decorrentes das medidas de combate à Covid-19; da instituição do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - PERSE, e do Programa de Garantia aos Setores Críticos - PGSC; bem como da alteração das Leis de nºs 13.756, de 2018, e 8.212, de 1991.

---

**A SRA. CELINA LEÃO** (Bloco/PP - DF. Para discursar. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, hoje a derrubada deste veto é uma grande conquista para o país. Nós sabemos o que o segmento de eventos significa na contratação de mão de obra para o Brasil, na geração de emprego e renda, e eu não posso deixar de falar desse projeto sem citar o nosso querido amigo Deputado Federal Felipe Carreras, que foi a primeira pessoa que trouxe a ideia do Perse. Nós fizemos uma reunião com a Liderança do Governo, ainda com o nosso Líder Ricardo Barros, para tratarmos sobre o assunto. Nós sabemos que o tema é intenso e realmente vai custar, tem um custo, ao Governo Federal, mas o maior custo... Foi o primeiro segmento que parou, foi o último que pôde voltar, e nós tivemos divergências do retorno em vários estados. Então, alguns estados continuam muito afetados ainda pelas restrições e ainda esse segmento é o segmento que mais sofre todos os dias.

Ao segmento de eventos aqui no Distrito Federal nós temos dado uma atenção especial. Levei-os também ao Governador Ibaneis, que entendeu também as dificuldades. Acho que é um esforço do Governo Federal e dos governos estaduais. Nós precisamos tentar voltar à normalidade, as pessoas precisam de renda e de emprego.

Então, eu quero agradecer aqui ao nosso Líder também do Congresso - no Senado e na Câmara, o nosso querido Eduardo, que é um grande homem, que sempre consegue fazer os acordos - pela derrubada desse veto.

Nós temos aqui também que agradecer ao Governo Federal, através do Senador Eduardo Gomes, que conseguiu fazer esse grande acordo, e nós damos aqui, num momento importante que o país vive, um auxílio a esse segmento tão importante aqui e em todos os estados brasileiros, trazendo aquilo que a gente

entende como a mola propulsora do nosso país, que é emprego - emprego e renda.

Então, parabéns, Deputado Felipe Carreras.

Muito obrigada, Senador Eduardo Gomes, e vamos, com certeza, derrubar esse veto.

---

Documento 44/79

---

007.4.56.N	Sessão Extraordinária - CN	17/03/2022-14:50
Publ.: DCN 3/18/2022 -	FELIPE CARRERAS (PRESIDENTE)-PSB -PE	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	FALA DO PRESIDENTE OU NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA FALA DO PRESIDENTE

---

### ***Sumário***

Agradecimento aos Parlamentares pela rejeição do Veto Parcial nº 19, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, acerca das ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos, para compensação dos efeitos decorrentes das medidas de combate à Covid-19; da instituição do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - PERSE, e do Programa de Garantia aos Setores Críticos - PGSC; bem como da alteração das Leis de nºs 13.756, de 2018, e 8.212, de 1991.

---

**O SR. PRESIDENTE** (Felipe Carreras. Bloco/PSB - PE) - NÃO, 57; SIM, nenhum voto.

Rejeitado no Senado.

O veto vai à promulgação. (*Palmas.*)

Eu quero aqui, em primeiro lugar, nesta tarde noite histórica, Presidente Marcelo Ramos, agradecer a honra de estar presidindo a sessão do Congresso Nacional, num dia simbólico, num dia histórico. Quero agradecer a V. Exa. V. Exa. foi um guerreiro desde a construção deste projeto até a aprovação aqui na Câmara dos Deputados, no Senado Federal.

O Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos) é o Perse de esperança, o Perse de perseverança.

Hoje, com a derrubada deste veto, Presidente Marcelo, Líder no Congresso



Nacional da base do Governo, Senador Eduardo Gomes, todos que estão nos assistindo, todos que estão vibrando, os grandes artistas, os pequenos artistas e muitos desconhecidos do nosso Brasil, os grandes produtores, os pequenos produtores, os microempresários, eu tenho certeza de que hoje nós fazemos história. O setor mais penalizado, muitas vezes injustiçado, vai ter um combustível para continuar lutando, trabalhando, sendo a mola propulsora, a principal engrenagem da nossa cultura.

Talvez, Presidente Marcelo, este projeto aprovado neste dia de tanta emoção seja o primeiro projeto aprovado no Congresso Nacional voltado para os produtores de eventos. Não é porque se trabalha com alegria que não há gente séria, trabalhadora, que gera emprego e renda. Hoje o Congresso Nacional mostra que respeita esse setor. E eu fico muito feliz de fazer parte desta legislatura.

E quero aqui agradecer - a gente tem, sim, que agradecer.

Quero mais uma vez a V. Exa., Presidente Marcelo; agradecer mais uma vez ao Líder do Congresso, Senador Eduardo Gomes, pela largueza, pela humildade, pelo diálogo; agradecer ao Governo Federal também, ao Ministro Ciro Nogueira, à Ministra Flávia Arruda, ao Ministro João Roma, a vários Ministros que nos ajudaram na construção para a gente chegar aqui no dia de hoje.

Quero agradecer ao Doreni Caramori, que, neste momento, está nos assistindo de um leito de um hospital, porque fez uma cirurgia. Parabéns ao Doreni e a todos os associados da Abrape! Vocês são guerreiros. A Abrape hoje tem outra respeitabilidade e outro tamanho por todo o trabalho que vocês desenvolveram.

Muito obrigado ao Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Arthur Lira, meu amigo Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Arthur Lira.

Muito obrigado ao Presidente do Senado Federal, Senador Rodrigo Pacheco.

Muito obrigado à Deputada Renata Abreu, Relatora do nosso projeto. Na pessoa dela e na pessoa da guerreira Senadora Daniella Ribeiro, eu cumprimento todas as mulheres, Senadoras e Deputadas, assim como na pessoa da minha querida também Deputada, aqui do Distrito Federal, nossa Celina Leão. Carmen Zanotto, muito obrigado por todo o trabalho de vocês. O setor de eventos saberá ser grato.

Obrigado a todos.

Viva o setor de eventos!

Viva a nossa cultura!

Documento 45/79

007.4.56.N	Sessão Extraordinária - CN	17/03/2022-14:50
Publ.: DCN - 3/18/2022 -	FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

### **Sumário**

Orientação de bancada na votação do Veto Parcial nº 10, de 2022, aposto ao Projeto de Lei nº 4.199, de 2020, sobre a instituição do Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem - BR do Mar. Pedido ao Supremo Tribunal Federal, pelo PSOL e movimentos populares, de aditamento à Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF, para suspensão de processos e medidas de remoção, desocupação, reintegrações de posse ou despejos durante a epidemia de coronavírus.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA** (PSOL - RS. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora. *Por videoconferência.*) - Presidente, o PSOL orienta "não" também.

Quero lhe agradecer pela gentileza. O senhor deve ter visto que eu estava em deslocamento, mas é por uma nobre causa: justamente nós acabamos de sair do Supremo Tribunal Federal, onde protocolamos, junto com os movimentos MTST, FNL, MST, CMP, Conselho Federal de Psicologia, enfim, várias entidades, MNLM, junto com o Deputado Federal Paulo Teixeira, protocolamos o pedido de prorrogação da ADPF que suspende os despejos. Hoje é um dia de luta nacional: Despejo Zero! E, por isso, estive meio precária, entrando na sessão.

O PSOL orienta "não" também a este veto.

Documento 46/79

007.4.56.N	Sessão Extraordinária - CN	17/03/2022-14:50
Publ.: DCN - 3/18/2022 -	TIAGO DIMAS-SOLIDARIEDADE -TO	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	OUTROS DISCURSO

### **Sumário**

Visita dos Ministros do Turismo, Gilson Machado, e do Desenvolvimento

Regional, Rogério Marinho, ao Estado de Tocantins. Inauguração do Pronto Atendimento Infantil - PAI, no Município de Araguaína. Saudações ao Prefeito Wagner Rodrigues.

---

**O SR. TIAGO DIMAS** (Bloco/SOLIDARIEDADE - TO. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é com muita alegria que eu venho aqui, a esta tribuna, a este microfone, mais uma vez, saudá-los e colocar algo muito positivo que aconteceu na minha querida Araguaína.

Agora, na última terça-feira, estivemos, ao longo de uma semana muito produtiva, com a visita do Ministro do Turismo, Gilson Machado, que visitou as obras do novo centro de convenções, mas, na sequência, na terça-feira... Na segunda, fomos à Palmas para a entrega de máquinas e implementos agrícolas que vão ajudar os Prefeitos, as Prefeitas, o homem e a mulher do campo, na presença do Ministro Rogério Marinho, com a significativa participação e a contribuição da bancada federal e, de modo especial, do Senador Eduardo Gomes, mas também contou com recursos nossos.

E a terça-feira foi um dos dias mais emocionantes que um pude vivenciar ao longo do meu mandato: a entrega da inauguração do PAI. É o Pronto Atendimento Infantil, uma UPA, uma espécie de UPA 24 horas, dedicada exclusivamente às crianças da nossa cidade, de toda a Região Norte, uma das poucas unidades no país e a primeira e única no Estado do Tocantins.

E eu fico muito honrado de representar os tocantinenses e de destinar, ao longo do meu mandato, mais de R\$250 milhões, dos quais, pelo menos R\$30 milhões foram para Araguaína, para que a gente pudesse vivenciar o momento que hoje a gente vive e pôde presenciar.

*(Soa a campainha.)*

**O SR. TIAGO DIMAS** (Bloco/SOLIDARIEDADE - TO) - Então, eu, como pai dos meus amados José Pedro, Davi e Ronaldo Neto, não poderia ter outra oportunidade para ficar mais alegre e mais entusiasmado com as ferramentas. A gente aqui se desgasta, fica longe da família, fica longe do convívio, mas não há preço melhor do que uma entrega como essa. Você vê que o nosso esforço, o nosso trabalho está gerando resultado lá na ponta...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. TIAGO DIMAS** (Bloco/SOLIDARIEDADE - TO) - ... e ajudando a salvar vidas - para concluir, Sr. Presidente. A obra foi inaugurada após uma

construção de 64 dias, através do então Prefeito Ronaldo Dimas, de quem eu tenho muito orgulho mesmo de ser filho, que, em meio àquele caos da pandemia, soube, com o seu grande conhecimento de engenheiro, aplicar, executar e fazer um planejamento; fez uma construção definitiva para um hospital de campanha, que ficou como legado.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. TIAGO DIMAS** (Bloco/SOLIDARIEDADE - TO) - E ficou como um legado que, agora, está para servir às crianças. Salvou a vida dos adultos na UTI covid e, agora, deu espaço a um hospital infantil.

E aqui eu quero destacar o Prefeito Wagner Rodrigues pelo seu empenho e a sua determinação em dar continuidade a tudo aquilo que a gente está vivenciando em Araguaína e que atinge a grande Região Norte.

Tocantins tem vivido um grande caos em todos os aspectos...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. TIAGO DIMAS** (Bloco/SOLIDARIEDADE - TO) - ... mas é de lá que sai o orgulho e a honra de uma política séria, de uma política que é levada a sério, aplicando corretamente os recursos públicos.

Eu fico muito feliz mesmo em fazer parte de momentos como este e de ver que o nosso mandato, que a nossa contribuição ajuda, lá na ponta, a quem mais precisa.

Então, ao Prefeito Wagner e a todos os envolvidos na Prefeitura de Araguaína, as nossas considerações, os nossos agradecimentos.

Não posso deixar de destacar, mais uma vez, toda a contribuição que Ronaldo Dimas deu para que a gente pudesse vivenciar este grande momento e que estaremos, em breve, tendo a oportunidade de fazer por todo o Estado do Tocantins.

Muito me honra estar aqui, na Câmara dos Deputados, e dar essa parcela de contribuição para melhorar a qualidade de vida do povo tocantinense.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) - Parabéns, Deputado Tiago Dimas.

É bonito ver o brilho no olhar do Ronaldo Dimas. Eu tenho uma pitadinha, Senador, de inveja boa, porque um dos sonhos que eu teria na minha vida era o meu pai estar vivo para acompanhar a minha trajetória pública. Eu perdi meu pai cedo, ainda com 12 anos, e transmito, no carinho e no amor fraterno que tenho pelo Tiago, a alegria de te ver olhar para ele, Ronaldo, como eu vi.

Parabéns!

Encerrada a votação.

---

Documento 47/79

---

19.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	17/03/2022-09:56
Publ.: 3/18/2022 -	DCD	GENERAL GIRÃO-UNIÃO -RN	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Indignação do orador com a apresentação, pelo Consórcio do Nordeste, de ação judicial contra a redução do ICMS incidente em operações com combustíveis. Desvio, pelo Consórcio, de recursos federais destinados à compra de respiradores mecânicos para combate à Covid-19.

---

**O SR. GENERAL GIRÃO (UNIÃO - RN. Sem revisão do orador.) -**  
Bom dia, caros colegas.

Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade. Eu gostaria que as nossas palavras tivessem eco nesta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

O nosso pronunciamento de hoje, lamentando que só há presença de poucos Deputados na Casa, diz respeito a uma entidade que reuniu Governadores da Região Nordeste chamada Consórcio do Nordeste. Esse consórcio, mais uma vez, Deputado Benes Leocádio, age contra a democracia brasileira, age contra a população brasileira, porque contra a lei que esta Casa aprovou reduzindo o ICMS, fixando o valor a ser cobrado de ICMS, infelizmente o Consórcio do Nordeste está entrando na Justiça. Já alinharam uma defesa jurídica para se contraporem à redução do ICMS fixo sobre os combustíveis.

É mais uma ação contra a vontade da população, contra um benefício

para a população que precisa, sim - o Presidente Bolsonaro assim decidiu isso e sancionou -, de redução de impostos para que nós possamos ter redução no preço dos combustíveis. Será uma das ações para que isso venha a acontecer. Outras ações estão sendo pensadas pelo Governo, nós temos certeza disso.

No entanto, mais uma vez, o Consórcio do Nordeste age contra a população, por quê? Porque todo o mundo lembra - na verdade, alguns não, alguns gostam de procurar esquecer isso - que esse Consórcio do Nordeste, na época da pandemia, logo no começo da pandemia, Deputada Bia, conseguiu meter a mão em 50 milhões de recursos repassados para a compra de respiradores. Deputado Luiz Lima, os respiradores eram para chegar aos Estados na fase mais aguda da pandemia, quando as pessoas estavam morrendo por falta de ar. Não havia respirador suficiente nas UTIs, e isso iria ajudar a reduzir o número de mortes. No nosso Estado, o Rio Grande do Norte, 5 milhões foram embora pelo ralo. Até hoje os respiradores não chegaram lá, e ninguém foi preso. O Secretário-Executivo do Consórcio do Nordeste, o cara que quiseram colocar como sendo o grande responsável por tudo, foi para a CPI lá no Rio Grande do Norte e não falou nada, ficou calado, recusou-se a vir à CPI do Senado, àquela CPI do circo, um absurdo. Enfim, ninguém foi preso. O dinheiro não voltou, os respiradores não chegaram, e a população morreu.

Então, incompetência mata. Essa é a frase que eu tenho falado lá para fazer referência à incompetência que temos no Governo do Estado. É lamentável que estejamos vivendo isso. Mais uma vez, é lamentável que esse Consórcio do Nordeste esteja se arvorando de ser uma entidade que está querendo se contrapor à autoridade do Presidente da República.

Sr. Presidente, cumpri o meu tempo. Peço desculpas aos colegas por ter ultrapassado um pouco, mas é porque a indignação é muito grande. Não dá para ficar calado. A Justiça tem que existir neste País. A Justiça precisa chamar à responsabilidade esses Governadores que estão querendo quebrar mais um item do pacto de governabilidade e do pacto federativo.

Não existe Consórcio do Nordeste. O que tem que existir é Governo Federal e Governo dos Estados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

### *Sumário*

Escalada do crime de estupro no Estado de Santa Catarina. Aumento dos crimes sexuais praticados contra a mulher no País. Liderança do Brasil no ranking do feminicídio. Importância da criação de procuradorias da mulher nas Câmaras Municipais brasileiras. Discussão, em reunião de Líderes, da votação de requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, sobre a instituição do piso salarial nacional dos profissionais da enfermagem e da parteira; e de pauta de interesse dos Agentes Comunitários de Saúde. Elogio ao Deputado General Peternelli pela atuação na Comissão Externa de Enfrentamento à Covid-19.

---

**A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC.** Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Sr. Presidente, nobre Deputado General Peternelli.

General, eu vou falar na manhã de hoje sobre a situação da violência contra a mulher no nosso País e no meu Estado de Santa Catarina e da intensidade dos trabalhos que nós temos pela frente para reduzirmos essa violência.

Nove mulheres são estupradas por dia em Santa Catarina. A violência contra a mulher precisa acabar.

A cada dia, nove mulheres foram vítimas de estupro no meu Estado de Santa Catarina, no ano de 2021. É o que apontam os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública sobre a violência contra a mulher. Só no ano de 2021, foram registrados 3.298 casos de estupro de vulneráveis, fora os casos que não chegam até as nossas delegacias especializadas. Estamos ocupando a 6ª posição entre os 27 Estados brasileiros. Nós não tínhamos essa situação, quando discutimos o tema na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher, na legislatura anterior.

Sr. Presidente, em todo o nosso País houve crescimento dos casos. E precisamos olhar esse crescimento por dois ângulos: as mulheres estão denunciando mais; e os agressores, os homens, estão cada vez mais violentos, cada vez mais cometendo crime sexual contra as mulheres.

Quando isso vai parar? Quando nós conseguirmos fortalecer cada vez mais as procuradorias em cada Câmara de Vereadores dos nossos Municípios brasileiros.

Nós temos que falar sobre esse tema. É um tema árduo, um duro, mas

que precisa ser debatido. O nosso País tem dados vergonhosos com relação ao feminicídio, em comparação a outros países do mundo. Já estamos ultrapassando a guerra contra a COVID-19, com muitas vítimas. Porém, essa guerra está deixando também muitas outras vítimas: as mulheres que sofrem violência dentro dos lares. E sofrem violência daqueles que elas acreditavam que as estavam protegendo.

Sr. Presidente, eu peço que o meu discurso seja dado como lido e divulgado nos meios de comunicação da Casa. E faço um apelo a todas as nossas Vereadoras e Vereadores do nosso País: instalem as procuradorias da mulher nas suas Câmaras de Vereadores; debatam esse assunto; estejam inseridos dentro da sociedade, nas associações de moradores, nas escolas, nas associações comerciais e industriais falando deste tema. Só falando sobre o tema é que nós vamos combater a violência contra a mulher.

Daqui a pouquinho, Presidente, nós vamos ter também a reunião do Colégio de Líderes, que vai discutir pautas importantes para a nossa Casa. Mas há uma pauta que para nós é fundamental, para mim é fundamental. Refiro-me a trazermos para o plenário o requerimento de urgência do PL que trata do piso salarial da enfermagem, o Projeto de Lei nº 2.564, de 2020.

A pandemia levou muitos profissionais de saúde. Muitos profissionais do setor saúde foram para a linha de frente, sem os equipamentos necessários, e tombaram, muitos foram a óbito. Só na enfermagem, mais de 860 profissionais faleceram. Então, nós vamos levar essa pauta ao Colégio de Líderes e buscar caminhos, porque nós sabemos que há impactos financeiros. Não queremos prejudicar nenhum hospital filantrópico prestador de serviço do SUS, porque todos são importantes para nós. Também levaremos a pauta dos nossos agentes comunitários de saúde.

Presidente, é um prazer, um orgulho, uma alegria, ver V.Exa. presidindo a sessão. Na nossa Comissão Externa de Enfrentamento à COVID-19, V.Exa. atuou conosco todos os dias dos anos de 2020 e 2021. Em momento algum, V.Exa. se furtou de estar lá conosco na bancada. E foi um verdadeiro profissional da saúde naquela Comissão, ajudando-nos na logística, em todas as atividades que a Comissão enfrentou.

Obrigada e parabéns pelo trabalho de V.Exa. aqui na Câmara Federal.



### *Sumário*

Defesa de aprovação do requerimento de apreciação em regime de urgência, bem como do mérito do Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, sobre a instituição do piso salarial nacional dos profissionais da enfermagem e da parteira.

---

**O SR. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO** (AVANTE - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Avante reconhece que os enfermeiros e enfermeiras são os primeiros a estar ao lado do paciente, passando o dia dentro dos hospitais, nas cabeceiras das camas nos hospitais; são eles que aplicam os medicamentos. Os exames descobrem as enfermidades, mas esses heróis e heroínas dão suas vidas. Foi assim na pandemia da COVID.

Até em respeito e em homenagem a todos os heróis que perderam suas vidas, precisamos aprovar imediatamente a urgência e aprovar o projeto, fazendo justiça a essa categoria.

Há várias semanas estamos carregando esta placa na mão. E não é à toa! Entendemos que enfermeiros e enfermeiras, parteiros e parteiras precisam ser reconhecidos E esta Casa tem feito o seu trabalho, esta Casa tem lutado para regulamentar...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 50/79

---

20.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/03/2022- CD	19:24
Publ.: DCD - 3/23/2022 -	ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Defesa de aprovação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, sobre a instituição do piso salarial nacional dos profissionais da enfermagem e da parteira.

---

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão

da oradora.) - Sr. Presidente, esta Câmara dos Deputados, ao aprovar essa urgência, está dando uma dose de ânimo especial para uma categoria numerosa: 2 milhões e meio de trabalhadores e trabalhadoras, mais de 82% de mulheres. Essa categoria perdeu cerca de 900 vidas para a COVID.

É necessário compreender que uma categoria dessa dimensão precisa, sem dúvida, ter dignificado o seu salário, sair da sub-remuneração.

Falo em nome de toda a bancada do PCdoB, ao lado do meu Líder Renildo Calheiros, que me deu a honra de fazer este encaminhamento, para dizer que a enfermagem brasileira merece esse lugar, merece esse piso salarial.

Presidente, quero aproveitar a oportunidade para parabenizar as suas entidades representativas: a Federação Nacional dos Enfermeiros, o Conselho Federal de Enfermagem, a Associação Brasileira de Enfermagem - ABEN, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social - CNTSS, a...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 51/79

---

20.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/03/2022- CD	19:40
Publ.: DCD - 3/23/2022 -	ARLINDO CHINAGLIA-PT -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Apoio à aprovação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, sobre a instituição do piso salarial nacional dos profissionais da enfermagem e da parteira. Expectativa quanto à declaração, pelo Supremo Tribunal Federal, da constitucionalidade da Lei nº 14.128, de 2021, referente ao pagamento, pela União, de compensação financeira aos profissionais da saúde incapacitados para o trabalho em decorrência da Covid-19, bem como aos seus cônjuges, dependentes e herdeiros.

---

**O SR. ARLINDO CHINAGLIA** (PT - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. e Sras. Parlamentares, eu quero começar agradecendo ao Líder da bancada do PT, meu Líder, o

Deputado Reginaldo Lopes, que me cedeu o tempo de Liderança do PT para, em nome da bancada, colocar a nossa posição. Evidentemente, nós somos favoráveis à aprovação da urgência do Projeto de Lei nº 2.564, de 2020.

Agora, eu quero dizer por que o Deputado Líder Reginaldo Lopes me cedeu o tempo da Liderança. É que eu tenho o orgulho e a honra de ter proposto o projeto de lei mais antigo que tramita tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal que trata do piso nacional da enfermagem, do técnico, da obstetriz, da auxiliar de enfermagem.

Por que, então, não é a urgência do Projeto de Lei nº 1.268, de 2019, que está sendo votada hoje, considerando-se o tempo de tramitação? É que o Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, foi apresentado no Senado, onde, todo mundo sabe, há 81 Senadores. Portanto, lá tramitou mais rápido do que costuma tramitar um projeto aqui na Câmara.

Não faço isso como lamento. Faço como registro não só para a enfermagem brasileira, para aqueles que acompanham diuturna e legitimamente o trâmite da matéria, como também para toda a sociedade brasileira.

O que eu acho fundamental dizer neste momento? Todos argumentam no sentido de ter sido um trabalho heroico, solidário, até mais do que humano, do ponto de vista da solidariedade, durante a pandemia da COVID-19. O que nós estamos demonstrando aqui é o óbvio. Não só quem conhece o trabalho da enfermagem já sabia desse papel decisivo.

Eu quero dizer que este projeto é uma das inúmeras provas do valor da enfermagem. Por que a enfermagem é decisiva? Não me refiro só à pandemia. Mas, durante a pandemia, a percepção popular se generalizou no mundo inteiro, exatamente porque os profissionais de saúde estão ao lado do ser humano no momento em que está fragilizado, no momento em que está com medo, no momento em que precisa de atenção. Nesses momentos, a enfermagem está diuturnamente ao lado do paciente. É claro que existem momentos de alegria também, por exemplo, o nascimento de uma criança. E há outros profissionais, como os médicos - eu sou médico. Cada um faz o seu papel.

O segundo ponto para o qual eu quero chamar atenção é que muitos têm avaliado que o piso já aprovado por unanimidade no Senado está alto. Eu quero informar a todos que, na nossa proposta, em 2019, nós propusemos um piso de 10 salários mínimos para enfermeiro e para enfermeira, o que, na época - deixe-me ver em detalhes -, dava 9.980 reais. Na sequência, seria 50% deste valor para técnico de enfermagem e 40% deste valor para auxiliar de enfermagem e para

obstetriz.

De onde surgiu esse piso de 10 salários mínimos? Foi exatamente a partir de uma luta histórica, de que eu já tinha participado no Sindicato dos Médicos de São Paulo, quando reivindicávamos para os médicos exatamente 10 salários mínimos de piso. A diferença é que a jornada do médico é a metade da jornada da enfermagem.

E essa foi uma luta que também incorporou - estou falando dos médicos - o direito à carteira assinada.

Isso é algo tão antigo e tão atual que hoje o que domina a assistência à saúde no Brasil são as chamadas organizações sociais, muitas vezes em substituição ao próprio Estado, situação que corre o risco de ser extremamente agravada se um dia for aprovada - esperamos que não seja - a chamada reforma administrativa, que nós conseguimos barrar até o presente momento na Câmara dos Deputados. A aprovação dessa proposta que tramita na Casa e contra a qual nós resistimos simplesmente significaria a privatização do Estado brasileiro.

Finalmente, eu quero fazer referência a um projeto de lei do Deputado Reginaldo Lopes, apresentado já durante a pandemia. Foi considerado constitucional pela Câmara dos Deputados, pelo Senado brasileiro e também pela Ministra Cármen Lúcia. Por que a Ministra teve que se posicionar, e felizmente, de forma coerente, considerou constitucional a proposta? O Presidente da República vetou o projeto, depois de aprovado aqui na Câmara e no Senado. Nós derrubamos o veto, aí ele entrou no Supremo, arguindo inconstitucionalidade.

E o que prevê esse projeto de lei? Indenização para todos os profissionais da saúde incapacitados pela COVID e, para as famílias dos muitos que morreram, 50 mil reais mais 10 mil reais por ano para cada um dos filhos até atingirem a idade de 24 anos. Exemplo: se uma criança de 10 anos for filha de um profissional que tenha morrido durante a pandemia, ela receberá 10 mil reais por ano, durante 14 anos. Isso aqui não é, digamos, um benefício continuado. Não! Na proposta, o recebimento é integral e automático por todo o período. Portanto, é uma maneira de socorrer as famílias que, seguramente, ficaram em dificuldades, situação agravada pela dor da perda do ente querido.

E, neste momento, o pedido do Presidente está sob vista do Ministro Gilmar Mendes, que, seguramente, por seu conhecimento e pelos votos que tem dado ao longo da sua carreira, também vai considerar constitucional o projeto.

Finalizo, então, propondo a toda a enfermagem e a todos os Parlamentares da Câmara e do Senado que se faça mobilização

idêntica à feita pelo piso nacional da enfermagem, que comemoramos e aplaudimos, para que se conquiste esse benefício para as famílias enlutadas e para os profissionais prejudicados.

Documento 52/79

20.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 22/03/2022-21:48
Publ.: 3/23/2022 -	DCD BOSCO COSTA-PL -SE	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

### *Sumário*

Transcurso do 59º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Moita Bonita, localizado na região do agreste sergipano. Relevância da cultura folclórica e tradições da municipalidade. Destaque de Moita Bonita na produção de batata-doce e farinha de mandioca. Elevado índice de vacinação dos habitantes locais contra a Covid-19.

### **DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO BOSCO COSTA.**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje uso minha fala para parabenizar o Município de Moita Bonita, localizado no Agreste do Sergipe, Município que completa 59 anos em 12 de março.

Quando a cidade se emancipou, em 1963, houve muita confusão. Pedro Paes Mendonça, então Deputado Estadual e idealizador da lei de criação do Município, rivalizava com seu irmão, Euclides Paes Mendonça, Prefeito de Itabaiana. Moita Bonita era uma vila de Itabaiana, e Euclides não queria perdê-la, com toda a razão.

Hoje, seus 11 mil habitantes provam que ambos estavam certos. Moita Bonita fazia, de fato, jus ao título de cidade, mas não havia como abrir mão de seus encantos e tradições sem dificuldades.

Os moita-bonitenses têm mantido vivas culturas folclóricas que enchem o sergipano de orgulho. Mestres de reisado empenham-se, ano após ano, em enaltecer com beleza o nascimento de Jesus. Grupos de samba de roda, quadrilha, pífano e acordeão ditam o ritmo alegre das



festas populares. Rodas de capoeira misturam dança, luta e música para homenagear os antepassados africanos. No meio do ano, o estalo das fogueiras e o cheiro do milho assando não deixam ninguém escapar das comemorações juninas. Da festa da padroeira, todos saem abençoados, pedindo saúde para os seus e paz para a cidade, que deixou no passado a discórdia do seu nascimento.

Seja na sede do Município, em torno da Praça Santa Terezinha, seja nos povoados como o Capunga, a Serrinha, o Itapicuru, o Pai Mandu, para mencionar apenas alguns, a população moitense orgulha o Brasil ao celebrar tão efusivamente a cultura popular. Parabéns a todos que contribuem para a firme continuidade das nossas tradições!

Na economia, Moita Bonita destaca-se como grande produtora de farinha de mandioca e é a capital sergipana da batata-doce. Segundo o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, senhoras e senhores, são 22 mil toneladas de diferentes espécies de batata-doce a cada ano, distribuídas para todo o Brasil. Não é à toa, aliás, que a segunda maior frota de caminhões do Estado está lá. São motoristas que escoam com profissionalismo a produção agrícola e merecem mesmo ser abençoados nos festejos religiosos. Nossos sinceros cumprimentos às mais de mil famílias de agricultores e aos caminhoneiros, que não poupam esforços para distribuir alimentos de qualidade para tantas mesas do País.

Quero, também, congratular especialmente as equipes de saúde locais, que, em meio à crise sanitária, deixaram Moita Bonita, entre as cidades sergipanas, com os maiores índices de moradores vacinados contra a COVID-19.

Sabemos que, como em qualquer cidade brasileira, há carências e necessidades, que estamos dispostos a ajudar a equacionar. Sabemos que alguns episódios policiais ocorridos recentemente na cidade ganharam tristemente os noticiários. Mas na fala de hoje, de celebração, quero desejar que a atmosfera de tranquilidade continue sendo a tônica da cidade. Quero que amigos e vizinhos continuem festejando juntos, conversando na praça, na orlinha e na porta de casa. Quero que os moradores dos povoados sigam tomando banho de lagoa e pescando nos rios, fazendo o tempo passar no ritmo que só o nordestino conhece.

Celebremos, então, o aniversário de Moita Bonita, pois festejar essa data é honrar as tradições brasileiras e aplaudir um jeito muito bom de se viver. Parabéns a todos e prosperidade para Moita Bonita!

---

Documento 53/79

---

22.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	23/03/2022-13:56
Publ.: DCD 3/24/2022 -	LUIZ LIMA-PL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO	

---

### *Sumário*

Transformação do PL, partido do Presidente Jair Bolsonaro, na maior bancada partidária na Câmara dos Deputados. Realização de atos nas escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro, liderados por partidos esquerdistas, para indução dos adolescentes à retirada do título eleitoral e engajamento na campanha contra a reeleição do Presidente Jair Bolsonaro.

---

**O SR. LUIZ LIMA** (PL - RJ. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Gilberto Nascimento. É um prazer, mais uma vez, ter V.Exa. comandando a sessão na Câmara dos Deputados.

Presidente Gilberto, nesta semana, na segunda-feira, o Partido Liberal se tornou o maior partido da Câmara dos Deputados, o partido com o maior número de Deputados representando os 26 Estados e o Distrito Federal em nosso País.

Nós não precisamos ter "união" no nome para nos classificarmos como um partido unido. O PL demonstra toda a força do Presidente Bolsonaro. Cada Deputado aqui representa uma região do País e representa pessoas que confiaram a nós a responsabilidade de estar aqui no Congresso Nacional. São justamente esses eleitores que induzem, da melhor maneira democrática, os seus representantes nesta Casa a se filiarem a determinados partidos. Então, não há melhor instituto de pesquisa do que a avaliação do maior partido desta Casa, no caso, o partido do Presidente Jair Messias Bolsonaro. Tudo indica que o partido do adversário se manteve com o mesmo número de Deputados, mas ainda vai cair algumas posições.

Presidente Gilberto, eu gostaria de deixar registrado que, na semana passada, começou um ato nas escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro, liderado por partidos de esquerda, para induzir os jovens a tornarem seu título de eleitor apto, para induzi-los a tirarem o título de eleitor e fazerem uma campanha contra o Presidente Bolsonaro.

O Governo Bolsonaro sempre prezou pela continuidade das aulas. A própria UNESCO classificou como um crime afastar as crianças da sala de aula. Então, mais uma vez, alguns professores e diretores, em vez de reporem o tempo perdido dessas crianças, que estão praticamente há 2 anos afastadas das salas de aula, fazem militância política novamente.

Peço aqui toda a atenção aos Secretários Municipais de Educação dos 92 Municípios do Rio de Janeiro, ao Secretário de Educação da Capital do Rio de Janeiro, ao Secretário de Estado de Educação, para que tomem o maior cuidado com essas crianças que já estão sendo classificadas como geração COVID.

Elas ficaram muito tempo para trás e estão tendo dificuldades. Muitas crianças com 6 anos, 7 anos, 8 anos ainda não se alfabetizaram.

Portanto, fica aqui o meu alerta para a militância política presente não somente nas 63 universidades federais, mas também nas nossas escolas, infelizmente.

Eu estava em Copacabana, Presidente Gilberto, conversando com um amigo chamado Márcio, que está com seus 70 anos. Ele me falava: *"Luiz, era exatamente o que acontecia há 55 anos, quando eu era aluno da UFRJ"*. Esses mesmos grupos políticos incentivam os nossos adolescentes a terem uma visão política deturbada, que não foi positiva para o Brasil, e novamente remam contra o desenvolvimento do nosso País.

Fica registrada aqui a minha preocupação com as escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro por não estarem aproveitando o tempo com a verdadeira educação dos seus alunos.

Muito obrigado, Presidente Gilberto.

---

Documento 54/79

---

22.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	23/03/2022-14:12
Publ.: 3/24/2022 -	DCD	VICENTINHO-PT -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Aprovação pela Casa do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, sobre a instituição do piso salarial nacional



dos profissionais da enfermagem e da parteira. Defesa de aprovação do Projeto de Lei nº 2.295, de 2000, sobre a fixação da jornada de trabalho dos profissionais da enfermagem em 30 horas semanais; bem como da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2011, acerca da remuneração dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias.

---

**O SR. VICENTINHO** (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu nem quero falar a respeito do chefe das quadrilhas, Bolsonaro. Prefiro falar de duas categorias de heróis e heroínas que foram fundamentais na nossa vida, juntamente com os médicos. Eu me refiro aos profissionais da enfermagem: enfermeiros e enfermeiras, técnicos, auxiliares.

Tivemos ontem a felicidade de votar a urgência do projeto que define o piso salarial da categoria. É o reconhecimento de uma categoria laboriosa, cujos sindicatos, confederações e federações tiveram um papel fundamental nessa mobilização.

Ainda faltam as 30 horas, uma recomendação, inclusive, da Organização Mundial da Saúde. Não vamos nos esquecer dessa outra meta, mas aprovar e reconhecer essa jornada das enfermeiras e dos enfermeiros, técnicos e auxiliares, é reconhecer o papel que essa categoria exerceu. Tantos perderam a vida! Tantos foram contaminados, não somente pela COVID, mas também pela contaminação hospitalar no cotidiano!

Informo, portanto, que a votação foi fantástica, maravilhosa, e hoje estamos aqui para votar a Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2011, a PEC 22/11, em defesa de um piso salarial mínimo para os agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias. Foi uma luta histórica, uma luta antiga, merecida.

Quero saudar os sindicatos pelo seu papel, pela sua luta. Em especial, no caso da enfermagem, quero saudar o companheiro Almir Mizito, Presidente do SindSaúde ABC; e, no caso dos agentes comunitários de saúde, o nosso querido companheiro Rodrigo Rodrigues, Presidente do SINDACS, também da Região do ABC.

Os agentes comunitários de saúde - ou as agentes, já que são maioria - não podem ser usados como cabos eleitorais, como muitos Prefeitos assim o querem. Nós queremos definir o piso deles em, no mínimo, dois salários mínimos, que pode ser mais, de acordo com as negociações a serem feitas com as Prefeituras do nosso Brasil.

Por isso, estamos aqui para votar. É importante que todos os Deputados participem. Como se trata de uma PEC, nós necessitaremos de 308 votos, em duas vezes, para aprová-la e ela ir

para o Senado. Nesse caso, não há risco de veto pelo Bolsonaro, porque a PEC é promulgada pelo próprio Congresso Nacional. Graças a Deus! Por isso, só depende de nós, Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras.

Por isso, Sr. Presidente, eu queria, pedindo mais 1 minutinho, só informar que essa luta está sendo desenvolvida nas bases, sindicatos, que fazem assembleias, como a que foi realizada ontem pelos enfermeiros e enfermeiras, com o Mizito acompanhando, e eu ligando para ele. A mesma coisa eu vou fazer com meu companheiro Rodrigues.

Saúdo todos os sindicatos, inclusive o Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde de São Paulo, na figura do companheiro José Jailson da Silva, e toda a sua diretoria.

Estamos juntos, pessoal! Essa luta é nossa! Melhorar a vida de quem cuida da saúde é obrigação de quem tem obrigação com a saúde do povo brasileiro!

Obrigado.

---

Documento 55/79

---

22.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 23/03/2022-14:52
Publ.: DCD 3/24/2022 -	IVAN VALENTE-PSOL -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Não manifestação do Presidente da República sobre o escândalo de corrupção no âmbito do Ministério da Educação, com o envolvimento de pastores evangélicos. Prática de corrupção pelo Governo Jair Bolsonaro. Defesa de afastamento do Presidente da República e do Ministro da Educação.

---

**O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mais de 24 horas se passaram e Bolsonaro não se pronunciou ainda sobre o escândalo de corrupção no MEC, o Ministro não se demitiu, o Sr. Arthur Lira não puxou o processo de *impeachment* e o Sr. Aras não acionou a PGR por um crime explícito, gravado. Nós sabemos que eles estão em palpos de aranha.

A corrupção que assola o Governo Bolsonaro é ampla, geral e irrestrita.



Basta verificar desde o Ministério do Turismo, passando pelo Salles, que era intermediário de contrabando de madeira e agora é comentarista da *Jovem Pan*. Essas figuras ilustres, pelas rachadinhas, pela chocolateria, pelas milícias, pela Wal do Açaí, que foi denunciada ontem, tudo isso é Governo Bolsonaro. O esquema de *lobby* que havia no Ministério da Saúde girava em torno de 400 milhões de reais em vacinas. Agora é o esquema do MEC, assim como houve o das armas. Isso é escandaloso. São *lobbies* poderosos. Só que são pessoas que se dizem enviados de Deus e estão lidando com dinheiro para fazer creches, escolas. Dizem ainda que não havia contrapartida, mas estão aí as provas gravadas e o depoimento de um Prefeito, ontem, dizendo que foi pedido 1 quilo de ouro, Deputado Gervásio, como pagamento. É um escárnio! É um escândalo isso! Pedimos à Casa: por que não abrir uma CPI para investigar um escândalo como esse, posse do FNDE, do Ministério da Educação aparelhado, para ganhar adeptos? Bolsonaro ainda não se pronunciou, está em silêncio. Mas ele recebeu o Pastor Gilmar dos Santos e outros pastores. Ele indicou esses pastores. O Pastor Arilton Moura foi o que pediu 1 quilo de ouro.

Eu quero fazer uma pergunta, respeitando todos os evangélicos. Deputado Gilberto Nascimento, respeito V.Exa. e não quero misturar nem generalizar. Mas pedir 1 quilo de ouro e falar em nome de igrejas, é muito farisaísmo. Onde está o bezerro de ouro aí? Está no Palácio do Planalto? Está no MEC? Onde está? Precisamos de uma explicação. Nós precisamos que o Ministro não só venha à Casa. Ele disse que quer vir. Eu não sei que explicação ele vai dar, porque está tudo gravado. Estão circulando vários áudios de pastores amigos que deixam escancarado que havia uma contrapartida e todo um agenciamento de verbas do Ministério da Educação.

Esta Casa não pode ficar parada frente a isso, nesse silêncio ensurdecedor. Esse é um Governo corrupto, essa é a palavra. E Bolsonaro ontem disse que não há corrupção no Governo dele. Governo corrupto! Fora, Ministro da Educação! Fora, Bolsonaro!

---

Documento 56/79

---

22.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	23/03/2022-14:56
Publ.: DCD 3/24/2022 -	MERLONG SOLANO-PT -PI		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO	

---

### ***Sumário***

Gestão desastrosa do Presidente Jair Bolsonaro. Desqualificação dos Ministros

da Educação nomeados pelo Presidente da República. Denúncia de corrupção no âmbito da Pasta da Educação.

---

**O SR. MERLONG SOLANO** (PT - PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, com tristeza, eu constato que o Governo Bolsonaro tem conduzido o País de barbaridade em barbaridade, negando, na área da saúde, o combate à pandemia e, inclusive, a própria vacinação; promovendo, na área de meio ambiente, o dia D das queimadas, garantindo a impunidade de grileiros e sucateando os órgãos ambientais; mantendo, na área dos combustíveis, a dolarização e continuando o processo de fatiamento da PETROBRAS. E a educação, infelizmente, não ficou à parte nesse esquema de governo nefasto, que está desconstruindo o nosso País.

Como professor universitário, eu me valho do estudo e também da memória. Procuo conhecer o currículo dos Ministros, e não encontrei, considerando qualquer época da nossa história, Ministros tão desqualificados, indicados pelo Presidente da República, para conduzir uma Pasta tão importante como o Ministério da Educação. Antes, era ocupado por pessoas que tinham um currículo. Muitas vezes defendiam ideias com as quais eu não concordava. Mas havia ali um critério técnico que fundamentava a nomeação do Ministro. Depois, Ministros preferiram ideologizar a gestão do Ministério, preferiram uma doutrina que vê com desconfiança a universidade, a educação, vê com desconfiança o ambiente de liberdade e de criatividade que deve caracterizar o mundo da educação.

Agora, além de incompetência extrema, existe corrupção no âmbito do Ministério da Educação. Há ordem para atender aos amigos. E o Ministro, num descuido, deixou vaziar o nome de um dos amigos: Gilberto. Gilberto estava tão à vontade que nem se furtou a falar, perante testemunhas, sobre um pedido de 15 mil reais para que fosse protocolado um processo no Ministério. Deve ser um protocolo de diamante, não só de ouro. Haveria mais dinheiro quando o recurso fosse garantido e depois ainda haveria uma barra de ouro.

Não é esse comportamento, Sr. Presidente, colegas Deputados, que se espera de lideranças religiosas, de líderes de quaisquer religiões, que cuidam de assuntos importantes como dignidade humana, consolo relativo ao drama da morte biológica. Aquele comportamento não é o que se espera de um Ministro da Educação, que tem a responsabilidade de conduzir a formação inclusive de nossas crianças. Também não é o que se espera do Presidente da República, que ocupa o cargo mais nobre da nossa República, tem a missão de conduzir o nosso País no enfrentamento dos graves problemas e na busca de melhores dias.

Aquele rumo não é o caminho para o Brasil. Precisamos de um caminho de paz, de tolerância e de trabalho.

Sr. Presidente, peço que este pronunciamento seja divulgado pelos órgãos de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

---

Documento 57/79

---

23.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 24/03/2022- CD 09:40	
Publ.: DCD - 3/25/2022 -	IVAN VALENTE-PSOL -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Exigência de retomada de sessões presenciais pela Câmara dos Deputados. Protesto contra a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 517, de 2010, com o quórum geral de 20 Deputados presentes no plenário. Autoritarismo do Presidente Arthur Lira. Prática de corrupção pelo Governo Jair Bolsonaro. Prática do crime de rachadinha, apropriação de percentual do salário de funcionários de gabinete, pelo então Deputado Federal Jair Bolsonaro, na contratação da funcionária Walderice Santos da Conceição, a Wal do Açai. Não deliberação pelo Procurador-Geral da República, Augusto Aras, de denúncias da CPI da Covid contra o Presidente da República. Escândalo do envolvimento de pastores evangélicos na liberação de verbas do Ministério da Educação a Prefeituras Municipais. Conivência da Frente Parlamentar Evangélica com o Ministro Milton Ribeiro e pastores envolvidos em corrupção. Defesa de abertura, pela Casa, de CPI para investigação de denúncia de irregularidades no âmbito da pasta educacional. Defesa de demissão do Ministro da Educação e de afastamento do Presidente Jair Bolsonaro.

---

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de falar do assunto do dia que vou abordar aqui, eu queria, em primeiro lugar, dizer que a Câmara dos Deputados não pode continuar mais no sistema de sessões remotas. Com 2 anos de pandemia, estamos com 80% da população vacinada, e isso certamente diminuiu muito a contaminação.

Com a manutenção dos protocolos, tudo está funcionando no Brasil.

Não é possível que continuemos votando propostas de emenda à Constituição, como ocorreu ontem aqui, no caso da Proposta de

Emenda à Constituição nº 517, de 2010, com um quórum de 20 Deputados em Plenário, alguns usando a tribuna. Havia 500 Deputados no quórum geral e 20 Deputados presentes no plenário. Isso é um escárnio, é uma vergonha para a Câmara dos Deputados!

Alguns se aproveitam dessa situação, já que em condições normais não haveria, às 10 horas da noite, esse quórum aqui na Casa para votar uma PEC, e trabalham para mudar a Constituição da República. Repudiamos isso e repudiamos, mais uma vez, o autoritarismo e a censura do Presidente Arthur Lira a Parlamentares desta Casa que fizeram este questionamento na noite de ontem. Exigimos a volta dos trabalhos presenciais, mantidos os protocolos ainda.

Sr. Presidente, estou aqui hoje para dizer mais uma vez que o Governo Bolsonaro é um governo corrupto. Vejam o que ocorreu ontem. O Ministério Público Federal denunciou que uma assessora de Bolsonaro, chamada Wal do Açaí, por 15 anos - 15 anos! - lotada no gabinete do ex-Deputado Bolsonaro, que hoje é Presidente da República, teve seu dinheiro recolhido em rachadinhas. Ele, os filhos - a "filhocracia" - e o Queiroz colocaram milicianos dentro dos gabinetes, assassinos profissionais, saquearam os cofres público, e não acontece nada. Ele começou o Governo com laranjas do PSL. Está aí o Sr. Ricardo Salles, um delinquente que, na cara de pau, diante da Polícia Federal, agiu para intermediar exportação de madeira ilegal. Tudo isso se chama corrupção.

Houve corrupção também durante a pandemia, conforme a denúncia do Deputado Luis Miranda que não foi investigada, porque sentaram em cima dela. O Procurador-Geral da República engavetou todas as denúncias da CPI da COVID ocorrida no Senado Federal. Então, há um escândalo atrás do outro, mas normalizaram a corrupção, o saque aos cofres públicos.

O escândalo que nós estamos vivendo agora é no Ministério da Educação e está ganhando contornos que escancaram como funciona o Governo Bolsonaro e a sua ligação com setores evangélicos, com setores religiosos que comandam o Ministério da Educação, a começar pelo Ministro, que é pastor. A denúncia que é trazida aqui, relativa à agenda do Ministro ser formulada e conduzida por pastores que são diretamente indicados por Bolsonaro, como esses Gilmar Santos e Arilton Moura, cada dia que se abrem os jornais...

Está na imprensa hoje que, inicialmente, houve cobrança de contrapartidas de mais de 15 mil reais. Isso era para iniciar a conversa, para se liberar verba no MEC do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

A cada dia há uma denúncia! Ontem, Prefeitos denunciaram que, para

liberarem a verba, era preciso dar 1 quilo de ouro - 1 quilo de ouro! -, em locais onde existe mineração, como lá no Maranhão. E, hoje, há mais denúncias nos jornais de Prefeitos que dizem que o Sr. Arilton Moura, recebido diretamente por Bolsonaro e amigo pessoal do Ministro Milton Ribeiro, exigia a compra de mil Bíblias - mil Bíblias! - pela Prefeitura para que recebesse recursos de emendas.

Vejam como funcionava o esquema. Está aqui na *Folha de S.Paulo*. Vejam como era o balcão de negócios políticos, no qual também se insere o Centrão, os Deputados do Centrão, que manda no FNDE também. Diz a matéria:

(...)

*Os dois pastores, Gilmar Santos e Arilton Moura (...) foram alçados pelo Ministro Milton Ribeiro (...) a pedido de Bolsonaro, a intermediários privilegiados da liberação de verbas. A atuação (...) foi revelada pelo jornal O Estado de S. Paulo na sexta, 18.*

*(...) os dados oficiais da pasta mostram uma explosão de aprovações de obras, ausência de critérios técnicos, burla no sistema e priorização de pagamentos a aliados do presidente, em especial evangélicos e integrantes do Centrão.*

*Prefeitos consultados (...) dizem que no FNDE a mensagem é clara: o pagamento efetivo dos recursos de obras e transferências só ocorre se houver indicação de políticos próximos ao governo.*

*Um desses prefeitos disse ao jornal O Estado de S.Paulo, e duas pessoas confirmaram à Folha, que houve pedido de 1kg de ouro como propina (...).*

*Para atender a todos os pedidos de políticos e dos pastores, o FNDE passou a fracionar empenhos (que reservam o dinheiro de obras) em pequenas quantias. Tanto as indicações dos pastores quanto as de políticos se valeram desse expediente.*

*Assim, disparou o valor total autorizado - pelo FNDE para políticos e pastores - (...). Entre 2017 e 2019, a média de valores aprovados por ano era de R\$ 82 milhões. Em 2020 - já no Governo Bolsonaro -, saltou para R\$ 229,4 milhões e, no ano passado, pulou para R\$ 441 milhões.*

*Com esse volume de empenhos, na prática, há o risco de gerar uma montanha de projetos que nunca sairá do papel, sobretudo com uma realidade de cortes de orçamento da educação - isso é factível.*

Então, vejam que a mídia hoje traz manchetes e mais manchetes sobre esse caso. Os grupos evangélicos, como a Frente Parlamentar



Evangélica, de certa forma, em vez de acusar e pedir a demissão do Ministro Ribeiro e desses pastores que conspurcam o nome dos evangélicos, estão passando a mão por cima deles. Eles estão sendo coniventes com isso. Não pode! Nós não queremos generalizar, pelo contrário. Acho que existem pastores que têm responsabilidade com a Nação, mas não neste caso aqui. Isso aqui é saque aos cofres públicos.

Já pedimos ao PGR que haja, e ele disse que, desta vez, vai abrir um processo e que já mandou o pedido para o STF.

Nós temos que abrir uma CPI nesta Casa, imediatamente, para investigar isso. Nós temos que convocar para vir ao plenário da Câmara dos Deputados o Ministro Milton Ribeiro, que já deveria ter pedido demissão, porque houve uma explosão de corrupção escancarada, quando sabemos que a verba pública está cada dia menor. Nós estamos falando de dinheiro para creches e para pré-escolas. Estamos falando também das contrapartidas. Os Prefeitos chegam lá e ficam embasbacados, porque o Pastor Arilton Moura fala em público sobre dar 1 quilo de ouro, ou em ajuda para construir igrejas, ou na compra de mil Bíblias, ou em 15 mil reais para o encaminhamento das emendas.

Eles estão com a agenda do MEC. Como funciona isso? Há uma gravação do Ministro Milton Ribeiro sobre isso. Está tudo gravado. Ele disse que o Sr. Gilmar Santos é homem de confiança indicado pelo Bolsonaro. Isso tem nome. Isso se chama corrupção escancarada, e o Governo até agora não se pronunciou sobre isso. O Sr. Jair Bolsonaro não falou ainda sobre a corrupção no MEC. E o Ministro Milton Ribeiro já deveria ter sido expurgado há muito tempo. Estão todos os editoriais de jornais pedindo a cabeça dele, porque não é possível que um Ministério gigante como o da educação seja tratado dessa forma desde o início deste Governo.

Presidente, peço mais 1 minuto para concluir, porque a Casa está bem vazia, infelizmente, para dizer a todos os que nos ouvem e nos veem pela *TV Câmara* que nós estamos vivendo um momento em que o Presidente da República faz as agendas, não toca no assunto, diz que o seu Governo não tem corrupção, diz que o seu Governo é honesto, sendo que essa "honestidade" começa no gabinete dele com a Wal do Açaí, com a nomeação da filha do Queiroz, com as rachadinhas...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Professor Alcides. PP - GO) - Conclua,



Deputado Ivan Valente. Eu lhe dou mais 30 segundos.

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL - SP) - Obrigado, Presidente. Em 30 segundos eu vou concluir.

Este Governo tem uma trajetória de falsidades, uma trajetória de saque aos cofres públicos. Por isso, a marca do Governo Bolsonaro, sem dúvida, é uma marca de corrupção, e ele precisa responder por isso.

Demissão já de Milton Ribeiro! *Impeachment* de Bolsonaro!

Obrigado, Presidente.

---

Documento 58/79

---

23.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 24/03/2022- CD	10:04
Publ.: DCD - 3/25/2022 -	LUIZ LIMA-PL -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Valorização do Real no contexto mundial. Repúdio às decisões do Supremo Tribunal Federal diante da epidemia de coronavírus. Elogio ao Ministro da Economia, Paulo Guedes, e ao Presidente Jair Bolsonaro. Transformação do PL, partido do Presidente da República, na maior bancada partidária da Câmara dos Deputados. Existência no Brasil de ambiente de segurança para a recepção de investimentos estrangeiros.

---

**O SR. LUIZ LIMA** (PL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente Professor Alcides, que muito nos representa, ao comandar a sessão do dia 24 de março de 2022, uma quinta-feira.

Deputado Professor Alcides, ontem, a moeda que mais se valorizou no mundo foi o real. A cotação fechou em R\$4,84. Nós passamos por todo o turbilhão político que passamos, por todos os obstáculos, por problemas da COVID-19, por auxílios emergenciais, que este País nunca havia disponibilizado para nossa população em estado de vulnerabilidade.

Nós tivemos, em todos os Estados, uma confusão política, em que o Supremo Tribunal Federal tornou a República Federativa do Brasil uma república de Estados semissoberanos, em que qualquer governador ou qualquer prefeito, por decreto, determinava a livre e espontânea vontade do Chefe do Executivo municipal ou estadual, causando uma

confusão enorme. Em cidades do interior do Brasil, quando se precisava cruzar uma avenida, o comércio estava fechado de um lado e, de outro, estava aberto.

Apesar de tudo isso, graças a Deus e graças às nossas autarquias, nossas empresas estatais seguiram dando lucro. O Ministério da Economia esteve sob o comando de Paulo Guedes, tão criticado pela Oposição. Bato palmas para ele, porque o Ministro Paulo Guedes foi muito fiel ao Presidente Bolsonaro.

Eu diria que o Presidente Bolsonaro é uma pessoa que não se explica: ele se sente. É um líder de uma banda de *rock* que, de repente, não sabe tocar muito bem os instrumentos, mas tem uma presença de palco exemplar. Isso faz com que o PL hoje seja o maior partido na Câmara dos Deputados, em função do seu poder de persuasão, do seu poder de fala e da sua coragem. Isso é determinante para qualquer líder, para qualquer Governador ou Prefeito.

Quando nós vemos alguns candidatos à Presidência da República - com todo o respeito a Geraldo Alckmin, seria muito bom ele fazer um mapa astral, porque não está no seu destino ser campeão, como não está no destino de muitos presentes nesta Casa ocupar um cargo no Executivo - sem energia, pessoas que se candidatam ao cargo, é preciso dar dois passos atrás.

O dólar está fechando a R\$4,84, sinal de que o investidor estrangeiro tem confiança no nosso País.

Como é que pode um investidor estrangeiro ter mais confiança no nosso País do que muitos Deputados aqui de oposição cujos discursos, eu sei e sinto, são diferentes dos seus sentimentos?! Muitos dos Deputados de oposição que sobem a esta tribuna estão preocupados com o seu emprego. Eles sustentam um discurso no qual nem eles mesmos acreditam.

Deputado Professor Alcides, fica registrado aqui que ontem a moeda que mais se valorizou no mundo foi o real. Os empresários estrangeiros que querem investir com segurança num país que tem uma perspectiva muito positiva para os anos de 2022, 2023, 2024, 2025 e 2026 - é claro, com o Governo Bolsonaro! - estão apostando no Brasil.

Então, brasileiro que está em casa, você que está em dúvida, não tenha dúvida. Não entregue este País novamente às pessoas que remaram contra o desenvolvimento e, principalmente, que não se preocupam com as gerações futuras.

Querido Deputado Professor Alcides, eu peço a V.Exa. que este

pronunciamento e o anterior sejam divulgados pelo programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

---

Documento 59/79

---

23.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-24/03/2022- 11:04
Publ.: DCD - 3/25/2022 - ANTONIO BRITO-PSD -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Pedido à Presidência de inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 3.320, de 2020, relativo à prorrogação do direito de uso de radiofrequência associado à exploração do Serviço Especial de Televisão por Assinatura - TVA.

---

**O SR. ANTONIO BRITO** (PSD - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero pedir uma informação ao Secretário-Geral da Mesa, o Sr. Ruthier.

O Projeto de Lei nº 3.320, sobre o TVA - Serviço Especial de Televisão por Assinatura, cujo Relator, o Deputado Paulo Magalhães, o Presidente Arthur Lira designou ontem, está aqui pronto para ser votado. Por isso, eu pediria que se verificasse com o nosso Presidente - e inclusive já pedi esta informação - se seria possível a inclusão do projeto em pauta. Acho que ele anunciou ontem à noite que ele estaria na Ordem do Dia. Peço que se faça essa solicitação.

Solicito aos demais Líderes que se manifestem, caso se oponham a essa inclusão.

---

Documento 60/79

---

23.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-24/03/2022- 11:04
Publ.: DCD - 3/25/2022 - TIAGO MITRAUD-NOVO -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Posicionamento do partido Novo contrário à votação do Projeto de Lei nº 3.320, de 2020, relativo à prorrogação do direito de uso de radiofrequência associado à exploração do Serviço Especial de Televisão por Assinatura -

TVA.

---

**O SR. TIAGO MITRAUD** (NOVO - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, com todo o respeito ao nosso colega Antonio Brito, informo que o NOVO tem dificuldade com esse projeto.

Como ontem nos foi informado que ele não faria parte da presente pauta, acreditamos que não dá para fazer acordo para que ele seja votado no dia de hoje.

---

Documento 61/79

---

23.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária -24/03/2022- CD	11:08
Publ.: DCD - 3/25/2022 -	ANTONIO BRITO-PSD -BA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Anúncio de discussão com o Líder do partido Novo sobre a votação do Projeto de Lei nº 3.320, de 2020, relativo à prorrogação do direito de uso de radiofrequência associado à exploração do Serviço Especial de Televisão por Assinatura - TVA.

---

**O SR. ANTONIO BRITO** (PSD - BA) - Consulto o nobre Relator, que está conosco.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcel Van Hattem. NOVO - RS) - Eu pediria a V.Exa., antes de consultar o Presidente Lira, que falasse, junto com o Relator - quem sabe? -, com a Liderança do NOVO e aí decidisse se passamos ou não a informação para o Presidente Lira. Pode ser?

**O SR. ANTONIO BRITO** (PSD - BA) - O NOVO tem sido extremamente diligente com os debates que V.Exa. tem feito, e o Líder Tiago Mitraud tem sido extremamente bem articulado. Eu queria parabenizar V.Exa. pela forma de articulação do NOVO com os demais partidos desta Casa. Parabenizo também o Líder do NOVO, que é uma figura de bom trato e de boa articulação.

Vou conversar com o Líder do NOVO.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcel Van Hattem. NOVO - RS) - Imagina! Eu

agradeço os cumprimentos de V.Exa. Aqui exerço apenas a mediação como Presidente. Obviamente, não tenho parte nesse debate, que deve ser feito com V.Exa.

**O SR. ANTONIO BRITO (PSD - BA)** - Isso é uma preparação para o futuro, Sr. Presidente, uma preparação para o futuro!

---

Documento 62/79

---

25.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 29/03/2022-14:16
Publ.: 3/30/2022 -	DCD - AIRTON FALEIRO-PT -PA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Apelo ao Ministro do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, de prorrogação do prazo de suspensão do cumprimento de ações de despejo e reintegração de posse contra famílias vulneráveis durante a epidemia de coronavírus.

---

**O SR. AIRTON FALEIRO (PT - PA.** Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Luiz Lima.

Quero cumprimentar V.Exa. e nossos pares.

Depois de amanhã, dia 31, encerra-se o prazo estabelecido para a proibição de despejos rurais e urbanos, de acordo com a resolução, em se tratando da pandemia no Brasil.

Na condição de Coordenador do Núcleo Agrário do Partido dos Trabalhadores, nós fomos procurados por organizações de movimentos sociais e de movimentos sindicais do campo e por organizações de movimentos urbanos. Está sendo feito um trabalho que eu quero sintetizar aqui, em nome do movimento Campanha Despejo Zero, buscando a sensibilização deste Parlamento para que esse prazo seja prorrogado.

Segundo o movimento, mesmo sabendo da autonomia do Supremo, eles farão inserções de sensibilização para que esse prazo seja prorrogado. O argumento principal é que a pandemia não acabou. A própria China está estabelecendo novos rodízios de *lockdown* para buscar a erradicação da pandemia. No Brasil, ainda morrem pessoas

diariamente.

No caso dos despejos, a pergunta é: para onde irão essas famílias que ocupam imóveis urbanos e áreas rurais que não estavam ocupados? Vão colocá-las nas escolas, em lugares onde vai haver novas aglomerações?

Segundo os dados que nos passaram, 132.290 famílias estão ameaçadas de despejo. O impacto não é pequeno.

Além do mais, Sr. Presidente, eu fico me perguntando: num ano eleitoral, em que a disputa se acirra, é correto praticar despejos, levar essa responsabilidade para os Governadores, fazer uso talvez político e ideológico de perseguição em nome da liberdade do despejo? Isso não vai ajudar o Brasil.

Fica aqui um apelo a este Parlamento. Eu faço coro com o movimento para sensibilizarmos os Ministros do Supremo, neste caso mais específico o Ministro Barroso, para que haja uma prorrogação desse prazo.

Eu queria que o meu pronunciamento fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação desta Casa.

Obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 63/79

---

25.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	29/03/2022-14:32
Publ.: 3/30/2022 -	DCD	- PROFESSOR ISRAEL BATISTA-PV -DF	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Prioridade do Ministério da Educação na agenda de costumes, em detrimento das atribuições fundamentais da pasta. Repúdio à condução das ações de combate à Covid-19, pelo Presidente da República em conjunto com o Ministro da Saúde. Exoneração do Ministro da Educação, Milton Ribeiro.

---

**O SR. PROFESSOR ISRAEL BATISTA (PV - DF. Sem revisão do orador.)** - Boa tarde, Deputada Rosângela.

Eu quero cumprimentar todos os Parlamentares aqui presentes e quero

falar da minha preocupação com o fato de que já estamos vivendo o quarto ano de apagão do Ministério da Educação.

Sim, é um apagão, e esse apagão se dá por causa do aparelhamento ideológico que foi imposto àquela Pasta, que tem uma tradição técnica e agora sofreu um abuso político-eleitoral. Há a tentativa de se implementar uma pauta de costumes que não condizem com as necessidades do nosso País, que vive uma crise de aprendizagem e voltou mais de 20 anos no tempo. Quando falamos de evasão escolar, vemos que há mais de 5 milhões crianças fora da escola. Mas o que se quer discutir naquele Ministério é uma agenda de costumes.

O corpo técnico do MEC, que sempre foi reconhecido por sua qualidade, foi colocado de lado. Os servidores dali, que sempre tiveram excelente atuação, agora são secundarizados em prol de um modelo de atuação que se repete como *modus operandi* do Governo Bolsonaro, que é o modelo de gabinetes paralelos.

Esse modelo levou o Brasil à crise da COVID-19, com mais de 600 mil mortos, porque o Presidente da República e o Ministro da Saúde não ouviam as autoridades tecnicamente competentes. Chegamos ao ponto de o Presidente da República ter dito a Arthur Weintraub, irmão do ex-Ministro da Educação: "*Arthur, você, que é 'p' louca*" - o Presidente disse um palavrão -, "*cuida disso aí para mim; pesquisa*". É o Governo da desinstitucionalização. E aí aconteceu o escândalo das vacinas, porque havia ali um gabinete paralelo. O mesmo acontece na comunicação do Governo. Um Vereador do Rio de Janeiro é responsável pela comunicação. É o chamado "gabinete do ódio", um gabinete paralelo também.

Agora que nós assistimos à queda do Ministro Milton Ribeiro, não podemos deixar de investigar, não podemos deixar se percam no tempo nem caiam no esquecimento as iniciativas para que tudo seja esclarecido. Nós vamos passar a limpo essa história. Pode demorar um pouco, é verdade, mas, assim como nós vamos passar a limpo o "gabinete do ódio", o gabinete paralelo da compra das vacinas, da lida com a COVID-19, nós vamos passar a limpo também essa situação de calamidade na educação brasileira.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

---

Documento 64/79

---

25.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 29/03/2022-15:12
Publ.: DCD	BIBO NUNES-PL -RS	
3/30/2022 - CÂMARA	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES

---

### *Sumário*

Contrariedade à exigência de passaporte vacinal para acesso a universidades no Estado do Rio Grande do Sul e no País. Retomada do crescimento econômico brasileiro. Probidade do ex-Ministro da Educação, Milton Ribeiro.

---

**O SR. BIBO NUNES** (PL - RS. Sem revisão do orador.) - Digníssimo Presidente Luiz Lima e nobres colegas, é uma honra estar neste ringue, no qual luto pelo Brasil.

Eu quero falar hoje sobre o passaporte vacinal. No Rio Grande do Sul, no vestibular, para entrar nas universidades, reitores exigem o passaporte vacinal, sendo que há reitores que não são de esquerda, como no caso da UFRGS, que este Deputado conseguiu colocar como a maior universidade federal do Brasil no último *ranking*. Lá o reitor não exige o passaporte vacinal, mas o conselho, que é de esquerda, exige. Em Santa Maria é a mesma coisa, como também é no Brasil afora.

Qual o sentido de continuar exigindo um passaporte vacinal, quando, nas ruas e em ambientes fechados, não se usam mais máscaras? O passaporte é para quê? Não faz sentido algum. Eu mostro o passaporte, mas continuo transmitindo e continuo recebendo onde eu entrar. Não há fundamento. É puro radicalismo.

Eu digo aos urubus de plantão, contra tudo e a favor de nada, do quanto pior, melhor, que a pandemia acabou, a guerra está acabando. O Brasil vai crescer, crescer e crescer. Em fevereiro, foram quase 300 mil novos empregos legais. O Brasil só vai crescer. Acabou a roubalheira no Brasil. Não existe corrupção no Governo Bolsonaro. Em momento algum, contra nenhum Ministro do Governo Bolsonaro foi confirmado ou provado qualquer resquício de corrupção.

E aproveito aqui para defender o Ministro Milton Ribeiro, que pediu para sair, mas deveria ter ficado, porque não há nada de errado contra ele. É uma das pessoas mais sérias e corretas que conheço. É um homem competente, íntegro. Na iniciativa privada, ele estaria ganhando, no mínimo, quatro ou cinco vezes mais. No entanto, ele ficou no Governo por dedicação, para lutar pela causa, para lutar pelo seu País, e ainda tem que passar por momentos desprezíveis perante sua família, sendo acusado injustamente.

Aqui fica a minha total solidariedade ao Ministro da Educação, um grande amigo meu, o Ministro Milton. Aguardamos a volta dele para o bem da educação do País, com seriedade, honestidade e dignidade.



Grato, digníssimo Presidente.

---

Documento 65/79

---

25.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	29/03/2022-15:16
Publ.: DCD 3/30/2022 -	- JONES MOURA-PSD -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO	

---

### *Sumário*

Pedido aos Prefeitos Municipais do Estado do Rio de Janeiro de cumprimento da Lei Complementar nº 191, de 2022, sobre a alteração da Lei Complementar nº 173, de 2020, relativa à instituição do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus.

---

**O SR. JONES MOURA** (PSD - RJ. Sem revisão do orador.) - Presidente, a Lei Complementar nº 191, de 2022, nós legislamos aqui, nós a aprovamos aqui. Essa lei federal livra todos os servidores municipais, estaduais, federais, os servidores públicos brasileiros daquele congelamento que foi legislado aqui também, com aquela maldita, porque ela é a amaldiçoada, Lei Complementar nº 173, de 2020, que congelou o tempo de serviço dos servidores brasileiros por 1 ano e meio. Essa Lei Complementar nº 173, de 2020, que congelou os direitos dos servidores, é a responsável pela falência das famílias dos servidores públicos. Os servidores públicos hoje estão inseridos em diversos empréstimos, não conseguem pagar seus cartões de crédito, estão pegando mais empréstimos, não têm margem consignável, não conseguem ter um plano de saúde. Estão dilacerados! Hoje eles estão dilacerados.

O que eu queria pontuar aqui, Presidente, é que quando nós legislamos, nesta Casa, sobre uma lei que traz austeridade, que traz congelamento, que traz sequestro de direitos dos servidores, a aplicação dessa lei é tão rápida que, se piscarmos o olho, os Prefeitos e os Governadores fazem a lei acontecer antes de ela entrar em vigor, de tão rápidos que são. Agora nós legislamos a Lei Complementar nº 191, de 2022, que descongela os direitos, finalmente, com ação retroativa a janeiro deste ano.

Mas no Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, Presidente - e já lhe peço a prorrogação do meu tempo -, eu não vi ainda a manifestação de nenhum Prefeito, no sentido de dizer quando vai começar a pagar os direitos que foram legislados nesta Casa, oriundos agora da Lei

Complementar nº 191, de 2022

Por isso, Presidente, eu quero anunciar que, dado o nosso direito de fiscalizar, o que nós Deputados Federais temos de fazer, depois de aprovada uma lei federal aqui, nesta Casa, em Brasília, eu enviarei ofícios para todos os Prefeitos do Estado do Rio de Janeiro, para cobrar e acompanhar muito de perto, quando eles enviarão a resposta - e vou ficar em cima, para eles se posicionarem - sobre o cumprimento da lei federal que nós Deputados legislamos, aqui, nesta Casa.

Obrigado, Presidente.

---

Documento 66/79

---

25.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	29/03/2022-16:00
Publ.: DCD 3/30/2022 -	MARCEL VAN HATTEM-NOVO -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Contrariedade à exigência de passaporte vacinal para ingresso nas dependências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRS.

---

**O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Sem revisão do orador.)**  
- Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, a Justiça Federal do Rio Grande do Sul, mais uma vez, em uma clara interferência nas atribuições do Poder Executivo, da reitoria e, de certa forma também, Deputado Reinhold Stephanes Junior, legislando, decidiu que a UFRGS deverá cobrar passaporte vacinal de todos que lá estudam e trabalham, ou não poderão entrar nas dependências da universidade.

Sr. Presidente, eu sou vacinado. Sempre defendi que precisaríamos vencer essa batalha contra o vírus, baseando-nos na ciência, e a ciência nos deu vacinas. Mas nós também somos pela liberdade. Aquela história de que um percentual precisava estar vacinado para superar o vírus se confirmou. Hoje nós vemos a pandemia já finalizada na maior parte dos países e no Brasil. Aqui mesmo o uso de máscaras, por exemplo, já não é mais obrigatório em quase nenhum lugar.

Surpreende, Sr. Presidente, o fato de que, no dia 5 de novembro do ano passado, em 2021, o Conselho Universitário da UFRGS tenha aprovado uma resolução tornando obrigatória a apresentação de comprovante de vacinação. Porém, em seguida, o Reitor Carlos

Bulhões, que é a autoridade máxima na universidade e é contrário ao passaporte sanitário - aliás, o passaporte foi rejeitado neste plenário quando se tentou, por lei federal, implementá-lo -, não implementou a resolução. Como eu disse, ele é autoridade máxima na universidade. Depois, o próprio Ministério da Educação afastou essa necessidade. Eis que na semana passada, Deputado Stephanes, no dia 24 de março, o Juiz da 10ª Vara Federal de Porto Alegre, atendendo a um mandato de segurança, determinou que o reitor estabelecesse o passaporte sanitário aprovado pela universidade.

Pasmem, Deputado Stephanes, Deputado Daniel Silveira! Sabem quem foi o autor da ação? O Sindicato dos Técnico-Administrativos da UFRGS e, além disso, outros sindicatos. E sabem quem assinou a ação? O escritório do ex-Governador do Estado do Rio Grande do Sul, o petista Tarso Genro. Só podia!

O que nos causa espécie é o fato de o Judiciário, mais uma vez, fazer uma interferência onde não deve e, pior, na autonomia universitária, que é tão defendida pela Esquerda, e nesse ponto aqui parece não valer.

Por isso, Sr. Presidente, quero aqui deixar o meu repúdio a mais essa decisão judicial. Espero que ela caia em breve e que se respeite a lei. E a lei federal não exige passaporte vacinal - vou concluir, Sr. Presidente - em todas as federais, seja na de Porto Alegre, a UFRGS, seja na de Santa Maria, seja na de Pelotas, seja na de Rio Grande. Nem vou mencionar todas as federais e os institutos do Rio Grande do Sul e do Brasil. Isso garante a autonomia universitária e, o mais importante, a volta à normalidade nas universidades.

Já perdemos muito tempo com essa pandemia. Aulas canceladas, atividades paradas e agora há mais essa decisão.

Sinceramente, Sr. Presidente, isso é lamentável!

Muito obrigado.

---

Documento 67/79

---

25.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 29/03/2022- CD 17:04
Publ.: DCD - 3/30/2022 - CÂMARA DEPUTADOS	MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação da Emenda do Senado Federal ao Projeto de

Lei nº 400, de 2019, sobre a instituição do Mês Nacional de Combate ao Câncer de Cabeça e Pescoço.

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Deputada Rosangela.

Nós votamos "sim" à matéria, em que pese o trabalho que estamos realizando neste plenário, um trabalho político, de obstrução, que quer simbolizar diante do Brasil a nossa inconformidade com o que está acontecendo no País, com a situação do Brasil. As pessoas não têm mais condições de comprar a comida, o pão de cada dia, os recursos para a saúde estão minguando, as condições para o acesso à saúde estão dificultadas, e 650 mil pessoas foram mortas. Não, elas não morreram simplesmente, elas foram mortas pelo atraso da vacina, devido ao Governo negacionista de Jair Bolsonaro. Apesar de tudo isso e do fato de estarmos fazendo obstrução para chamar a atenção do Brasil, a esta matéria nós votaremos "sim".

Muito obrigada.

Documento 68/79

25.2022	Sessão	Deliberativa	29/03/2022-17:48
	Extraordinária - CD		
Publ.: DCD	- AFONSO FLORENCE-PT -BA		
3/30/2022 -			
CÂMARA	DOS	ENCAMINHAMENTO	DE
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	VOTAÇÃO	DISCURSO

### ***Sumário***

Encaminhamento da votação do requerimento de adiamento, por uma sessão, da discussão do Projeto de Lei nº 5.516, de 2020, acerca da identificação de produtos alimentícios artesanais de origem vegetal.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Obrigado.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, apresentamos o requerimento de adiamento de discussão porque o Partido dos Trabalhadores quer pautar nesta Casa a necessidade de revogação do ato conjunto da Mesa que instituiu o funcionamento adequado no período da pandemia.

Já está em vigor decreto autorizando a presença na Casa. Inclusive,

neste plenário, a maioria dos Parlamentares e dos assessores e assessoras já está sem máscara. O DF também não obriga o uso da máscara. E nós estamos vivendo uma situação em que é autorizado o voto remoto, a pretexto de proteger Parlamentares.

Então, a servidora ou o servidor da Casa, em tese, pode estar exposto à contaminação de COVID. Já os Parlamentares que quiserem podem se preservar em relação a essa contaminação. Esse é um erro básico. A regra para tratamento do tema sanitário aplica-se a seres humanos, em vez de se aplicar diferenciadamente a Parlamentares e a servidoras e servidores da Casa.

Além disso, nós também estamos solicitando o adiamento de discussão - neste item da minha fala solicito a inclusão de meu pronunciamento nos Anais da Casa e no programa *A Voz do Brasil* - por termos emenda destacada para dar tratamento especial à agricultura familiar. Nós temos emenda ao texto, dialogando com a Relatora. Para nós o selo ARTE, seja nos subprodutos de origem animal, seja nos subprodutos de origem vegetal, não pode ter componentes industriais sem medida de quantidade. Isso vai descaracterizar o componente ARTE.

Por isso, nosso requerimento de adiamento de discussão tem por objetivo dialogar com a relatoria do PL na perspectiva de aperfeiçoá-lo.

Obrigado, Presidenta.

---

Documento 69/79

---

27.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	30/03/2022-14:28
Publ.: DCD 3/31/2022 -	EMIDINHO MADEIRA-PSB -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Justificativa da ausência do orador na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, sobre a instituição do piso salarial nacional dos profissionais da enfermagem e da parteira. Apoio às reivindicações e demandas da enfermagem brasileira. Retomada da realização de cirurgias eletivas em hospitais regionais de Minas Gerais. Pedido aos Parlamentares de destinação de recursos orçamentários à rede hospitalar para custeio de tais cirurgias.

---

**O SR. EMIDINHO MADEIRA** (PSB - MG. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente e colegas.

Deputado Luiz Lima, muito obrigado pela compreensão.

Hoje eu quero fazer uma fala referente ao piso da enfermagem, ao Projeto de Lei nº 2.564, de 2020.

Eu tenho uma irmã e sobrinhas que são da área da enfermagem. Fui Diretor do Hospital Santa Rita, em Nova Resende, por 8 anos e sei da importância da enfermagem, que é quem coloca a mão na massa. Sou 100% a favor do piso da enfermagem.

Semana passada, foi apresentado um requerimento aqui, e eu estava representando a Câmara, o nosso Presidente, em um evento em Alfenas, por isso não consegui chegar a tempo. E aí eu queria justificar por que eu não votei aquele requerimento. Eu estava representando a Câmara numa agenda oficial na cidade de Alfenas no mesmo dia. Então, eu queria dizer a toda a enfermagem que, assim que o projeto for pautado, pode contar comigo, pois sou parceiro de vocês.

Queria aproveitar também o momento para agradecer aos prestadores de serviço, aos hospitais do sul e sudoeste de Minas, a todos os hospitais que estão fazendo as cirurgias eletivas. Nós colocamos recursos de emenda parlamentar - faço isso desde quando eu era Deputado Estadual - em 31 hospitais para as cirurgias eletivas. Aí veio a COVID, a pandemia, e praticamente as suspenderam. Ficamos uns 2 anos sem operar. Agora nós as retomamos, em novembro, fevereiro, março. E os hospitais regionais de maior porte, que são a porta de entrada dos pacientes de COVID, atrasaram essas cirurgias, que, até poucos dias atrás, ainda estavam suspensas. Mas já estão iniciadas também nos hospitais maiores as cirurgias eletivas.

Queria agradecer aos médicos, aos cirurgiões, aos anestesistas, aos auxiliares, às instrumentadoras, a toda a equipe de todos os hospitais da região. Estamos operando em 31 hospitais da nossa região. Todos os dias estão indo *vans* com pacientes para um hospital e para outro. Eles vão também em ônibus, carros pequenos. E as cirurgias estão a todo o vapor.

Quando eu cheguei aqui ao Congresso, criamos a Frente Parlamentar em Defesa das Cirurgias Eletivas. Pela primeira vez, sou o Presidente dessa Frente. E eu queria pedir a todos os Parlamentares que destinassem recursos aos hospitais para custeio, para as cirurgias eletivas. É muita gente que está há 10 anos, 12 anos, à espera de uma cirurgia, principalmente quem não tem plano de saúde. As coisas não estão fáceis.

Muito obrigado pela oportunidade.

Presidente, gostaria que fosse registrada a nossa fala nos meios de comunicação desta Casa.

---

Documento 70/79

---

27.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	30/03/2022-14:36
Publ.: 3/31/2022 -	DCD	- FREI ANASTACIO RIBEIRO-PT -PB	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Carência dos serviços de perícia médica do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em Municípios do Estado da Paraíba. Transcurso do 118º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Picuí. Apelo ao Congresso Nacional e ao Poder Judiciário de prorrogação do prazo proibitivo de despejos de famílias nas áreas rural e urbana.

---

**O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Sem revisão do orador.)**  
- Sr. Presidente, colegas Parlamentares, demais presentes nesta Casa e telespectadores da *TV Câmara*, no fim de semana que passou, eu realizei atividades em 12 Municípios de 4 microrregiões da Paraíba. Em todos os Municípios, há uma reclamação geral dos trabalhadores e dos sindicatos quanto à perícia feita pelo INSS. O problema é que, em muitas cidades, as pessoas precisam se deslocar de seus Municípios e ir para os grandes centros realizar as perícias do INSS. Isso é desumano!

O povo sofrido, o povo sem renda, que precisa ir em busca de benefício, ainda tem que percorrer quilômetros para fazer a perícia! Nós estamos enviando ofício à Direção Nacional do INSS por meio do qual solicitamos uma saída para esta situação.

Sr. Presidente, aproveito para parabenizar o Município de Picuí, na minha querida Paraíba, pela passagem dos seus 118 anos de emancipação política. Neste mês de aniversário, o Prefeito Olivânio Remígio, do Partido dos Trabalhadores, entregou 55 obras à população de Picuí. Eu tenho a satisfação de dizer que sou parceiro deste Município, no qual nosso mandato já investiu quase 3 milhões de reais em emendas.

Parabéns, Prefeito Olivânio!

Parabéns, povo de Picuí, pelos 118 anos de emancipação política!

Deputado Eduardo Bismarck, desde o início da pandemia, nós estamos lutando para impedir despejos no campo e na cidade. O prazo para o despejo zero termina amanhã, dia 31 de março. Eu faço um apelo ao Congresso Nacional e ao Poder Judiciário para que prorroguem este prazo. A pandemia não acabou, e mais de 132 mil famílias estão ameaçadas de despejo, tanto no campo, como na cidade.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que estes três comunicados sejam divulgados pelos meios de comunicação desta Casa, especialmente pelo programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

---

Documento 71/79

27.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	30/03/2022-15:52
Publ.: DCD 3/31/2022 -	PAULO FOLETTO-PSB -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Balanço da gestão do orador à frente da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca do Espírito Santo.

---

**O SR. PAULO FOLETTO (PSB - ES. Sem revisão do orador.)** - Boa tarde, Sr. Presidente. Obrigado pela chamada. Quero cumprimentar todos os Parlamentares e fazer um cumprimento especial à população do meu Estado, à população do Espírito Santo, que, durante os últimos 3 anos e 3 meses, acolheu-me de forma nunca pensada na Secretaria de Agricultura.

Agradeço também ao Governador Renato Casagrande, que teve confiança no meu trabalho e que me deu a honra de ser Secretário de Agricultura do nosso Estado. É uma grande honra, porque é uma estrutura de agricultura, de pecuária, fundada principalmente nas pequenas propriedades, nunca esquecendo que o médio e o grande negócios do agro são fundamentais, tendo em vista demonstração que foi dada no período em que a economia ficou baleada pela pandemia e o agronegócio fez com que o Brasil tivesse uma passagem na



pandemia de sobrevivência econômica e com cenário de crescimento cada vez maior e melhor.

No Espírito Santo, 80% dos nossos Municípios têm a sua base econômica na agricultura. Por isso, a Secretaria tem um papel muito importante. Nós tivemos a oportunidade de criar muitos programas, distribuimos um tipo de piso para chegar às estradas vicinais chamado Revsol, criamos um centro de distribuição, aparelhamos as Prefeituras para que elas pudessem fazer a aplicação desse produto. Além de um incentivo enorme nas pesquisas, o Governador Casagrande nos deu a oportunidade de liberar recursos para o orçamento do INCAPER, para pesquisa. Entre o ano passado e este ano, são mais de 26 milhões de reais do orçamento do povo capixaba, do bolso do cidadão capixaba. No momento em que a pesquisa sofre um impacto com a retração de recursos muito grande no Brasil, nós fizemos parceria, por exemplo, com o sistema IFES.

Uma atenção especial foi dada à juventude rural. A sucessão no campo não se fará se nós não dermos condições, eu digo, à estrada de baixo, que envolve infraestrutura, equipamentos, calçamento, ponte, Revsol, asfalto, caminhos do campo, e à estrada de cima, que é a Internet. Não se consegue fazer um jovem permanecer no campo se não tiver acesso à Internet. Nós estamos para licitar um edital com 140 novos pontos, novas torres de telefonia celular no interior.

E a energia? A média de recursos aplicados no Estado, até chegarmos à Secretaria, era em torno de 500 mil, 600 mil, 700 mil reais. Nosso orçamento hoje disponibiliza 5 milhões de reais anuais para uma energia mais produtiva. No ano passado, nós conseguimos 3,5 milhões de projetos, sendo que 1,5 milhão que sobrou vai para este ano. Então, é uma sensação de dever cumprido, uma saudade imensa. Mas é um prazer estar aqui de novo no Parlamento, com o seu dinamismo, no ano eleitoral. O período eleitoral, sem dúvida nenhuma, vai fazer muito bem também a mim, levando sempre o benefício do crescimento à população capixaba.

---

Documento 72/79

---

27.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 30/03/2022- CD	16:36
Publ.: DCD - 3/31/2022 -	PAULO MAGALHÃES-PSD -BA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PARECER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Emissão de parecer ao Projeto de Lei nº 3.320, de 2020, relativo à prorrogação do direito de uso de radiofrequência associado à exploração do Serviço

Especial de Televisão por Assinatura - TVA.

**O SR. PAULO MAGALHÃES** (PSD - BA. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, passo à leitura do parecer.

"I - Relatório

O Projeto de Lei nº 3.320, de 2020, de autoria do Deputado Cezinha de Madureira, pretende autorizar, em caráter excepcional, devido à pandemia da COVID-19, a adaptação das outorgas do Serviço Especial de Televisão por Assinatura - TVA, criado pelo Decreto nº 95.744, de 23 de fevereiro de 1988, para outorgas do serviço de radiodifusão de sons e imagens, nos termos em que especifica.

O texto altera o art. 37 da referida lei para inserir os §§ 21, 22 e 23. Esses parágrafos estabelecem uma regra de transição para as outorgas de TVA, que poderiam ser adaptadas para a prestação do serviço de radiodifusão de sons e imagens.

Além disso, prevê que a adaptação será submetida à aprovação do Congresso Nacional, mediante decreto legislativo, para efeito do disposto no art. 223 da Constituição Federal de 1988 e da Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002.

Por fim, estabelece que poderão exercer o direito de conversão de outorga as emissoras de Serviço Especial de Televisão por Assinatura - TVA cujos respectivos atos de autorização de uso de radiofrequência estavam em vigor na data da aprovação da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, e as prestadoras que tiveram sua outorga ou autorização expirada até a entrada em vigor da norma proposta. O prazo para solicitação da conversão é de um ano, contado a partir da promulgação da lei que sobrevier do presente projeto de lei.

A matéria foi despachada às Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, para análise de mérito, e Constituição e Justiça e de Cidadania, para exame da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Foi aprovado requerimento de urgência, estando a matéria pronta para apreciação em plenário.

É o relatório.

II - Voto do Relator

No âmbito da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e

Informática, cabe manifestarmos-nos sobre o mérito da matéria.

O Projeto de Lei nº 3.320, de 2020, de autoria do Deputado Cezinha de Madureira, preocupa-se com o futuro das outorgas do Serviço Especial de Televisão por Assinatura - TVA. O serviço de TVA trata da distribuição de sinais de sons e imagens por meio de um único canal em UHF, que, parte do tempo, se mantém aberto ao público em geral, como a radiodifusão, e, em outra parte do tempo, se mantém codificado, com acesso condicionado ao pagamento de assinatura. Assim, o serviço tem características híbridas, ora se aproximando de um serviço de telecomunicações e ora se aproximando do serviço de radiodifusão de sons e imagens.

O disciplinamento trazido pela Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, Lei do Serviço de Acesso Condicionado - SeAC, tratou especificamente do serviço de TVA nos parágrafos do art. 37. Resumidamente, a lei estabeleceu a possibilidade de adaptação das outorgas de TVA para o SeAC, bem como vedou a emissão de novas outorgas para esse serviço.

O Projeto de Lei nº 3.320, de 2020, atua nesse ponto, permitindo a solicitação da adaptação do serviço de TVA para o serviço de radiodifusão de sons e imagens, o que consideramos inadequado em face da natureza distinta dos dois serviços, e às particularidades legais e constitucionais associadas ao serviço de televisão aberta.

Nesse contexto, optamos por oferecer um substitutivo ao Projeto de Lei nº 3.320, de 2020, de forma a estabelecer um prazo de 1 ano, contado a partir da promulgação da lei, para que as empresas cujos respectivos atos de autorização de uso de radiofrequência associado ao Serviço Especial de Televisão por Assinatura estavam em vigor na data da publicação da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, possam solicitar a prorrogação da autorização de uso de radiofrequência, e adaptação da outorga para o Serviço de Acesso Condicionado.

Dessa forma, procuramos sanar os potenciais vícios do texto original e o adequamos ao espírito das normas que regulam o Serviço Especial de Televisão por Assinatura.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, esse é o momento de manifestarmos-nos a propósito da constitucionalidade, da juridicidade e da técnica legislativa da proposição.

A União tem competência privativa para legislar sobre telecomunicações e informática, na forma do art. 22, inciso IV, da Constituição da República. Eis por que o projeto e o substitutivo da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática são

constitucionais.

Quanto à juridicidade, observa-se que a matéria de ambas as proposições não viola os princípios gerais que informam o direito pátrio, sendo, dessa maneira, jurídica.

No que toca à técnica legislativa, constata-se que se observaram, na redação de ambas as proposições, os regramentos da Lei Complementar nº 95, de 1998, não havendo reparos para serem feitos, no que diz respeito à redação e à técnica legislativa do projeto e do substitutivo da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

#### II.1 - Conclusão do voto

Ante o exposto, no âmbito da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.320, de 2020, na forma do substitutivo em anexo.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.320, de 2020, e do substitutivo da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

Plenário da Câmara dos Deputados.

Deputado Paulo Magalhães

Relator"

**A SRA. PRESIDENTE** (Rosangela Gomes. REPUBLICANOS - RJ) - Terminou, Deputado Paulo Magalhães?

**O SR. PAULO MAGALHÃES** (PSD - BA) - Sim, Sra. Presidente.

---

Documento 73/79

---

27.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 30/03/2022- CD	16:52
Publ.: DCD - 3/31/2022 -	MAURO BENEVIDES FILHO-PDT -CE	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

---

#### ***Sumário***

Pedido ao Relator Paulo Magalhães de esclarecimento do disposto no art. 2º do Projeto de Lei nº 3.320, de 2020, relativo à prorrogação do direito de uso de radiofrequência associado à exploração do Serviço Especial de Televisão por

Assinatura - TVA.

---

**O SR. MAURO BENEVIDES FILHO** (PDT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, eu não sei se temos momento para fazer isso, mas há uma dúvida em relação ao art. 2º, que autoriza a quem foi para Serviço de Acesso Condicionado voltar a ter TVA, se seu ato de autorização de uso de radiofrequência estava vigorando em 2011. Isso significa que essa empresa vai ter os dois, TV Aberta e Serviço de Acesso Condicionado? Isso não está claro. Eu precisava ponderar isso para saber o que efetivamente se quer com o projeto. O Relator poderia dar alguma explicação?

---

Documento 74/79

---

27.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 30/03/2022- CD	17:08
Publ.: DCD - 3/31/2022 -	PAULO MAGALHÃES-PSD -BA	
CÂMARA	DOS	PARECER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

---

### ***Sumário***

Emissão de parecer às Emendas de Plenário de nºs 1 a 3, apresentadas ao Projeto de Lei nº 3.320, de 2020, relativo à prorrogação do direito de uso de radiofrequência associado à exploração do Serviço Especial de Televisão por Assinatura - TVA.

---

**O SR. PAULO MAGALHÃES** (PSD - BA. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Passo a ler o parecer.

"I - Voto do Relator.

Durante a discussão da matéria, foram apresentadas três emendas de plenário.

A Emenda nº 1, oferecida pelo Deputado Silas Câmara, permite que as retransmissoras de televisão e rádio possam incluir em sua programação até duas horas de conteúdo local jornalístico.

A Emenda nº 2, da lavra do Deputado Celso Russomanno, permitindo que retransmissoras de televisão possam ofertar programação transmitida com tecnologia digital às distribuidoras.

Por fim, a Emenda nº 3, oferecida pelo Deputado Chico d'Angelo, propõe um canal adicional de distribuição obrigatória para as prestadoras de serviço de acesso condicionado, em sua área de

prestação, que será destinado exclusivamente à saúde, organizado pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).

No âmbito da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, somos pela rejeição das Emendas de Plenário nº 1 e nº 2.

Em relação à Emenda nº 3, em que pese as nobres intenções da medida, sobretudo em um cenário como ainda estamos vivendo de pandemia, é necessário considerar que o Poder Executivo Federal, ao qual a Fundação Oswaldo Cruz é vinculada, já dispõe de três canais de distribuição obrigatória no serviço de televisão por assinatura, um dos quais (previsto no art. 32, inciso V da Lei nº 12.485, de 2011), *'reservado para a prestação de serviços de radiodifusão pública pelo Poder Executivo, a ser utilizado como instrumento de universalização dos direitos à informação, à comunicação, à educação e à cultura, bem como dos outros direitos humanos e sociais'* (grifo nosso).

Entre os direitos sociais relacionados está certamente o de universalização da saúde, de modo que a meritória matéria que fundamenta a Emenda nº 3 já é passível de implantação na configuração atual da Lei do SeAC.

Dessa forma, no mérito, recomendamos que a Emenda nº 3 seja rejeitada.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa das Emendas de Plenário nºs 1 e 2.

Em relação à constitucionalidade da Emenda nº 3, temos o seguinte a considerar. A Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) é uma entidade vinculada ao Ministério da Saúde, de modo que a criação de um canal de televisão a ela vinculado configura uma alteração de sua estrutura, o que é uma prerrogativa exclusiva do Presidente da República na condição de Chefe do Poder Executivo. Sendo assim, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela inconstitucionalidade da Emenda de Plenário nº 3.

Deputado Paulo Magalhães

Relator"

É o voto.

CD 17:16  
Publ.: DCD - 3/31/2022 - ANTONIO BRITO-PSD -BA  
CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por uma sessão, da votação do Projeto de Lei nº 3.320, de 2020, relativo à prorrogação do direito de uso de radiofrequência associado à exploração do Serviço Especial de Televisão por Assinatura - TVA. Elogio ao Relator da matéria, Deputado Paulo Magalhães.

---

**O SR. ANTONIO BRITO** (PSD - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSD, Sra. Presidente, orienta o voto "não".

E queria parabenizar o nosso Deputado Paulo Magalhães pelo trabalho que tem sido feito nessa relatoria. É um Deputado que honra a Bahia; é um Deputado que honra o Parlamento. Toda relatoria do Deputado Paulo Magalhães ele exerce sempre com maestria, o que lhe é peculiar em toda a sua trajetória no Parlamento brasileiro e no Parlamento baiano.

Então, o PSD queria orientar o voto "não" ao requerimento de adiamento de votação e, mais uma vez, pedir a todos que acompanhem no mérito o brilhante relatório do Deputado Paulo Magalhães a favor da TVA.

Um abraço!

---

Documento 76/79

---

27.2022 Sessão Deliberativa Extraordinária -30/03/2022-  
CD 17:36  
Publ.: DCD - 3/31/2022 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG  
CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS ORDEM DO DIA COMO LÍDER DISCURSO

---

### *Sumário*

Homenagem póstuma à Vereadora Marielle Franco, assassinada no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Não identificação dos mandantes do crime. Prorrogação, pelo Supremo Tribunal Federal, da suspensão de ações de despejos e desocupações nas áreas rural e urbana. Desestímulo do Presidente da República ao combate à Covid-19. Transcurso de aniversário do golpe militar de 1964. Participação do Presidente Jair Bolsonaro em atos comemorativos da efeméride. Censura imposta à manifestação de artistas contra o Presidente da República, durante o festival de música Lollapalooza

realizado em São Paulo. Caráter ditatorial do Governo Jair Bolsonaro. Fracasso da gestão do Presidente da República.

---

**O SR. ROGÉRIO CORREIA** (PT - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Deputado Marcelo, que preside agora a nossa sessão.

Primeiro, quero agradecer ao nosso Líder Reginaldo Lopes por ter-me concedido o tempo da Liderança do Partido dos Trabalhadores nesta sessão.

Eu começo reiterando as nossas homenagens a Marielle Franco, já feitas pela Líder do PSOL, com todos os Deputados e Deputadas que prezam pela liberdade e prezam também pela luta e pelo significado de Marielle Franco durante todo esse período.

Essas homenagens são também um sinal de resistência: resistência daqueles que não concordam com a forma como ela foi assassinada brutalmente e como, depois, foi utilizado o seu assassinato por trogloditas que preferiram passar por cima de um passado tão importante e tão brilhante quanto o dessa Vereadora por não quererem que ela fosse homenageada pelo povo do Rio de Janeiro, especialmente na rua onde o assassinato brutal foi cometido por um policial militar reformado que está preso e que - é bom repetir - morava no mesmo condomínio do Presidente Jair Bolsonaro.

Que os mandantes desse crime sejam, de fato, descobertos.

Marielle esta, sim, foi vítima. Alguns outros querem se passar por vítima dentro do Congresso Nacional não cola. Então, Marielle presente! Com certeza, ela vai estar presente sempre ao nosso lado e ao lado do povo oprimido no Brasil.

Presidente Marcelo, eu solicitei ao Líder que pudesse utilizar da palavra, mas antes disso quero também comemorar a decisão do Ministro Barroso acerca do Despejo Zero. Se há algo importante que nós conquistamos foi não permitir que fossem despejados durante a pandemia aqueles que lutam e fazem ocupação num período tão difícil. E agora o reconhecimento do Ministro Barroso faz com que isso se prorogue e que o despejo não aconteça, porque ainda continuamos em um período muito difícil de pandemia.

E é bom sempre lembrar que esta pandemia no Brasil acabou virando um verdadeiro genocídio. Isto porque a política oficial do Presidente da República e do seu Governo consistiu em incentivar que essa pandemia se alastrasse pelo País afora. Quem não se lembra das palavras do Presidente dizendo que isso era simplesmente uma



gripezinha; que as pessoas podiam andar por aí de qualquer forma, pois seria bom mesmo que a doença se avolumasse pelo País afora, já que, assim, terminaria mais rápido a pandemia? Ao contrário disso, a pandemia se alastrou de tal forma que hoje se calcula que centenas de milhares de pessoas poderiam não ter morrido, se tivesse havido uma política real de combate à pandemia. E este é um dos quesitos em que o Presidente da República é rejeitado em toda pesquisa que se faz.

Então, durante esse período de pandemia, garantir que não houvesse despejo foi uma conquista que nós precisamos aqui comemorar e, nesse sentido, parabenizar o Ministro Barroso pela decisão de agora.

Mas, Presidente, eu ocupo hoje a tribuna para falar de democracia. Aproxima-se o dia 31 de março, data em que no Brasil ocorreu um golpe militar, quando se iniciou um processo de ditadura.

Infelizmente, nós temos um Presidente da República que diz que vai participar de atos comemorativos da data em que o regime militar se instituiu, através de um golpe, no Brasil; vai participar de marchas em favor da ditadura militar.

Ao mesmo tempo, o seu partido, o PL, que agora mesmo falou em liberdade, solicitou ao Tribunal Superior Eleitoral - e o Ministro concedeu - uma censura explícita a artistas no festival Lollapalooza, que passou a ser mais conhecido como "LulaPalooza", porque muitos artistas manifestaram opiniões suas acerca da situação política, rejeitando, é óbvio, um Governo de tamanha tendência ditatorial, tamanhas arbitrariedades, como as tentativas de golpe e de recrudescimento do sistema democrático brasileiro, com ataque às instituições como o Parlamento, o Supremo Tribunal Federal, a Justiça etc., praticadas durante toda a sua duração.

Artistas, portanto, se rebelaram contra isso. Quando Pablo Vittar colocou a bandeira, ou a toalha, de Lula e disse: "*Fora, Bolsonaro!*", tentaram calar a cultura brasileira, a expressão individual. Mas foi bom, porque houve as respostas do Emicida, do Marcelo D2, do Djonga, da Ludmilla, do Lulu Santos, todos dizendo: "*Cala a boca já morreu*".

E o PL, partido do Presidente da República, devido ao vexame cometido, foi obrigado, posteriormente, a retirar a solicitação de censura que tinha pedido, e que tinha sido deferida por um determinado Ministro do TSE que havia negado o pedido de retirada de um *outdoor* claramente de campanha de Jair Bolsonaro - evidentemente, com caráter estritamente partidário e político dentro do Tribunal Superior Eleitoral. Enfim, ele foi derrotado pela força e pelo repúdio dos artistas, pela repercussão nacional e internacional que se

deu à decisão, ao se repudiar esse ato de censura.

É importante que se diga que vem aí o *Rock in Rio*, onde, com certeza, acontecerão várias manifestações contra o Presidente genocida. Não tenham dúvida disso, porque o setor cultural sabe que esse é um Presidente que abafa a cultura, como tentou abafar também o sistema educacional brasileiro.

Foi tão importante isso, que nós conseguimos fazer com houvesse um recuo. E não adianta tentar também uma quartelada antidemocrática, como o Presidente sonhou várias vezes fazer, substituindo-a por quartelada institucional, como semipresidencialismo ou parlamentarismo disfarçado de semipresidencialismo, porque isso já foi também alvo de referendos e plebiscitos que deram a vitória ao sistema democrático existente hoje no Brasil.

É óbvio que nós estamos diante do fim trágico de um Governo comandado por um Presidente frouxo, que não consegue nem sequer abaixar preço da gasolina e do *diesel*.

Rendeu-se, portanto, ao que queriam as grandes multinacionais, e agora, de última hora, fala em substituir o Presidente da PETROBRAS, para tentar disfarçar que a culpa pelos preços altos da gasolina e do *diesel* e pela carestia é da PETROBRAS, e não dele.

Por isso, eu repito: é um Presidente frouxo, que não consegue nem sequer governar. É frouxo e preguiçoso e também não coloca o dedo na ferida para saber o que aconteceu no MEC. Por que os Deputados não assinam pedido de Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar o centro de corrupção que foi feito lá com pastores que foram indicados pelo Presidente da República?

Estamos diante de um fim de Governo trágico. Felizmente, está terminando. Ao fim deste mandato, terão sido apenas 4 anos, que parecem 50. Em breve, o povo brasileiro vai ficar livre do Governo Bolsonaro e vai poder recuperar o tempo perdido com tantas atrocidades antidemocráticas, com carestia e com fome.

Fora, Bolsonaro!

---

Documento 77/79

---

27.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária	-30/03/2022-
	CD	20:24
Publ.: DCD - 3/31/2022 -	ZÉ SILVA-SOLIDARIEDAD -MG	
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

---



## *Sumário*

Imediata regulamentação da Lei nº 14.275, de 2021, relativa às medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19.

---

**O SR. ZÉ SILVA (SOLIDARIEDADE - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.)** - Caro Presidente, colegas Parlamentares, neste tempo tão sombrio de pandemia, assim como aconteceu ao longo de toda a história da humanidade, só a solidariedade e a ciência fizeram com que nós pudéssemos superar esses tempos, como estamos vencendo esta tão cruel pandemia.

O que me traz esta reflexão é exatamente a agricultura familiar. Tratar desse tema não é tratar de ajudar os pequenos produtores coitadinhos. Esse não é um tema social - é, sim, um tema de macroeconomia, e o Brasil está pagando caro. Nesta pandemia todos os setores da nossa economia tiveram desta Casa e do Governo Federal apoio, como o Auxílio Emergencial e outros recursos que foram fundamentais e justos. Mas a agricultura familiar ainda padece por falta de apoio.

Nós tivemos aqui, em 2020 e 2021, um conjunto de medidas para a agricultura familiar, e honrosamente fui designado seu relator. Nós as aprovamos nos dois anos. Em 2020, quase que integralmente as medidas foram vetadas. Restou um quesito, que virou lei que protegeu os trabalhadores rurais e agricultores que receberam Auxílio Emergencial de não perderem sua condição de segurados especiais da Previdência. Em 2021, por unanimidade, esta Casa e o Senado aprovaram também medidas emergenciais para a agricultura familiar, que vão além de serem emergenciais. Elas são estruturantes e por isso, mais uma vez, foram vetadas integralmente pelo Sr. Presidente da República. E nós derrubamos o veto; no final do ano de 2021, viraram a Lei nº 15.275, que precisa ser regulamentada.

São cinco as medidas: fomento de inclusão produtiva; um crédito rural com juro de 0% em 10 anos para pagamento; recursos para comprar da agricultura familiar, com doação simultânea para entidades assistenciais; renegociação das dívidas desses agricultores; e o pagamento do Garantia Safra na região do Semiárido brasileiro numa parcela só em vez de em cinco. Mas precisa da regulamentação, precisa do decreto de regulamentação. Eu tenho o sentimento do dever cumprido e a convicção de termos, o Congresso Nacional, feito o nosso papel, e feito com muita serenidade, ao aprovar esse conjunto de medidas.

Quero aqui agradecer à nossa querida Ministra Tereza Cristina, minha colega de profissão, que, para assumir novos desafios, está deixando o Ministério da Agricultura. Fez o que pôde, mas, como dizia meu

saudoso pai, um agricultor, quem assina o cheque tem mais força, e o Ministério da Economia vem sempre colocando empecilhos para que esses recursos não cheguem até os agricultores.

Assume um novo Ministro, meu conterrâneo. Quando eu era extensionista da EMATER em Uberaba, ele era o Prefeito daquela nossa querida cidade. Espero, e já faço um pedido ao Ministro Marcos Montes: que, assim como a Ministra, se esforce para que o Governo Federal faça o decreto de regulamentação, e essas medidas possam chegar efetivamente aos mais de 4 milhões de famílias de agricultores familiares por todo o Brasil.

Presidente, peço que este pronunciamento tenha ampla divulgação em todos os canais de comunicação desta Casa.

Obrigado.

---

Documento 78/79

---

27.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	30/03/2022-21:16
Publ.: 3/31/2022 -	DCD	- VINICIUS CARVALHO-REPUBLICANOS -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

---

### *Sumário*

Importância da ampla vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19.

---

### **DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO VINICIUS CARVALHO.**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, demais presentes, caros telespectadores da *TV Câmara* e ouvintes da *Rádio Câmara*, estamos numa condição mais confortável em relação à pandemia, mas ainda não é o momento para desprezarmos medidas importantes. As recentes flexibilizações do uso de máscaras não significam que não há mais necessidade de uma crescente cobertura vacinal contra a COVID-19, ainda mais diante da nova alta de casos registrada na Europa e na Ásia.

A desigualdade da vacinação nas diferentes faixas etárias, no Brasil, gera preocupações. O principal desafio agora é a vacinação das crianças de 5 a 11 anos, grupo que hoje representa 9,5% da população brasileira. Até o momento, nesse grupo, a cobertura da primeira dose não chega a 40%. E há mais: os grupos com idades entre 12 e 49 anos não têm cobertura de primeira dose acima de 90%.

Com relação à segunda dose, o grupo de jovens abaixo de 29 anos está com cobertura vacinal abaixo de 80%. De acordo com a FIOCRUZ, como há um grande número de pessoas nesta faixa etária, a baixa cobertura concentrada nestas idades acaba influenciando diretamente a abrangência vacinal.

A cobertura por faixa etária da dose de reforço, por sua vez, também não é considerada suficiente. Nenhum grupo etário alcançou o patamar de 80% de vacinados com essa dose, nem mesmo os idosos, que foram os primeiros a serem vacinados. Cabe, portanto, o alerta para a população mais vulnerável, que são justamente os mais velhos e os imunossuprimidos.

Ainda há necessidade de muitos cuidados. À medida que normativas de relaxamento são estabelecidas, especialistas observam como grupos mais vulneráveis se comportam e como a queda da imunidade ao longo do tempo ocorrerá.

Não podemos ceder às notícias falsas sobre efeitos adversos pós-vacina. Temos, felizmente, imunizantes disponíveis. Cabe a cada um a consciência de que precisamos nos libertar completamente desse vírus, o que só será possível com ampla cobertura vacinal, e isso inclui todas as etapas de imunização, as que estão em curso e as que estão por vir.

Obrigado!

---

Documento 79/79

---

28.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 31/03/2022- CD	10:48
Publ.: DCD - 4/1/2022 - CÂMARA DEPUTADOS	PROFESSOR ALCIDES-PP -GO DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Indignação com pronunciamentos de Deputados da Esquerda contra o Governo Jair Bolsonaro. Inconsistência de denúncias de corrupção no âmbito do

Ministério da Educação. Proibidade do ex-Ministro Milton Ribeiro.

---

**O SR. PROFESSOR ALCIDES** (PP - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente e demais pares, eu vejo o pessoal da Esquerda, de forma tão ortodoxa, ir à tribuna para xingar um Governo democrático, que defende todos os segmentos sociais e valoriza a vida. Eu acho que nós devemos estar vivendo em planetas diferentes. Por que eu digo planetas diferentes? Porque o pessoal da Oposição vai ali e fala mil e uma asneiras. Diz que o Presidente é negacionista. Hoje nós temos o Brasil como o segundo maior vacinador do mundo. Nós temos mais de 80% da nossa população devidamente vacinada. Nós temos um Presidente que atua de forma séria, sincera e honesta. Eles vivem enchendo-o de frescuras, por assim dizer, e de outros termos. Dizem que está havendo corrupção no Ministério A, no Ministério B, no Ministério C.

Primeiro, no Ministério da Educação, não houve nenhum tipo de corrupção. O Ministro Milton Ribeiro fez bem em deixar o cargo, para que pudesse ter a liberdade de fazer uma verificação, para realmente chegarem a um denominador comum, algo que, com ele no Ministério, poderia se tornar mais difícil. Assim se deu para facilitar as coisas, para facilitar o julgamento. Ele foi altamente ético em se afastar. Trata-se de um homem íntegro, que sempre atendeu a Situação, a Oposição e todos os que o procuravam. Diante disso, eu não vejo nenhuma tempestade naquilo que a Oposição fica dizendo.

Segundo, acusaram um Presidente que fez, em plena pandemia, o País crescer 4,1%, contra uma Presidente deles que entregou o Brasil com um PIB de menos de 3,9%.

Tenham a santa paciência! Nós não estamos aqui para que nossos ouvidos sejam alugados com besteiras.

Sra. Presidente, peço a V.Exa. que este discurso seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.